

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA**

GUILHERME DOTTI GRANDO

**LUTA DE CLASSES, TRABALHADORES E FRIGORÍFICOS EM
CASCAVEL-PR (1980 – 2015)**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR

2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA

GUILHERME DOTTI GRANDO

LUTA DE CLASSES, TRABALHADORES E FRIGORÍFICOS EM
CASCADEL-PR (1980 – 2015)

Dissertação de Mestrado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em História, nível Mestrado, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon.
Orientador: Prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR.

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

G754l	<p>Grando, Guilherme Dotti Luta de classes, trabalhadores e frigoríficos em Cascavel-PR (1980-2015) / Guilherme Dotti Grando. – Marechal Cândido Rondon, 2017. 96 f.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi</p> <p>Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2017.</p> <p>1. Trabalhadores. 2. Cooperativas agrícolas – Paraná. 3. Conflito social. 4. Frigoríficos – Empregados. I. Bosi, antônio de Pádua. II. Título.</p> <p>CDD 22.ed. 331.11 305.5 CIP-NBR 12899</p>
-------	---

Ficha catalográfica elaborado por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000
Marechal Cândido Rondon - PR.



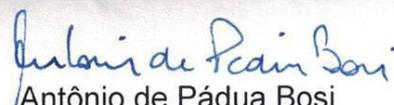
PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

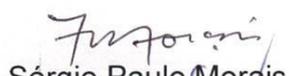
Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado e Doutorado
Reconhecido pela Portaria Ministerial – MEC nº 1.077, de 31/08/2012, publicada no DOU de 13/09/2012.

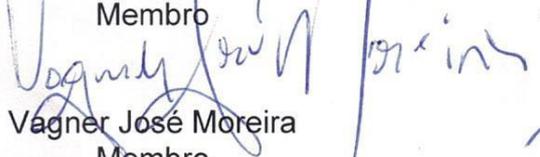
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

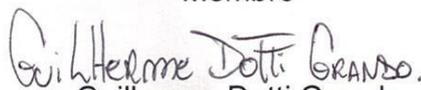
Aos três dias do mês de março de 2017, às 8h30mins, reuniu-se, em sessão pública, a banca examinadora da defesa de dissertação de mestrado em história constituída pelos professores Dr. Antônio de Pádua Bosi (Orientador) (UNIOESTE), Dr. Sérgio Paulo Morais (UFU) e Dr. Vagner José Moreira (UNIOESTE) para avaliarem o trabalho "*Luta de Classes, Trabalhadores e Frigoríficos em Cascavel-PR (1980 – 2015)*", apresentado pelo pós-graduando **Guilherme Dotti Grando** para a obtenção do título de "Mestre em História" no Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. A banca examinadora considerou o trabalho APROVADO. Nada mais havendo a constar, eu Antônio de Pádua Bosi, orientador do trabalho, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos demais membros da banca examinadora e pelo pós-graduando avaliado.

Marechal Cândido Rondon, 03 de março de 2017.


Antônio de Pádua Bosi
Orientador


Sérgio Paulo Morais
Membro


Vagner José Moreira
Membro


Guilherme Dotti Grando

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Marcos Antônio Grando e Leonilde de Fátima Dotti, meus pais, e Gustavo Dotti Grando, meu irmão, nos quais sempre encontrei abrigo e apoio.

Agradeço também a todos os amigos que estiveram ao meu lado nos quase três anos em que escrevi a dissertação: Lúcio Fellini Tazinaffo, Fagner Guglielmi Pereira, Arthur Kalschne Monteiro, Ricardo Callegari, Lucas Blank Fano, Douglas Cristian Coelho, Solange Queiroz Ribeiro, Victor Antônio, Luis Carminatti, Irio Bernich, Suzane Pantolfi Tostes e Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho. A vida me ensinou a chamá-los de “compas”.

Sou imensamente grato aos mestres Antônio de Pádua Bosi e Aparecida Darc de Souza, pela amizade e pelo companheirismo com o qual sempre me acolheram. Obrigado por se fazerem presente nos momentos mais difíceis vividos enquanto escrevia esse trabalho. Meu respeito e admiração por vocês não cabem nessas poucas palavras.

Agradeço aos professores Rinaldo Varussa e Vagner Moreira pela atenção.

Assumo a responsabilidade por qualquer equívoco ou insuficiência que este trabalho possa ter. Mas devo a todas essas pessoas o crédito pelos possíveis acertos.

Por fim, agradeço a atenção e a paciência dos trabalhadores e das trabalhadoras que compartilharam um pouco de suas vidas comigo.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo problematizar historicamente a experiência dos trabalhadores dos frigoríficos da Coopavel em Cascavel–PR entre 1980 e 2015. Em específico, discutimos a experiência desses sujeitos históricos frente às transformações e aos conflitos vivenciados por eles nas relações de trabalho. A cooperativa cascavelense manteve um frigorífico de suínos e bovinos, chamado de Frigovel, durante toda a década de 1980 e a maior parte da década seguinte. Na década de 1990, a Coopavel passou a construir um “novo” frigorífico polivalente, que, além de abater e desossar carne de porcos e bois, tinha na industrialização da carne de frangos a sua prioridade. Quando o frigorífico polivalente foi concluído em 1999, o frigorífico “velho” da cooperativa foi desativado. Nesse sentido, entre a década de 1980 e o presente, os operários mobilizados para o trabalho industrial pela Coopavel experimentaram dentro de um processo histórico conflituoso um conjunto de transformações como a construção de uma nova planta produtiva pela cooperativa, a reorganização do trabalho buscando uma maior intensificação da exploração da força de trabalho e um aumento de produtividade, bem como a desestruturação da vila operária e dos espaços de moradia, sociabilidade e lazer.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalhadores de frigorífico; Exploração do trabalho; Identidade de classe.

RESUMEN

Lucha de clases, trabajadores y frigoríficos en Cascavel-PR (1980-2015)

El presente trabajo tiene como objetivo problematizar históricamente la experiencia, entre los años de 1980 y 2015, de los trabajadores de los frigoríficos de la sociedad cooperativa Coopavel, localizada en la ciudad de Cascavel-PR, estado del Paraná, Brasil. En particular, se discute la experiencia de estos sujetos históricos frente a los cambios y los conflictos experimentados por ellos en las relaciones laborales. La cooperativa de la ciudad mantuvo un frigorífico de carne de porcino y ganado vacuno, llamado Frigovel, a lo largo de la década de 1980 y también de la mayor parte de la década siguiente. En la década de 1990, la cooperativa Coopavel pasó a construir un "nuevo" frigorífico polivalente, que, además de hacer la matanza y deshuesar la carne de porcino y vacuno, tenía en la industrialización de los pollos de engorde su prioridad. Cuando el frigorífico polivalente se completó en 1999, el frigorífico "viejo" de la cooperativa fue desactivado. En este sentido, entre los años 1980 y el presente, los trabajadores movilizados para el trabajo industrial por Coopavel experimentaron, dentro de un proceso histórico conflictivo, un conjunto de transformaciones como: la construcción de una nueva planta de producción, la reorganización del trabajo buscando una intensificada explotación de la fuerza de trabajo y un aumento de la productividad, así como la desestructuración de la villa obrera y de los espacios de vivienda, sociabilidad y ocio.

PALABRAS CLAVE: Trabajadores de frigorífico; Explotación del trabajo; Identidad de clase.

LISTA DE FIGURAS

<u>FIGURA 1: "Esta cooperativa é sua propriedade"</u>	<u>29</u>
<u>FIGURA 2: Charge sobre alta no preço da carne bovina</u>	<u>46</u>
<u>FIGURA 3: Charge sobre abate clandestino</u>	<u>59</u>

LISTA DE TABELAS

<u>TABELA 1: Comparativo entre o ano de fundação das cooperativas do oeste do paraná e o ano de instala�o dos frigoríficos de frangos nas respectivas cooperativas.....</u>	<u>35</u>
---	-----------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 01: COOPAVEL E A MONTAGEM DA INDÚSTRIA DA CARNE EM CASCAVEL-PR (1980-2015).....	17
1.1 INTRODUÇÃO:A “GALINHA DE OURO” DO OESTE DO PARANÁ.....	17
1.2 CRISE, INDÚSTRIA DA CARNE E A COOPAVEL NA DÉCADA DE 1980.....	22
1.3 COOPAVEL E A INSTALAÇÃO DOS FRIGORÍFICOS DE FRANGOS NO OESTE DO PARANÁ.....	34
CAPÍTULO 2: DOS AÇOUGUES E FABRIQUETAS AOS FRIGORÍFICOS: EXPERIÊNCIAS DOS TRABALHADORES COM O ABATE E DESOSSA DA CARNE	45
2.1 EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO EM AÇOUGUES, FABRIQUETAS E NOS PRIMEIROS FRIGORÍFICOS DO OESTE PARANAENSE (1960 – 1980).....	47
2.2 TRABALHADORES E ABATE CLANDESTINO: PRESENTE E PASSADO	57
CAPÍTULO 3: DE “MAGAREFES” A OPERÁRIOS: EXPERIÊNCIAS DOS TRABALHADORES EMPREGADOS NA INDÚSTRIA FRIGORÍFICA (1980-2016)	64
3.1 RELAÇÕES DE TRABALHO NO FRIGOVEL E A EXPERIÊNCIA DOS TRABALHADORES	66
3.2 CONFLITOS EM TORNO DA REORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO ANTIGO FRIGOVEL	75
3.3 O FRIGORÍFICO POLIVALENTE E A EXPERIÊNCIA RECENTE DOS TRABALHADORES EMPREGADOS NA INDÚSTRIA DA CARNE EM CASCAVEL-PR	84
CONCLUSÃO.....	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90

INTRODUÇÃO

Este trabalho é o resultado de um esforço de pesquisa histórica que tinha por objetivo inicial discutir a experiência dos trabalhadores empregados nos frigoríficos da cidade de Cascavel – PR nos últimos 35 anos. Em particular, neste primeiro momento, interessava-me discutir e compreender historicamente a formação de uma identidade de classe por esses trabalhadores dentro do recorte temporal estabelecido como problema histórico. No entanto, o desenvolvimento da pesquisa, a análise das fontes e a organização da exposição dos resultados impuseram a necessidade de reconstruir sensivelmente as questões e os problemas iniciais. Ao longo desta introdução, abordarei alguns desses caminhos com o objetivo de situar o leitor no tempo e no espaço em relação ao objeto deste estudo.

Durante as décadas de 1990 e 2000, instalaram-se na cidade de Cascavel - PR diversas indústrias ligadas ao setor alimentício, contribuindo significativamente para o aumento da mão de obra ocupada nessa atividade. Na imprensa local, as manchetes sobre o trabalho industrial na região seguem a ideia de “desenvolvimento econômico” e “progresso”, fazendo as trajetórias dos trabalhadores coincidirem com os recordes de lucro, de produção e de produtividade, principalmente no setor avícola. Essa leitura do processo histórico incomodava-me e ainda persiste na medida em que oculta a presença dos trabalhadores. Nesse sentido, meu interesse de pesquisa se direcionou muito mais pela perspectiva de apreender e discutir historicamente a experiência dos trabalhadores como classe social.

Tal tema, a experiência dos trabalhadores no contexto de transformações sociais, tem sido um objeto de estudo importante na historiografia, principalmente para os historiadores comprometidos com uma História Social das classes populares, como destacou Eric Hobsbawm (1998). Esses estudos se tornaram relevantes na medida em que buscam compreender historicamente a estreita relação entre a experiência dos trabalhadores e as formas de articulação da realidade vivida com os valores, as normas e os modos de viver organizados por esses sujeitos históricos. É nesse processo que, em uma dinâmica atravessada por conflitos e embates, esses trabalhadores se constituem como classe. Aliás, é em relação a esse antagonismo de interesses entre os sujeitos distintos que essa classe social se define. Assim, a consciência e a identidade de uma determinada classe não são algo alheio à experiência dos sujeitos que a compõem (THOMPSON, 1987). Foram esses problemas históricos centrais que instigaram meu interesse em compreender a experiência dos trabalhadores nas indústrias alimentícias de

Cascavel - PR. Nesse ponto, elas permaneceram como referências, inclusive quando precisei reconsiderar outras questões e hipóteses.

Nessa direção, a historiografia que tem se debruçado acerca da experiência dos trabalhadores nos frigoríficos no Oeste do Paraná têm levantado elementos importantes sobre esse processo, mostrando e discutindo as dimensões degradantes do trabalho nas indústrias de alimentos, especialmente em frigoríficos. Tais estudos têm enfatizado, entre outros elementos, as doenças ligadas a esse tipo de trabalho (CÊA; MUROFUSE, 2007; FINKLER, 2007; BOSI, 2011) e têm destacado as condições de trabalho como razão principal da alta rotatividade dos trabalhadores ocupados nesse setor (BOSI; VARUSSA, 2009; GEMELLI, 2009; HECK, 2010).

Dialogando com esses estudos, quando iniciei a pesquisa de mestrado, parti do pressuposto de que seria possível localizar o crescimento da atividade industrial ligada ao setor alimentício a partir da metade da década de 1990. Indústrias como a Coopavel e a Globoaves, ao longo dos últimos vinte anos, têm empregado uma expressiva parcela da classe operária do município, chegando, por exemplo, ao número aproximado de 12.031 trabalhadores no ano de 2010 (IPARDES, 2013). Os trabalhadores que eu já havia entrevistado até então, todos eles empregados no frigorífico da Coopavel entre a metade da década de 2000 e primeira metade da década de 2010, indicavam trajetórias de trabalho e de vida diretamente relacionadas ao que as pesquisas sobre o trabalho e os trabalhadores no Oeste do Paraná vinham problematizando. Partindo desse ponto, minha inquietação de pesquisa, como dito anteriormente, era a de compreender como, nesses últimos quinze anos, os trabalhadores de frigoríficos de Cascavel-PR vivenciaram essa experiência do trabalho industrial na condição de classe e de que maneiras ela foi/é articulada em termos culturais, inclusive na formação de uma identidade de classe.

Os primeiros operários e operárias com os quais entrei em contato para produzir as entrevistas, e que eram majoritariamente trabalhadores do frigorífico de frangos da Coopavel, descreviam-me experiências de um trabalho degradado, mal remunerado, que exigia quase nada de qualificação a não ser a força física para realizar movimentos rápidos e repetitivos. Conforme realizava as entrevistas, buscava estabelecer novos contatos com os trabalhadores que já haviam sido entrevistados e que tinham parentes, amigos ou conhecidos que trabalhavam ou já tinham trabalhado no frigorífico. Até aqui, as fontes de que dispunha, produzidas a partir das entrevistas, davam respaldo às questões e às hipóteses iniciais que havia elegido para problematizar historicamente a experiência da classe operária ligada aos frigoríficos cascavelenses.

As primeiras evidências que encontrei e que acabavam ficando um pouco “fora do foco” das perguntas iniciais da pesquisa foram algumas reportagens publicadas pelo periódico local *O Paraná* no início dos anos 1990. Minha intenção em triar matérias sobre os frigoríficos na mídia impressa cascavelense era reconhecer e analisar a leitura que a burguesia da cidade construía para legitimar a presença dos frigoríficos de frango na cidade de Cascavel-PR e no Oeste do Paraná. Assim, quando organizei o material que se referia aos frigoríficos entre 1990 e 2010 que havia catalogado, encontrei algumas matérias que mencionavam um frigorífico de suínos e de bovinos pertencente à Coopavel e que funcionava desde o início dos anos 80.

Durante a década de 1990, a Coopavel planejou e construiu uma planta produtiva que suportaria abater frangos, porcos e bois em linhas diferentes. A construção dessa planta produtiva foi realizada em duas partes e, até que estivessem concluídas as duas etapas, levou-se praticamente toda a década. A primeira etapa, a construção de um frigorífico de frangos, era prioritária e foi entregue em dezembro de 1994. A segunda etapa foi concluída cinco anos depois, com a inauguração das linhas de suínos e de bovinos. Terminada a segunda e última etapa da obra, a Coopavel deslocou para a planta recém acabada as linhas de abate e desossa de porcos e de bois, que até então operavam no antigo frigorífico da cooperativa.

Assim, embora me chamasse atenção a presença da indústria frigorífica na cidade de Cascavel em um período anterior ao que eu havia inicialmente estabelecido como recorte temporal para a pesquisa, as fontes históricas de que dispunha não me permitiam problematizá-las de maneira satisfatória. As matérias da década de 1990 mencionavam pouco sobre o funcionamento do frigorífico e, quando o faziam, geralmente eram em relação ao frigorífico “novo”. Além disso, recuar o recorte temporal da pesquisa tendo como fonte apenas as matérias poderia me conduzir por um caminho no qual a experiência dos trabalhadores ficaria empalidecida. Tomei nota das possibilidades que essas fontes levantavam, mas que, pelo menos naquele momento, não conseguiria explorar satisfatoriamente.

Alguns meses depois, quase que acidentalmente, tive a oportunidade de conhecer Seu Firmino, trabalhador que esteve empregado no antigo frigorífico da Coopavel durante catorze anos, entre 1985 e 1997. Pouco antes de o frigorífico “velho” deixar de abater e desossar porcos e boi, Seu Firmino foi mandado embora. Conheci Seu Firmino por intermédio de Elizete, uma trabalhadora que se empregou no frigorífico polivalente da Coopavel entre 2006 a 2010. Fui à residência de Elizete para entrevistá-la e ela me informou que havia um senhor, seu vizinho, que havia trabalhado por muito tempo na Coopavel no começo da década de 1990. Aproveitei

a oportunidade e pedi a ela que me apresentasse ao seu vizinho, Seu Firmino, pois tinha interesse em contatá-lo e, se possível, entrevistá-lo para a pesquisa.

Naquela manhã fomos à casa de Seu Firmino, apresentei-me, expliquei que cursava o mestrado em História na UNIOESTE e que a pesquisa na qual estava envolvido buscava construir uma história dos trabalhadores dos frigoríficos em Cascavel desde a década de 1990. Lembro-me da resposta bem-humorada de Seu Firmino: *É, eu tenho uma ou outra coisa para contar. Trabalhei ali “uns diazinhos”. “Só” doze anos.* Nessa manhã que conversei com Seu Firmino pela primeira vez, a forma como esse trabalhador me contou sobre sua trajetória de trabalho no frigorífico chamou minha atenção por diversos motivos, mas, entre eles, pela maneira como ele atribuía sentido a essa experiência de uma maneira distinta dos trabalhadores que se empregaram no frigorífico na década de 2000 e com os quais eu havia conversado até então. Animado com a perspectiva de realizar a entrevista com Seu Firmino, fiquei de retornar na semana seguinte para entrevistá-lo.

No entanto, quando fui à sua casa entrevistá-lo no outro dia, inicialmente Seu Firmino me pareceu bastante incomodado em falar. Depois a conversa foi distensionando em partes essa primeira impressão. Com setenta e sete anos, aposentado, Seu Firmino morava com a esposa, uma senhora de setenta anos, e com sua filha, que tinha à época quarenta e cinco anos e também havia trabalhado no frigorífico da Coopavel. Estava movendo um pedido de indenização na Previdência Social devido às dores nas costas e articulações que passou a sentir com mais intensidade a partir do início da década de 1990, época em que trabalhava na Coopavel. No começo da entrevista, seu receio em falar poderia estar ligado à preocupação de que seu relato pudesse atrapalhá-lo no pedido de indenização.

Seu Firmino nasceu em uma cidade no Rio Grande do Sul em 1937. Contou-me que seus pais viviam do plantio de subsistência e na criação de porcos. Foi nessas atividades que começou a trabalhar. Com vinte e oito anos, em 1965, o trabalho na terra já não conseguia prover o sustento de Seu Firmino, de sua esposa, de seus pais e as famílias de seus dois irmãos. Nesse contexto, foi forçado a mudar-se para Cascavel. Quando chegou à cidade no final da década de 1960, até sua entrada na Coopavel em 1985, Seu Firmino se empregou em pequenos bicos e também em algumas indústrias de móveis da cidade. Depois disso, em 1985, com quarenta e cinco anos de idade, Seu Firmino entrou no frigorífico da Coopavel.

Durante a década de 1980, o frigorífico da Coopavel abatia suínos e bovinos em uma escala relativamente pequena. A planta produtiva não era altamente mecanizada, e muito do processo de trabalho ainda dependia do conhecimento e da experiência dos trabalhadores. Junto

a isso, a Coopavel também mantinha uma vila operária, na qual moravam trabalhadores e alguns encarregados da indústria. Quando entrou na Coopavel, Seu Firmino se empregou na caldeira, foi onde machucou as costas, depois, foi trabalhar nos chiqueirões e mangueirões, recebendo e acomodando os animais que chegavam ao frigorífico. Em 1987, passou a trabalhar como responsável pela sangria, ocupação na qual permaneceu por sete anos, até 1994.

Como já foi dito, no início da década de 1990, a Coopavel começou a construção de um novo frigorífico na cidade de Cascavel, concluindo-o em 1994. Nessa nova planta produtiva, toda a linha de produção de suínos e de bovinos foi alterada, foram introduzidos novos maquinários e o processo de produção foi redefinido. Na antiga planta produtiva, permaneceram apenas pequenas produções de enlatados. Junto a isso, com a inauguração do novo frigorífico em 1994, o abate de frangos passou a ocupar o posto de principal mercadoria produzida pela indústria frigorífica em Cascavel-PR. Durante os vinte anos seguintes, a produção frigorífica de carne de frango em escala industrial teve um crescimento vertiginoso, quebrando seus próprios recordes de produção quase todos os anos, empregando parcela significativa da classe operária da cidade, e sustentando a acumulação de capital no Oeste do Paraná.

O que as entrevistas que realizei com Seu Firmino e com os outros trabalhadores do frigorífico “velho” que conheci por intermédio dele passavam a evidenciar era que, para esses trabalhadores, esse não foi um processo que pode ser contado de maneira tão linear assim. Antes disso, esse momento foi narrado por eles como uma ruptura em suas trajetórias dentro do frigorífico. Ao falarem sobre o trabalho no antigo Frigovel durante a década de 1980 e parte da década de 1990, os trabalhadores descreviam experiências e atribuíam sentidos a elas que contrastavam com as experiências dos trabalhadores mais recentes empregados na indústria frigorífica. Na década de 1990, quando a Coopavel inaugurou a nova planta produtiva, trabalhadores como Seu Firmino e muitos de seus colegas não foram transferidos para o “novo” frigorífico, pois, para a Coopavel, eles não estavam adaptados à “nova” linha de produção. Dos trabalhadores que entrevistei e que trabalharam no frigorífico “velho”, com exceção de um, todos foram despedidos no final dos anos 1990, mandados embora do trabalho e da vila operária onde moravam.

Assim, o diálogo com essas fontes indicava a possibilidade de comparar a experiência de trabalhadores como Seu Firmino, empregados no antigo Frigovel entre os anos 1980 e o início da década de 1990, com a experiência dos trabalhadores que se ocuparam no frigorífico “novo” desta mesma cooperativa mais recentemente, principalmente a partir da metade da década de 2000. Essa possibilidade me pareceu ainda mais interessante quando passei a me

atentar para o fato de que, para os trabalhadores do frigorífico polivalente que entrevistei, o universo de relações descrito por trabalhadores como Seu Firmino era desconhecido. Com exceção da operária que me apresentou ao Seu Firmino, os outros operários não sabiam da existência do antigo Frigovel e de seu funcionamento até 1999. Delineavam-se, portanto, várias questões relevantes para a compreensão da experiência da classe trabalhadora na cidade de Cascavel-PR.

Nesse sentido, algumas reflexões levantadas por Stéphane Beaud e Michel Pialoux, ao longo do livro *Retorno à condição operária* (2009), foram-me de grande relevância. Apoiados em uma intensa pesquisa de campo, os autores analisaram o conjunto de transformações vivenciadas pelos operários da Peugeot na fábrica de Sochaux, localizada na região de Montbéliard (França) no período que vai do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 até a metade da década de 1990. Nesse período, uma série de mudanças no mundo do trabalho foram experimentadas, e tiveram como consequência, entre outros aspectos, a perda de expressão política do operariado europeu. Comparando a experiência de duas gerações de trabalhadores empregadas nas fábricas da Peugeot na França, Pialoux e Beaud questionaram, entre outros elementos, **por quê** a geração operária da década de 1990 “aceitou” condições sociais de trabalho e de vida que eram “inaceitáveis” para os operários da geração anterior, na década de 1970.

Essas referências encontradas no trabalho de Pialoux e Beaud foram importantes na medida em que abriam a possibilidade de se pensar comparativamente a experiência dos trabalhadores empregados nos frigoríficos da Coopavel em Cascavel-PR entre 1980 e 2015. Que tipo de relações foram vivenciadas por Seu Firmino no antigo Frigovel? Que relações foram alteradas nesse intervalo temporal que separa trabalhadores mais velhos como Seu Firmino dos operários recentes do frigorífico da Coopavel? Como essa mudança foi vivenciada pelos trabalhadores do antigo frigorífico? No que a análise das mudanças nas relações sociais estabelecidas entre o frigorífico “velho” e os trabalhadores ali empregados pode nos ajudar a problematizar a experiência dos operários mais jovens, ocupados no frigorífico polivalente a partir da década de 2000? De que maneiras a compreensão desse processo histórico é relevante para problematizarmos a experiência dos trabalhadores enquanto classe, no sentido de discutir historicamente a *formação* dos valores e referências que constituem a cultura e a identidade dessa classe operária, bem como os conflitos, as tensões e os embates em torno deles? Foram essas algumas das indagações que justificaram a mudança na proposta inicial deste estudo. A exposição da pesquisa que o leitor encontrará aqui é o resultado parcial das análises e das

discussões das fontes a partir das questões levantadas acima. Em relação ao recorte temporal inicial, ele foi recuado de maneira a permitir a reflexão sobre as experiências dos trabalhadores no antigo Frigovel, compreendendo, portanto, os anos entre a década de 1980 e 2015. Quanto aos trabalhadores de outros frigoríficos que têm operado na cidade de Cascavel-PR depois dos anos 2000 e que estavam incluídos no objeto inicial da pesquisa, como é o caso da Globoaves, nas alterações que foram realizadas, optei por retirá-los, uma vez que, dentro das questões que se desenharam no diálogo com as evidências na pesquisa, eles acabariam por ficar relativamente deslocados das perguntas.

Para melhor situar a organização desta pesquisa, fizemos um breve esboço. O primeiro capítulo teve como objetivo principal discutir as tensões e as contradições que atravessaram as transformações na indústria da carne na cidade de Cascavel-PR e no Oeste do Paraná durante as décadas de 1980 e 1990, a partir da perspectiva da classe dominante local. Nesse sentido, o caso da cooperativa cascavelense Coopavel foi abordado de maneira mais detida na medida em que permitiu tratar e analisar essas contradições. No segundo capítulo da dissertação, por sua vez, foi dedicado a discussão da experiência dos trabalhadores que estiveram empregados em açougues e fabriquetas na segunda metade do século XX. Além disso, ao longo desse capítulo também foram abordados os conflitos e as tensões entre essas formas distintas de produção de carne e o processo de expansão da indústria frigorífica no Oeste paranaense entre as décadas de 1980 e 2010. Por fim, o terceiro e último capítulo apresenta as transformações históricas na organização do trabalho nos frigoríficos ligados à Coopavel na cidade de Cascavel-PR entre o início da década de 1980 e a primeira metade da década de 2010, tendo como objetivo problematizar os modos como essas transformações nas relações de trabalho foram experimentadas e interpretadas pela parcela da classe trabalhadora empregada nos frigoríficos da Coopavel.

CAPÍTULO 1: COOPAVEL E A MONTAGEM DA INDÚSTRIA DA CARNE EM CASCAVEL-PR (1980-2015)

1.1 INTRODUÇÃO: A “GALINHA DE OURO” DO OESTE DO PARANÁ

Em reportagem publicada no início do mês de fevereiro de 2016 pelo jornal *O Paraná*, fundado na década de 1970 e sediado na cidade de Cascavel-PR, os leitores do jornal são informados de que, juntas, as seis maiores cooperativas agroindustriais do Oeste do Paraná¹ alcançaram no ano de 2015 um faturamento na casa dos R\$16 bilhões. Segundo a reportagem, ao passo que o sistema cooperativista paranaense em geral, formado por 223 cooperativas, apresentou um crescimento médio de 11,8% em relação ao ano de 2014, a média do aumento no faturamento desse seleto grupo de meia dúzia de cooperativas do Oeste do Paraná foi 15% superior em relação ao mesmo ano de 2014 (O PARANÁ, 03/02/2016).

Destrinchados entre as seis cooperativas, o faturamento de algumas das empresas é ainda maior do que a média. A Copagril, em Marechal Cândido Rondon-PR, por exemplo, faturou em 2015 R\$1,31 bilhão, 15% a mais do que no ano anterior. Em valores absolutos, a maior marca foi registrada pela C.Vale, de Palotina-PR, que faturou R\$5,5 bilhões em 2015, 18% a mais do que o ano anterior. Percentualmente, o maior índice foi obtido pela cooperativa Lar, sediada em Medianeira-PR, que em 2015 faturou expressivos 31,15% a mais do que em 2014, perfazendo algo em torno de R\$4 bilhões (O PARANÁ, 03/02/2016). Ainda de acordo com a reportagem de *O Paraná*, a explicação para o desempenho alcançado por essa última cooperativa estaria diretamente relacionada à avicultura, uma vez que “o número de frangos abatidos na Unidade Industrial de Aves teve um aumento de 20,7%, o correspondente a 84 milhões de aves; na base, o número de avicultores saltou para 835, um acréscimo de 19,8%” (O PARANÁ, 03/02/2016).

O crescimento exponencial da produção das cooperativas e suas indústrias ligadas ao processamento de carne de frango no Oeste paranaense nos últimos anos ajudam a dimensionar também a expansão desse setor a nível nacional. Segundo informações disponibilizadas pela Embrapa por meio da Central de Aves e Suínos (CIAS), em 2014, o Brasil produziu aproximadamente 12.692.250.513 quilos de carne de frango. Sobre esse mesmo ano, o

¹ C.Vale (Palotina-PR), Lar (Matelândia-PR), Copagril (Marechal Cândido Rondon-PR), Copacol (Cafelândia-PR), Coopavel (Cascavel-PR) e Primato (Toledo-PR).

Relatório Anual da Associação Brasileira de Proteína Animal informa que esse volume de produção garantiu ao Brasil o terceiro lugar no ranking mundial de produção de carne de frango, atrás apenas dos Estados Unidos (1º - 17.254 mil toneladas) e da China (2º - 13.000 mil toneladas). Segundo o mesmo relatório, 67,7% da produção total foram destinadas ao mercado interno, ao passo que as exportações responderam pelos outros 32,3%. A região Sul do Brasil foi a que mais contribuiu para esses números, produzindo 8.054.502.175 kg (63,46%) do total de carne de frango industrializada em 2014 (ABPA, 2015).

Por outro lado, o Brasil liderou a lista dos países exportadores. Mesmo que apenas 1/3 da carne de frango brasileira tenha sido direcionada para o mercado exterior, o país despejou nesse mercado cerca de 4.099.596.916 kg no ano de 2014. Percentualmente, as exportações brasileiras responderam a 37,34% do total de 10.977 milhões de toneladas produzidos mundialmente e destinados à exportação nesse setor. Com referência a esse mesmo ano, o Paraná liderou o ranking nacional dos estados que mais exportaram carne de frango com 32,21%, cerca de 1.320.480.166 kg. O estado de Santa Catarina, que exportou 1.002.351.445 kg de carne de frango (24,45%), e o estado do Rio Grande do Sul, com 752.276.034 kg (18,35%), vieram em segundo e terceiro lugares no ranking nacional, respectivamente. Portanto, assim como na produção total de carne de frango, a região Sul do Brasil também obteve destaque nas exportações dessa mercadoria, respondendo a 75% das exportações nacionais em 2014, o que contabilizou 3.074.697.687 kg de carne de frango destinadas ao exterior (ABPA, 2015).

A região Oeste do Paraná, portanto, pode ser apontada como uma das regiões diretamente ligadas à posição da avicultura paranaense nas estatísticas nacionais de produção total e exportação de carne de frango. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) calculou que, entre janeiro e dezembro de 2015, 70% das exportações do Oeste do Paraná foram provenientes do setor avícola. Dos US\$ 280.186.181 milhões exportados pelo município de Cafelândia-PR (sede do frigorífico da Copacol) em 2015, US\$ 175.265.332 milhões (62,55%) foram oriundos da venda de 122.834.901 kg de carne de frango. A indústria da carne de frango de Palotina-PR, na qual funciona o frigorífico da C.Vale, exportou US\$ 142.698.633 milhões (29,7) do total de US\$ 241.591.352 registrados pelo município no mesmo período de 2015, o que significou algo 100.755.551 kg de carne. Em Marechal Cândido Rondon-PR, também no Oeste paranaense, 63,49% (US\$ 49.475.323 milhões – 27.285.747 kg) das exportações vieram do frigorífico local, pertencente a Copagril, e, por fim, em Matelândia-

PR, outro município da região, os frangos industrializados no frigorífico da cooperativa Lar perfizeram 80,26% das exportações entre janeiro e dezembro de 2015.

As milhares de toneladas de carne de frango produzidas nos frigoríficos de cooperativas como a C.Vale (Palotina-PR), a Copacol (Cafelândia-PR), a Lar (Matelândia-PR), a Coopavel (Cascavel-PR) e a Copagril (Marechal Cândido Rondon-PR), sustentam a participação do Oeste paranaense nas estatísticas. Localizado no Oeste paranaense, o município de Cascavel-PR, por exemplo, no qual estão instalados dois grandes frigoríficos de processamento de carne de aves, apresenta um panorama semelhante aos outros municípios da região já mencionados. Os dados oficiais divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) para o ano de 2015 (janeiro a dezembro), por exemplo, permitem-nos dimensionar a pujança econômica vivenciada pela indústria frigorífica nesse município. Segundo esses dados, ao longo deste ano de 2015 os frigoríficos da Coopavel e da Globoaves² produziram 105.120.823 kg de carne de frango para exportação. Tamanho volume de carne respondeu por 43,3% das exportações realizadas pelo município em 2015, angariando o valor de US\$ 184.257.733 (MDIC, 2016).

Cabe destacar também que a expansão da cadeia avícola nas últimas três décadas não tem impactado econômica e socialmente apenas os municípios onde estão instalados frigoríficos de frangos no Oeste paranaense. Dezenas de municípios da região estão agora vinculados à avicultura, nos quais os agricultores integrados às cooperativas são responsáveis pela criação e engorda das aves que posteriormente serão industrializadas nos frigoríficos. Assim, a evolução do rebanho de frangos no Oeste do Paraná também evidencia a crescente presença da cadeia avícola no campo. Em 1990, registrava-se 14.245.592 frangos na região, plantel que saltou para 35.172.075 em 2000, cinco anos depois, em 2005, chegou a 52.434.006 frangos, e, no ano de 2010, atingiu 71.903.497 animais (IBGE, 2015). Percentualmente, em vinte anos, o rebanho de frango no Oeste do Paraná cresceu cerca de 504, 74%. Na mesma direção, multiplicaram-se o número de aviários para suportar o crescimento do rebanho de

² A Globoaves é uma empresa de capital privado, que, junto com outras cinco empresas, compõe o grupo Kaefer. Além do frigorífico em Cascavel-PR, que começou a operar a partir de 2003, quando foi adquirida a planta produtiva do antigo frigorífico Chapecó, em dificuldades financeiras desde 1998, e tem hoje capacidade de abater até 155.000 aves/dia, a Globoaves também possui frigoríficos de frango instalados em Lindóia do Sul-SC (50.000 aves/dia), Bariri-SP (50.000 aves/dia), Castelo-ES (75.000 aves/dia), Espigão do Oeste-RO (50.000 aves/dia), além de um frigorífico de suínos em Laranjeiras do Sul-PR com capacidade de abate de 1.000 suínos/dia. Segundo o Relatório Anual da ABPA, das 15 empresas que mais exportaram carne de frango em 2014, cinco delas são cooperativas sediadas em municípios do Oeste paranaense. Caso consideremos também as empresas de capital privado, são seis entre as quinze primeiras empresas atuando na região. A Kaefer assumiu a 9ª posição e a Coopavel emplacou a 11ª posição (ABPA, 2015).

frangos. Os dados levantados por Diane Belusso (2014), por exemplo, indicaram que, em 2009, os doze municípios que concentraram o maior número de aviários integrados às cooperativas do Oeste Paranaense somaram juntos 1.922 aviários³.

Na visão das classes dominantes, amplamente divulgada em meios de comunicação como o jornal cascavelense *O Paraná*, o desempenho obtido pela avicultura e as agroindústrias no Oeste paranaense seria responsável pelo desenvolvimento econômico da região e pela geração de dezenas de milhares de empregos no campo e nas cidades. Mais do que isso, para a burguesia local, a cadeia de produção de carne de frango seria também sinônimo de uma suposta estabilidade. É o que nos sugere, por exemplo, a reportagem de *O Paraná* do dia 17 de abril de 2015, na qual, sob o sugestivo título “Sem ‘voo de galinha’ na avicultura do Oeste”, somos informados de que,

A expressão “voo de galinha” serve para ilustrar aqueles empreendimentos que têm “fôlego curto” e logo perdem a viabilidade. Este não é o caso da avicultura paranaense, especialmente no Oeste do Paraná. Enquanto a economia brasileira vive momento de tensão, o setor de carne de frango comemora recuperação na exportação, com destaque para a abertura de novos mercados como da Ásia. O Paraná, com destaque para cidades da região Oeste como Toledo e Cascavel, é responsável por um terço da exportação de carne de frango do país, segundo dados do Sindiviapar – Sindicato das Indústrias de Produtores Agrícolas do Estado do Paraná. Para o consultor de negócios com ampla experiência no setor, Carlos Tortelli, o bom momento deve ser aproveitado para promover a expansão da atividade de forma horizontal. (*O PARANÁ*, 17/04/2015, p. 1).

Em outra reportagem, datada de quatro de outubro de 2015, *O Paraná* comemorava mais uma vez essa história de sucesso empresarial das cooperativas agroindustriais no Oeste paranaense. Na avaliação do periódico, mesmo em um momento de crise na economia

³ Segundo Belusso (2014), em ordem decrescente, os doze municípios que contabilizam maior número de aviários no Oeste do Paraná seriam Cafelândia-PR, Palotina-PR, Nova Aurora-PR, Formosa do Oeste-PR, Marechal Cândido Rondon-PR, Jesuítas-PR, Cascavel-PR, Assis Chateaubriand-PR, Corbélia-PR, Santa Helena-PR, Maripá-PR e Céu Azul-PR. A autora também destacou que os municípios não compõem áreas de abrangência exclusiva, uma vez que em um mesmo município existem mais de uma cooperativa com aviários integrados. Sobre isso, diversos estudos recentes têm apontado como o regime de parceria entre os agricultores e as cooperativas tem sustentado uma importante dimensão da exploração do trabalho na cadeia avícola (SANTOS CÊA; ZEN, 2014; STORTI, 2014; MOREIRA; FAGNANI, 2014). Igualando juridicamente agricultores e cooperativas, os contratos de parceria deslocam para os primeiros a responsabilidade de contratar a força de trabalho necessária ao funcionamento dos aviários e garantir os seus direitos trabalhistas. Soma-se a isso uma série de mecanismos dispostos nos contratos de parceria que responsabilizam os agricultores pelas perdas decorrentes do processo de crescimento e engorda dos lotes de pintainhos. O retrato que se tem a partir desses números é bastante interessante, pois aponta para a expansão da cadeia avícola em lugares interioranos da região. Os trabalhadores que moram em distritos, subdistritos e vilas, tornam-se importantes para o funcionamento da cadeia avícola.

brasileira, os números alcançados pelas agroindústrias nos últimos anos garantiriam à avicultura o emblemático título de “galinha dos ovos de ouro da região Oeste”. Para o periódico, mesmo as cidades que não possuem frigoríficos, mas que estão vinculadas à indústria da carne de frango por meio dos aviários e “onde as economias *respiram avicultura*, esta *boa dependência* é ainda maior e vai muito bem, obrigada” [*grifo meu*], (O PARANÁ, 04/10/2015). Em entrevista para à reportagem de *O Paraná*, o senhor Dilvo Grolli, atual diretor-presidente da Coopavel, revela-nos também uma interpretação que parece ser, sob o ponto de vista das classes dominantes, uma síntese histórica do projeto agroindustrial da carne de frango na região. Segundo o diretor-presidente da cooperativa cascavelense, “Deixamos de vender o grão sem processamento para vender carne. É o produto transformado e com valor agregado que gera emprego, renda e muito desenvolvimento’, comemora” (O PARANÁ, 04/10/2015).

Ao longo da matéria publicada pelo jornal *O Paraná*, em fevereiro de 2016, citada anteriormente, em meio aos números, cifras na casa dos bilhões e a celebração da pujança da produção e dos lucros alcançados pela avicultura e pelas agroindústrias no Oeste paranaense, encontramos também uma síntese acerca do passado recente desse setor muito semelhante àquela apresentada pelo senhor Dilvo Grolli. O periódico cascavelense, a esse respeito, descreve-nos a trajetória de expansão das agroindústrias nas últimas décadas nas seguintes palavras

As seis cooperativas [C.Vale, Lar, Copagril, Copacol, Coopavel e Primato], juntas, contam com 46 mil cooperados e dão ocupação a quase 30 mil colaboradores. Inicialmente focadas na produção de commodities, as empresas agregam valor à produção de grãos com plantéis animais. Em vez de grãos, as cooperativas exportam carne e faturam, dependendo da cotação do dólar, de três a quatro vezes mais (O PARANÁ, 03/02/2016, grifos nossos).

Essa parece ser, portanto, uma síntese compartilhada pela classe dominante local e amplamente difundida nos meios de comunicação. A imagem que se constrói a partir das reportagens e matérias divulgadas na imprensa local acerca da avicultura e das agroindústrias, em consonância com os grupos dirigentes dos frigoríficos da região Oeste do Paraná, tem atribuído a esse setor produtivo uma trajetória linear de expansão. Os trechos de reportagens transcritos acima são emblemáticos daquilo que pode ser entendido como uma imagem-síntese do desenvolvimento da agroindústria no Oeste paranaense. As classes dominantes apresentam a expansão da cadeia avícola e o desenvolvimento das agroindústrias como um caminho “natural” para a região, como um fato social dado. Nessa imagem-síntese, ressalta-se ainda uma

suposta estabilidade, capaz de movimentar o setor mesmo em momentos de crise. Contraditoriamente, para a “galinha dos ovos de ouro” do Oeste do Paraná não haveriam “voos de galinha”.

Do ponto de vista da História Social, cabe-nos questionar que contradições e que tensões são essas que permanecem omitidas no discurso das classes dominantes que procura justificar e legitimar a expansão da avicultura e das agroindústrias no Oeste do Paraná entre a década de 1980 e a primeira metade da década de 2010. Quais conflitos são aplainados na afirmação de que as transformações ocorridas nas últimas três décadas são o resultado da “necessidade” de se “agregar valor à produção”? Como esse processo foi vivenciado e articulado pelas classes dominantes no município de Cascavel-PR? De modo mais específico, ao longo deste primeiro capítulo, problematizarei o sentido atribuído pelos grupos sociais ligados à consolidação das agroindústrias, particularmente, dos frigoríficos de frangos nas últimas três décadas a luz destas questões.

1.2 CRISE, INDÚSTRIA DA CARNE E A COOPAVEL NA DÉCADA DE 1980

Durante as décadas de 1970 e 1980, a atividade de produção de carne no Oeste paranaense esteve ligada quase que exclusivamente ao abate, à desossa e à comercialização da carne suína e, em menor medida, da carne bovina. Havia na região vários açougues, casas de carnes e pequenos abatedouros, também chamados de fabriquetas, que ocupavam não mais do que uma dezena de trabalhadores para produzirem e comercializarem carne suína e bovina. Parte significativa desses estabelecimentos sobrevivia a partir do abate de animais criados nas propriedades dos seus donos, ou, então, da compra dos animais criados pelos trabalhadores dos sítios vizinhos. Em certo sentido, principalmente durante as décadas anteriores ao início dos anos 1990, a produção de carne no Oeste paranaense a partir desses pequenos estabelecimentos, ao mesmo tempo em que respondeu a uma parte importante da carne abatida e consumida na região, vinculava-se a um modo de viver e trabalhar bastante específico. Mesmo em meados da década de 1990 a presença das fabriquetas, das casas de carne e dos açougues ainda era registrada pelos meios de comunicação locais⁴.

⁴ Segundo reportagem do jornal cascavelense *O Paraná*, o médico veterinário responsável pela Vigilância Sanitária em Cascavel-PR no ano de 1993 estimava que “75% de carne consumida no município é originária de abatedouros clandestinos”. A experiência dos trabalhadores ocupados nos açougues, casas de carnes e fabriquetas entre as décadas de 1970 e 1990 constituem um importante capítulo para a construção de uma História Social dos

No entanto, esses pequenos abatedouros e fabriquetas já dividiam o cenário da produção de carne no Oeste paranaense com os frigoríficos que passaram a se instalar na região. Em 1963, por exemplo, instalou-se na cidade de Marechal Cândido Rondon-PR o Frigorífico Rondon S/A (Frirondon). Seis anos mais tarde (1969), o Frirondon entrou em dificuldades financeiras e foi vendido à Frimesa/Ruaro. Em 1979, o frigorífico seria adquirido pela multinacional estadunidense Swift-Armour, que manteve a planta produtiva por uma década, até 1989, quando o frigorífico foi novamente vendido, dessa vez para a Ceval. Em 1996, a Ceval anunciou o fechamento do frigorífico de abate de suínos (PEREIRA, 2014; BOSI, 2016).

Também na década de 1960, o Frigorífico Medianeira S/A (Frimesa) instalou uma planta para o abate e para a desossa de porcos na cidade de Medianeira-PR. Nesse momento, o frigorífico da Frimesa se manteve como uma empresa particular que comprava parte do rebanho de suínos da região para industrializá-lo. Essa situação foi colocada em cheque no final dos anos 1970, quando a Frimesa foi à falência, em 1978. Um ano mais tarde, em 1979, a massa falida do frigorífico sediado em Medianeira-PR foi adquirida pela central cooperativa Sudcoop, composta à época pela Coasul (São João-PR), Comfrabel (Francisco Beltrão-PR), Camdul (Dois Vizinhos-PR), Coagro (Capanema-PR), Copagril (Marechal Cândido Rondon-PR), Copacol (Cafelândia-PR) e a Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri, que, anos mais tarde, mudaria de nome para C.Vale (Palotina-PR). Ao comprar o frigorífico em Medianeira-PR, a Sudcoop manteve a marca Frimesa nas mercadorias ali produzidas.

No entanto, industrializar carne de suínos e de bovinos durante as décadas de 1970 e 1980 não era uma atividade sem “voos de galinha”. A exemplo do caso dos frigoríficos instalados nas cidades de Medianeira-PR e Marechal Cândido Rondon-PR, vários frigoríficos que se estabeleceram na região fecharam suas portas depois de alguns anos, ou então foram vendidos a outros grupos. A “exceção” a essa afirmação é o frigorífico da Sadia S/A, em Toledo-PR, que, em 1964, adquiriu o Frigorífico Pioneiro, que já operava na cidade desde 1959. Após comprar o frigorífico, a Sadia S/A pôs abaixo a planta produtiva para construir em seu lugar a maior linha de produção de carne do país na época (BOSI, 2016).

Na cidade de Cascavel-PR, a trajetória da indústria da carne entre as décadas de 1970 e 1980 também esteve distante da “estabilidade”. Na metade da década de 1970 já funcionava em Cascavel-PR pelo menos um frigorífico de abate de suínos e bovinos, chamado Friguaçu. Em

Trabalhadores no Oeste paranaense. Da mesma forma, trata-se de um problema histórico importante investigar e discutir como “velhas” e “novas” percepção acerca do abate de carne foram tensionadas ao longo da trajetória recente da indústria frigorífica na região. Esses temas são retomados e aprofundados no capítulo dois.

1979, o Friguaçu entrou em processo de falência e, no ano seguinte, 1980, a Coopavel adquiriu as instalações do frigorífico ao seu patrimônio com o objetivo de comercializar os rebanhos de suínos criados nas propriedades dos agricultores vinculados a cooperativa. Ao comprar as instalações do antigo Friguaçu, a Coopavel adquiriu não somente a planta produtiva, que empregava entre 400 a 600 trabalhadores, mas também o espaço no qual se encontrava a vila operária, com 64 casas.

No entanto, a aquisição do Friguaçu pela Coopavel e a industrialização de carne suína e bovina não eram temas passivos dentro da cooperativa cascavelense. No início de 1985, a Coopavel passava por “dificuldades financeiras”, acumulando uma dívida de Cr\$52 bilhões (O PARANÁ, 07/02/1985, p.1), valor que, se corrigido pela inflação e convertido para a moeda corrente atual (Real), corresponderiam a uma cifra em torno de R\$167.452.709,74⁵. A situação chegava a um ponto crítico tal que, no dia 02 de fevereiro de 1985, os associados da cooperativa realizaram uma assembleia geral com o objetivo de discutir e deliberar acerca da permanência ou não da então diretoria. No dia 03 de fevereiro de 1985, a reportagem de capa do periódico cascavelense *O Paraná* divulgava o resultado da assembleia de associados da Coopavel ocorrida no dia anterior:

Por 952 votos contra 246, os agricultores associados a Coopavel – Cooperativa Agropecuária de Cascavel – decidiram ontem, em assembleia, destituir toda a diretoria da entidade que os representa, que tinha a frente o agropecuarista Luis Boschirolli. [...] Os agricultores decidiram pela saída da atual diretoria da cooperativa em função das dificuldades financeiras por que vinha atravessando a entidade, hoje com uma dívida de Cr\$52 bilhões, *contraída principalmente em investimentos feitos pela diretoria da Coopavel no Parque Industrial* (O PARANÁ, 03/02/1985, p. 1, grifos nossos).

Mais do que o resultado da assembleia realizada no início de fevereiro de 1985, chamamos a atenção o fato de a reportagem construir uma relação direta entre a crise da Coopavel e a aquisição do Parque Industrial da cooperativa cascavelense. O chamado Parque Industrial da Coopavel era composto naquele momento por um laticínio, uma indústria de extração de óleos vegetais e pelo Frigovel (resultado da incorporação da massa falida do antigo Friguaçu em 1980) e foi financiado com empréstimos bancários nacionais e estrangeiros. Esse tema, a

⁵ Para obter esse valor aproximado, calculei a correção da inflação anual entre 1985 e 2015 sobre o valor da dívida da Coopavel, tendo por base as porcentagens fornecidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA). Posteriormente, converti o resultado obtido para a moeda corrente atual utilizando a seguinte fórmula: $(x/1000^3)/2750$.

viabilidade da manutenção do Parque Industrial pela Coopavel, não seria encerrado com a destituição da antiga direção da cooperativa.

Para o lugar da direção destituída, os associados presentes na assembleia também elegeram uma comissão provisória. Tal comissão foi encabeçada pelo “advogado e agropecuarista” Salazar Barreiros – que também era, à época, secretário e então candidato à presidência do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) de Cascavel-PR (O PARANÁ, 08/02/1985, p. 1). Posteriormente, Salazar Barreiros ocuparia o cargo de prefeito do município por duas gestões, entre 1989 a 1992 e de 1997 a 2000. Além dele, entre os outros membros da comissão provisória, constava também o nome do atual presidente da Coopavel, Dilvo Grolli, que compôs a comissão especial na condição de secretário (O PARANÁ, 02/07/1995, p. 1). O objetivo da comissão provisória seria conduzir “os destinos da cooperativa” até que, num prazo máximo de trinta dias, uma nova eleição fosse realizada.

No dia anterior à data da assembleia convocada pela comissão especial para a realização da eleição, 22 de fevereiro de 1985, os membros da comissão se reuniram às 15h nas dependências da cooperativa cascavelense para definir os nomes que deveriam compor uma “chapa de consenso”. No entanto, conforme noticiou o periódico *O Paraná* na manhã do dia da assembleia (23 de fevereiro de 1985), até o fechamento daquela edição, a meia noite do dia anterior, os membros da comissão e alguns outros agricultores permaneciam reunidos “em função dos vários contatos que a comissão de administradores achou por bem realizar com lideranças dos vários setores envolvidos com a Cooperativa” (O PARANÁ, 22/02/1985). A reunião se estenderia noite adentro, sem que nada fosse encaminhado. A assembleia do dia 23 de fevereiro, portanto, iniciou e terminou sem que nenhuma “chapa de consenso” fosse apreciada pelos associados presentes. O resultado da assembleia foi noticiado pelo Jornal O Paraná na edição do dia seguinte, 24 de fevereiro de 1985.

A nova diretoria da Coopavel, Cooperativa Agropecuária de Cascavel [...]deverá ser escolhida somente na próxima semana, dia 2 de março, quando encerrar-se-á a gestão da comissão provisória de administradores para dirigir a Coopavel por um período de trinta dias. A tentativa desta comissão provisória em antecipar a escolha da diretoria definitiva para ontem, foi infrutífera [...] Antes do dia de ontem, a comissão relutou dias para formar ao menos uma chapa única de consenso, sem obter êxito. E as dificuldades para isso ficaram em torno dos três principais componentes da chapa: presidente, vice-presidente e secretário; nenhum dos nomes indicados pela comissão e até pelo conselho fiscal transitório aceitou integrar a chapa [...]. O problema para a composição da chapa, mesmo única, está ocorrendo face à profunda crise

que atravessa a Coopavel. E a propósito desta situação difícil, o presidente da comissão provisória, Salazar Barreiros, revelou que a dívida da Cooperativa que em outubro de 84 era em torno de Cr\$53 bilhões, hoje já chega à casa de aproximadamente Cr\$63 bilhões (O PARANÁ, 1985, 24/02/1985).

O resultado da primeira assembleia, registrado na reportagem de *O Paraná* transcrita acima, é interessante tanto pelos conflitos em torno dos nomes que comporiam a chamada “chapa de consenso”, mas principalmente por evidenciar as tensões na definição das linhas políticas que seriam adotadas pela direção da Coopavel. A falta de êxito na construção de um “consenso” para a formação da nova direção da Coopavel seria contornada com a realização de uma segunda assembleia, convocada pela comissão especial para o dia dois de março de 1985. A composição da “chapa de consenso” manteve o nome de Salazar Barreiros na cadeira de presidente, tendo como vice o também agrônomo Joaquim Felipe Laginski, além da manutenção de Dilvo Grolli na condição de secretário.

Desse modo, quando a nova direção da cooperativa cascavelense é formalmente eleita em assembleia, ao passo que o reconhecimento da instabilidade financeira na qual se encontrava a Coopavel aparentemente era “consensual” (ao menos entre os setores da classe dominante articuladas com a nova direção da cooperativa), a escolha daqueles que seriam os próximos passos e que definiriam os “destinos da cooperativa” frente a esta situação estava longe de ser ponto passivo. Novamente, parte importante do debate que foi estabelecido dentro da cooperativa se orientou pelo questionamento da viabilidade do Parque Industrial da cooperativa cascavelense. As tensões na definição do futuro da Coopavel eram tais que “houve até quem propôs durante a assembleia a venda da cooperativa, embora o cooperado que se manifestou nesse sentido tenha levado vaia de outros agricultores” (O PARANÁ, 24/02/1985). As ações que seriam adotadas pela direção da Coopavel com o objetivo de impedir a insolvência da cooperativa foram registradas pelo jornal *O Paraná* nos meses seguintes. Na condição de fontes históricas, as reportagens do periódico cascavelense que pautaram o tema da Coopavel nesse momento desenham questões relevantes e que nos ajudam a contextualizar a desconfiança da classe dominante local sobre o Parque Industrial e o Frigovel.

Ao registrar o resultado da assembleia do dia dois de março de 1985, em que a “chapa de consenso” para a direção da Coopavel foi formada e eleita, *O Paraná* elencava como uma “dificuldade muito grave hoje enfrentada pela Coopavel” a “falta de credibilidade junto aos agricultores, que não mais vinham entregando sua produção na cooperativa porque sua entidade não dispunha de capital de giro” (O PARANÁ, 03/03/1985). Assim, uma das primeiras ações

da nova direção da Coopavel para lidar com a situação de crise financeira, conforme noticiou dia 05 de março de 1985 o jornal *O Paraná*, foi destacar uma equipe de pessoas – “diretores de entrepostos, técnicos agrícolas e até colaboradores” – para visitar agricultores da área de abrangência da cooperativa. Com a visita, a equipe formada pela nova direção pretendia mobilizar os agricultores a se comprometerem em negociar com a cooperativa os resultados futuros da safra daquele ano, “buscando apoio dos associados para a recuperação da Coopavel” (O PARANÁ, 05/03/1985).

Alguns dias mais tarde, o periódico cascavelense registrava a fala do dirigente da Cotriguaçu, José da Luz Ochoa, acerca da crise vivida pela Coopavel. Segundo Ochoa, “Os problemas são realmente muito sérios, mas o que pregamos durante muito tempo, [...] está agora se concretizando, com uma ampla adesão do quadro associativo as propostas da diretoria” (O PARANÁ, 08/03/1985). Embora estivesse otimista, o dirigente da Cotriguaçu não deixou de reforçar a necessidade de mobilizar os agricultores para que negociassem suas safras com a Coopavel, ressaltando que “as soluções devem partir do próprio quadro associativo, até por uma questão de credibilidade, pois de outra maneira se criaria um quadro de desconfiança (O PARANÁ, 08/03/1985).

Embora esteja fora do recorte estabelecido para esta pesquisa, é importante registrar que a historiografia que se dedicou a analisar o desenvolvimento do capitalismo no campo do Oeste paranaense tem ressaltado e problematizado os conflitos que atravessaram essa dinâmica histórica. Durante a década de 1950, a ocupação do Oeste paranaense mobilizou um contingente significativo de pessoas para a região. Esse contexto de crescimento populacional impulsionou, por exemplo, o surgimento de quase 50 novos municípios no Oeste do Paraná nesse período. Orientada a partir de pequenas propriedades, a ocupação dessa região e a organização do trabalho nesses pequenos lotes direcionaram as atividades no campo para a produção de gêneros como o milho e o trigo, além da criação de animais, principalmente suínos. Apoiadas nessa organização, formaram-se durante as décadas de 1960 e 1970 as primeiras cooperativas agrícolas da região, com o objetivo de arregimentar recursos entre estes produtores e direcioná-los para o cultivo de soja e milho, garantindo suporte técnico para o aumento da produtividade no campo e servindo de intermediárias na comercialização dos gêneros produzidos (BOSI, 2015).

No entanto, se, por um lado, a formação da estrutura agrária no Paraná durante a primeira metade do século XX, particularmente nas regiões Oeste e Sudoeste, estabeleceu-se a partir da década de 1950 com base nas pequenas propriedades rurais, por outro, ao longo das

duas décadas seguintes, as transformações na estrutura agrária no Paraná delinearam uma forte tendência na direção da concentração fundiária (SILVA, 1996)⁶. Esse processo desenhou os contornos da experiência de milhares de trabalhadores rurais. Muitos deles perderam as condições que os mantinham no campo. Outros vivenciaram essa dinâmica histórica a partir da experiência dos conflitos e disputas em torno das relações de propriedade e posse da terra no campo⁷. Assim, frente a essa experiência social de exploração e expropriação, muitos desses trabalhadores e trabalhadoras rurais vislumbraram (e vislumbram) na luta coletiva a possibilidade de ter acesso à terra, como foi o caso da formação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO) na primeira metade da década de 1980 e, posteriormente, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em Cascavel-PR em 1986 (MORAES JUNIOR, 2011).

A formação e a consolidação das cooperativas, portanto, estiveram inseridas diretamente nesse contexto. A afirmação das relações capitalistas no campo durante a segunda metade do século XX foram definidas a partir da pressão e dos embates sobre outros sujeitos históricos, seus modos de viver e trabalhar, como, por exemplo, os posseiros e demais trabalhadores rurais pobres (MOREIRA, 2014; CUNICO, 2014). Direcionando a “cooperação” de seus associados em um sentido muito específico – a acumulação de capital –, as cooperativas que se formaram no Oeste paranaense representavam um projeto político para o campo. A afirmação desse projeto não deixou de ser tensionada e contestada, por exemplo, pelas experiências de luta e enfrentamento dos trabalhadores rurais que tiveram seus modos de viver e trabalhar no campo pressionados e transformados (CUNICO, 2014).

Nesse sentido, contextualizada historicamente, a ação de visitar os agricultores como uma das estratégias para “salvar” a Coopavel pode ser entendida também como parte da articulação desse projeto político específico para o campo: a acumulação de capital e a defesa da propriedade privada. Como representante das classes dominantes de Cascavel-PR, o que as

⁶ Os dados disponíveis em relação à região Oeste do Paraná nos permitem inclusive afirmar que essa tendência à concentração fundiária se mantém até o presente. O Censo Agropecuário de 1970 registrou 82.570 propriedades rurais cadastradas no Oeste paranaense, número que encolheu quase -35% passados trinta e seis anos, retrocedendo para 53.013 propriedades cadastradas em 2006, de acordo com o Censo Agropecuário deste ano. Por outro lado, se nesse período o número de propriedades diminuiu, cresceram tanto o tamanho médio das propriedades rurais – aumentando suas dimensões em cerca de 112 % – como a área destinada ao cultivo – aumentando de 1,5 milhões de hectares no início da década de 1970 para 2,2 milhões em 2006 (BOSI, 2015).

⁷ Segundo José Graziano da Silva, os dados coletados pelo Recadastramento do INCRA e pelo Censo Agropecuário do IBGE, evidenciariam que, em 1972, haveriam no Paraná “223.424 famílias sem terras que, na verdade, são apenas as famílias residentes nos imóveis rurais cadastrados e que não são seus proprietários” (SILVA, 1996, p.184).

reportagens veiculadas no jornal *O Paraná* sobre esse assunto descortinam ao tratarem da “falta de credibilidade” da Coopavel junto aos seus associados ou o “quadro de desconfiança” no qual se encontrava a cooperativa cascavelense na metade da década de 1980 – sob o ponto de vista destes setores dominantes – são os conflitos e as dificuldades enfrentadas na afirmação desse projeto. A situação de instabilidade entre a classe dominante acerca da manutenção das próprias cooperativas, entre elas a Coopavel, era sensível a tal ponto que frequentemente encontramos nas edições do jornal *O Paraná* publicadas na metade dos anos 1980 a veiculação de campanhas publicitárias organizadas pela direção da Coopavel que procuravam aproximar os agricultores da cooperativa (Figura 1).

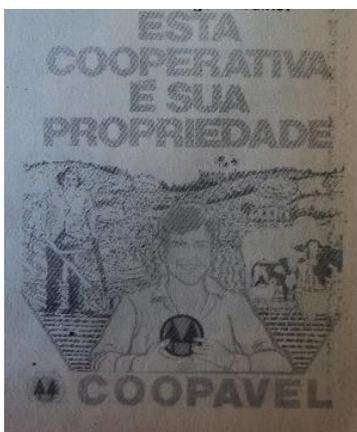


Figura 1: "Esta cooperativa é sua propriedade"

Fonte: O PARANÁ, 22/02/1985.

Ainda assim, mesmo a garantia dos associados em comercializarem suas safras exclusivamente com a cooperativa seria insuficiente para resgatar os passivos da Coopavel. A falência se mostrava o futuro mais provável. Frente a essa quadra, a diretoria eleita e encabeçada por Salazar Barreiros já na primeira semana após a eleição buscou ajuda do Estado, em Curitiba-PR. O acordo pleiteado pela Coopavel e intermediado pelo governo estadual almejava arrecadar cerca de Cr\$15 bilhões, que seriam oriundos dos próprios bancos aos quais a cooperativa devia. Entre essas instituições financeiras estavam bancos públicos e privados como o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Banestado, Banco do Brasil, Nacional, Banco Iochpe, Econômico, Itaú, Banco Frances e Brasileiro, além do Banco Lar Brasileiro, que, segundo o jornal *O Paraná*, era o banco com o qual a Coopavel tinha os maiores passivos (O PARANÁ, 09/03/1985). O acordo final celebrado entre as partes seria fechado com a liberação imediata de Cr\$8 bilhões à

cooperativa e mais Cr\$4 bilhões que estariam disponíveis na condição de crédito rotativo, ou seja, a cooperativa só pagaria juros sobre o montante que viesse a utilizar.

Acordando a rolagem da dívida, ou pelo menos de uma fração dela, e, simultaneamente, negociando a liberação de mais crédito, a direção da Coopavel ambicionava impedir que o patrimônio da cooperativa se tornasse massa falida e, ao mesmo tempo, retomar condições de funcionamento para poder comercializar a safra dos seus associados em 1985. Assim, mesmo não atingindo o montante ambicionado inicialmente pela direção da Coopavel, o contrato celebrado na capital paranaense em março de 1985 foi saudado com entusiasmo pelo editorial d'O Paraná.

Quando veio à tona a rela situação financeira em que se encontrava a Coopavel, a impressão inicial era de que não haveria a mínima chance de contornar a situação, que chegou a um estágio mais crítico a medida em que os dias foram passando e ninguém se manifestava disposto a tomar a atitude até heroica de candidatar-se à presidência e assumir o “pepino”. [...] Enquanto membros da antiga diretoria, que foi “despejada” pelos próprios associados, desconheciam por completo sua própria responsabilidade pela crise e até tratavam de tomar o famoso “chá de sumiço”, sucessivas reuniões eram realizadas na Coopavel, envolvendo os mais diversos segmentos da sociedade cascavelense, sempre vislumbrando uma maneira “mágica” de salvar a cooperativa. Dessas sucessivas reuniões é que surgiu uma diretoria com novos personagens e nova mentalidade, que acabou eleita pelos associados. Só ai é que iniciou-se, efetivamente, a luta na busca de uma solução. O presidente eleito, Salazar Barreiros, foi a Curitiba, explicou a situação ao secretário das Finanças e vice-governador, João Elísio e então o governo do Estado comprou a “briga”. Na noite de segunda-feira, então, é que foi anunciada oficialmente a primeira vitória nesta batalha. O Governo do Estado conseguiu, junto a bancos privados e estatais, a liberação dos recursos para a compra da safra, o que permitirá à Coopavel a formação de um capital de giro inicial para contornar a crise. Paralelamente a isso, o Estado também está tomando outras medidas imprescindíveis e que certamente permitirão a sobrevivência da cooperativa. [...] Às multinacionais que estavam vivamente interessadas na falência para tirarem proveito da situação, um forte “abraço”, pois a Coopavel vai sobreviver! (O PARANÁ, 14/03/1985).

O tom comemorativo do editorial, celebrando a “maneira ‘mágica’ encontrada para salvar a cooperativa oficializada em Curitiba-PR, deixa claro a vinculação dos interesses do jornal *O Paraná* e de outros setores da classe dominante cascavelense com a manutenção da Coopavel, principalmente enquanto defesa de um projeto específico para o desenvolvimento do capitalismo na região Oeste do Paraná. No entanto, apesar da linguagem otimista, o futuro não era tão certo assim e o editorial também evidencia que a “salvação” da cooperativa cascavelense não era consenso entre credores e empresas multinacionais com as quais a cooperativa tinha

dívidas. Um exemplo emblemático disso parece ser o caso da multinacional estadunidense Anderson Clayton⁸, com a qual estavam vinculadas parte das dívidas da Coopavel na metade dos anos 1980.

Segundo reportagem publicada pelo jornal *O Paraná* em 14/04/1985, o início da dívida da cooperativa cascavelense com a multinacional estadunidense se deu no final de 1984, quando a Coopavel (à época dirigida pela gestão encabeçada por Luis Bosquirolli) comprometeu-se em vender à Anderson Clayton Co. vinte mil toneladas (333 mil sacas) de soja. Como adiantamento, em outubro de 1984, a Anderson Clayton Co. repassou à Coopavel Cr\$6 bilhões, com a contrapartida que a cooperativa se comprometeria a “entregar o volume na safra de [19]85, no momento em que a empresa [Anderson Clayton Co.] solicitasse”. Quando o ano de 1985 se iniciou a Coopavel não tinha condições de honrar seus compromissos, em parte, devido as demais dívidas acumuladas e, também, porque a cooperativa sequer possuía o volume de grãos de soja armazenado, uma vez que, da perspectiva da direção da Coopavel e do jornal *O Paraná*, havia uma grande “desconfiança” dos associados em relação à cooperativa.

A multinacional estadunidense; contudo, não intencionava abrir mão de receber o volume de soja acertado previamente, ou então, o valor adiantado à Coopavel em outubro de 1984 (Cr\$ 6 bilhões) acrescido de juros. Em abril de 1985, a dívida entre Coopavel e Anderson Clayton Co. já estava estimada na casa dos Cr\$ 13 bilhões (*O PARANÁ* 14/04/1985). O impasse teve termo quando, por intermédio da Central Cooperativista Cotriguaçu, da qual a Coopavel é uma das cooperativas singulares, negociou-se que a dívida da cooperativa cascavelense com a Anderson Clayton Co. seria saldada com a prestação de serviço de embarque para os produtos da multinacional estadunidense no terminal portuário de exportação da Cotriguaçu em Paranaguá-PR, no litoral paranaense. Os Cr\$ 13 bilhões que a Coopavel devia para a Anderson Clayton Co. e que agora seriam pagos pela Cotriguaçu, seriam convertidos em créditos no mesmo valor da central cooperativista com a Coopavel. Ao relatar para o periódico

⁸ A Anderson Clayton ando Company foi fundada em 1904 na cidade de Oklahoma City, nos Estados Unidos da América. Em 1916, a empresa foi deslocada para Houston, Texas. Inicialmente, a Anderson Clayton Co. produzia e comercializava algodão. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1919), a Anderson Clayton Co. passou a expandir sua produção para outros países e, em 1944, tornou-se a maior exportadora de algodão do mundo. Além do algodão, a Anderson Clayton Co. também ampliou sua produção com outros grãos, como a soja e a produção de rações animais derivados dela. Em 1981, a Anderson Clayton Co., já atuando no Brasil e “tendo em vista a expansão do mercado interno de produtos/ básicos de alimentação, o aumento da produção de grãos e o mercado externo favorável, programou [...] investimentos da ordem de 35 milhões de dólares, com o objetivo de aumentar sua capacidade de produção de rações e de processamento de soja e caroço de algodão (*A Granja Avícola*, maio de 1980, p. 26 apud (SORJ; POMPERMAYER; CORADINI, 2008), p. 13). Em 1986, a Anderson Clayton Co. foi vendida a estadunidense Quaker Oats Company.

O Paraná a situação envolvendo Coopavel e Anderson Clayton Co., Salazar Barreiros, presidente da cooperativa cascavelense, afirmou que logo no início da safra de 1985 “a Anderson Clayton tratou de fazer valer seus direitos – plenamente estabelecidos – e chegou a encostar caminhões em frente a entrepostos da Coopavel, para começar a retirada da soja, mas depois acabou partindo para entendimentos”. Não seria um absurdo imaginar que o editorial do jornal *O Paraná* citado anteriormente, ao se referir às “multinacionais que estavam vivamente interessadas na falência [da Coopavel] para tirarem proveito da situação” (*O PARANÁ*, 14/03/2016) tivesse em mente situações similares a que se estabelecia entre a Coopavel e a Anderson Clayton Co.

A desconfiança acerca da viabilidade do Parque Industrial adquirido pela Coopavel no início da década de 1980 estava relacionada a todos esses elementos, desde “desconfiança dos associados” com relação à cooperativa, até o endividamento com o capital financeiro e a dependência de grandes empresas multinacionais. Além disso, entre a metade da década de 1980 e o início da década seguinte, podemos encontrar na imprensa cascavelense evidências acerca de algumas situações emblemáticas das contradições com as quais se debatiam o Frigovel e outros frigoríficos de suínos e bovinos do Oeste paranaense nesse período. Não eram poucas.

Em 06 de julho de 1987, o jornal *O Paraná* registrava a reclamação do presidente da Associação Municipal dos Suinocultores de Cascavel, Leudegar de Souza, de que “a dependência dos suinocultores ainda é muito grande, principalmente, nas indústrias de insumos” (*O PARANÁ* 06/06/1987). Segundo ele, os suinocultores já tinham de assumir uma dívida para iniciar o plantel de animais, visto que já nesse momento recebiam adiantado os insumos necessários. Os recursos gastos e as dívidas acumuladas na produção dos suínos, no entanto, ao final do processo não eram saldadas com os preços praticados pelos frigoríficos. “Em resumo, quem faz o preço dos suínos são as indústrias que fornecem a ração” (*O PARANÁ* 06/06/1987). Leudegar de Souza apelava à “união de todos os suinocultores” e os convocava para o IV Encontro Estadual de Suinocultores, que ocorreria no dia 17 de julho daquele ano em Guaraniaçu-PR, com o objetivo de discutir uma solução para a situação favorável aos suinocultores, encontro no qual ficaria definido que “todos os segmentos ligados à suinocultura traçaram uma linha de trabalho que elevou o preço mínimo do suíno para Cz\$ 24,00” (*O PARANÁ*, 06/08/1997).

No entanto, dois meses depois, no início de agosto de 1997, conforme divulgava o jornal cascavelense *O Paraná*, a Associação Paranaense dos Suinocultores (APS) “divulgou nota à

imprensa, onde afirma que o acordo não está sendo cumprido pelos frigoríficos”. Os frigoríficos, por sua vez, alegavam inviabilidade econômica em praticar os preços acordados com os suinocultores sem que o governo federal se comprometesse a comprar as mercadorias produzidas pelas indústrias frigoríficas. No início de dezembro, a situação não era distinta e os frigoríficos de suínos permaneciam se negando a pagar o valor estabelecido entre governo e suinocultores sem que a contrapartida exigida do governo federal fosse cumprida. Segundo o presidente da Coopavel, Salazar Barreiros, “com a alta do preço, a carne suína poderá ter seu consumo retraído, e por isto o governo deveria garantir a compra do produto para formar estoque, evitando a superoferta sem mercado consumidor” (O PARANÁ, 08/12/1987).

E as tensões e conflitos que envolviam os frigoríficos no Oeste Paranaense não se restringiam aos preços pagos para os suinocultores. Para frigoríficos como o Frigovel, mantido pela Coopavel, a industrialização da carne bovina também não se encontrava em momentos muito promissores na metade da década de 1980. No dia 20 de novembro de 1986, o jornal O Paraná, avisava que, em Cascavel-PR, “Carne, nem para remédio!”. Assim, informava o periódico cascavelense que

Continua a falta de carne de gado nos supermercados e em açougues particulares da região. O abastecimento não está sendo feito pelos frigoríficos, que também estão sem a mercadoria para comercializar, porque não estão conseguindo comprar os bois para o abate (O PARANÁ, 20/11/1986).

Assim como no caso da carne suína, o governo federal estabelecia uma tabela de preços máximos que seriam pagos aos pecuaristas na compra e na venda dos animais, bovinos e suínos. Da mesma forma, em ambos os casos, colocavam-se em rota de colisão os interesses de diferentes setores da classe dominante e seus representantes, ligados tanto à criação de suínos e bovinos, como aos frigoríficos. Certamente, compreender mais a fundo o processo e as contradições que envolveram a articulação desses setores na defesa de seus interesses demandaria, por si só, uma pesquisa histórica específica, que, no entanto, não faz parte da problemática deste trabalho. De qualquer forma, como evidenciam as reportagens veiculadas na imprensa cascavelense, a falta de abastecimento de carne suína e bovina nos açougues na região Oeste do Paraná não era exatamente uma novidade nesse período.

Nesse contexto, vale lembrar que nem mesmo o frigorífico de processamento de carne de suínos e bovinos mantido pela cooperativa cascavelense era visto com otimismo, a ponto de o Frigovel estar incluído naquilo que foi chamado de “plano de desmobilização” da Coopavel

pelo presidente da direção eleita em 1985, Salazar Barreiros (O PARANÁ, 05/03/1985). E, apesar de não ter sido vendido, conforme previa o plano inicial, o Frigovel e a industrialização de carne suína e bovina estavam longe de serem entendidos como “salvação” para a situação crítica na qual se encontrava a Coopavel naquele momento

A curto prazo, a renegociação das dívidas da cooperativa com os bancos e a liberação de mais crédito conseguiram impedir o que parecia ser a falência iminente da Coopavel. Por sua vez, mantiveram a relação de dependência com o capital financeiro, pois, além da rolagem da dívida, parte dos empréstimos contraídos pela direção para manter a cooperativa em funcionamento, foram firmados com os mesmos bancos credores dos dividendos pretéritos. No entanto, no médio prazo, ainda era preciso articular um projeto capaz de dirimir as contradições nas quais se encontrava a Coopavel e que balizavam a manutenção das relações capitalistas no campo, a viabilidade da industrialização de carne e a sobrevivência da cooperativa cascavelense na metade da década de 1980 – a “falta de credibilidade” e o “quadro de desconfiança” junto aos associados, para usar as expressões empregadas pelo periódico *O Paraná*.

1.3 COOPAVEL E A INSTALAÇÃO DOS FRIGORÍFICOS DE FRANGOS NO OESTE DO PARANÁ

Na metade da década de 1980, avicultura e a indústria da carne de frango pareciam estar em um momento distinto daquele que atravessava a Coopavel e outras cooperativas. Instalada desde 1964 na cidade de Toledo-PR, a Sadia inaugurou uma linha de produção de carne de frango ainda nos anos 1970. Em 1984 a Sadia estabelecia um novo recorde de exportação de alimentos. Naquele ano, enviou ao exterior algo em torno de 490 mil toneladas de produtos, o que correspondeu a cerca de US\$ 248 milhões na época. E, justamente por esse desempenho, a empresa seria condecorada pela Câmara de Comércio Árabe-Brasileira com os prêmios “Visconde de Cairu” e “Visconde de Mauá”. O grande destaque nessa quebra de recorde foi creditado à produção de carne de frango, que era abatida e processada em frigoríficos como o que a Sadia mantinha na cidade de Toledo-PR. Segundo relatou o jornal *O Paraná*,

Essa receita de US\$ 248 milhões obtidas pela Sadia no ano passado [1984] representa 22% a mais que a receita de exportação de 1983, de US\$ 204 milhões, e consolida o grupo como o maior exportador brasileiro de frangos congelados. Só em venda de frango ao exterior a Sadia obteve, em 84, US\$ 105 milhões, representando 42,5% da receita global de exportações brasileiras desse produto (O PARANÁ, 08/03/1985, p. 4).

O cenário vivido pela indústria de carne de frango ligada ao grupo Sadia, na metade da década de 1980, portanto, se desenhava bastante distinto daquele no qual se encontrava a Coopavel, mas também da maioria dos frigoríficos de suínos e bovinos no Oeste paranaense na década de 1980 – que frequentemente faliam, fechavam as portas ou eram vendidos a outros grupos⁹. Enquanto a Sadia quebrava recordes de produção e de exportação de carne de frango ao exterior, a Coopavel se encontrava não apenas em dificuldades financeiras, mas também vivia um momento de “falta de credibilidade” entre seu quadro de associados.

A segunda metade da década de 1980 e a década de 1990 marcaram, portanto, um momento de reorganização nas cooperativas da região e na indústria da carne ligada às cooperativas, uma vez que foi nesse período que se instalaram na região a maioria dos frigoríficos de frangos ligados às cooperativas. Essa hipótese pode ser evidenciada, por exemplo, a partir da Tabela 1, na qual se encontra o ano de abertura dos frigoríficos de aves ligados às cooperativas da região. Com exceção da Coopacol na região de Cafelândia-PR, que no início da década de 1980 inaugurava um frigorífico de aves com capacidade para abater cerca de 70 mil aves/dia - e que, no entanto, teria sua capacidade de produção ampliada para 120 mil aves/dia em 1991 –, as outras plantas produtivas de industrialização da carne de frango vinculadas às cooperativas passaram a operar na década de 1990 ou em anos posteriores, como é o caso da Copagrill em 2005.

Tabela 1: Comparativo entre o ano de fundação das cooperativas do Oeste do Paraná e o ano de instalação dos frigoríficos de frangos nas respectivas cooperativas

Cooperativa/Sede	Ano de fundação	Ano de instalação do frigorífico de frangos
COPACOL/Cafelândia-PR	1963	1982
COOPAVEL/Cascavel-PR	1970	1994
C.VALE/Palotina-PR	1963	1997
COTREFAL/LAR/Matelândia-PR	1964	1999
COPAGRIL/ Marechal Cândido Rondon-PR	1970	2005

⁹ É o caso, por exemplo, dos frigoríficos já citados anteriormente e que estiveram instalados nos municípios de Marechal Cândido Rondon-PR e Medianeira-PR. Além deles, podem-se colocar na lista o Friguaçu, em Cascavel-PR, que, após entrar em concordata, foi vendido à Coopavel no início da década de 1970, e também do próprio Frigorífico Pioneiro em Toledo-PR, adquirido pela Sadia em 1964.

Fonte: Organizado pelo autor a partir de: OCEPAR, 2016; COPACOL, 2016; COOPAVEL, 2016; C.VALE, 2016; LAR, 2016; COPAGRIL, 2016.

Formulado frente às dificuldades enfrentadas pelas cooperativas locais, sejam elas relacionadas a comercialização de grãos, ao endividamento ligado ao capital financeiro, às tensões e às contradições na afirmação das cooperativas no campo, ou então, no caso mais específico da Coopavel, às incertezas da manutenção do Parque Industrial no qual estava incluído o Frigovel, o projeto de reorganização das relações sociais no Oeste do Paraná não estava definido *a priori*. Assim, ao longo desses anos, diversos setores das classes dominantes no Oeste paranaense estiveram engajados na formulação de um projeto político capaz de estabelecer condições para a acumulação de capital e o desenvolvimento do capitalismo na região.

Por outro lado, essa experiência de reorganização pautada nos frigoríficos de frango esteve inserida em um amplo conjunto de transformações na produção e industrialização de carne. Diversos estudos têm localizado a expansão da produção de carne de frango no Brasil a partir da década de 1970, num processo que ganharia maior fôlego nos anos 1990. Essa expansão também impulsionou um deslocamento da região em que se concentrava a maior presença dos frigoríficos de frangos, deixando os estados de Minas Gerais e São Paulo em direção a Santa Catarina e Paraná (DALLA COSTA, 1997). Nesse sentido, junto ao momento de “crise” experimentado pelas cooperativas na região Oeste do Paraná em fins da década de 1980 e início da década de 1990, esse processo de expansão da cadeia avícola também compôs parte do cenário que pressionou as cooperativas na direção de uma reorganização das suas atividades com vistas a garantir a acumulação de capital. No entanto, esse processo esteve distante de ser linear.

Algumas das reportagens veiculadas pela imprensa cascavelense nesse período dão-nos uma dimensão interessante dos conflitos que atravessavam a indústria da carne na cidade de Cascavel-PR e na região Oeste do Paraná. As reportagens nos descortinam não apenas as divergências entre os frigoríficos e os suinocultores e bovinocultores, ou então os conflitos entre os frigoríficos e os açougues para os quais a carne industrializada de suínos e bovinos era vendida, mas também nos colocam, por exemplo, defronte a percepções contraditórias acerca da expansão da indústria da carne de frango.

Em junho de 1986, o jornal *O Paraná* registrava na seção “Ponha a Boca no Mundo” a reclamação dos donos de açougues da cidade de Cascavel que, apesar da melhora na procura, não conseguiam abastecer seus estoques e atender a demanda. De acordo com a reportagem, os

proprietários dos açougues culpavam os frigoríficos pelas dificuldades que enfrentavam, “que desejam um aumento de Cz\$ 2,00 por quilo [*do traseiro suíno*], mesmo já tendo aumentado Cz\$ 1,00 por quilo nos últimos dias” (O PARANÁ, 18/09/1986). A dona de um dos açougues que fez a sua reclamação ao jornal *O Paraná* registrava ainda que: “Não podemos concordar em pagar mais porque temos que continuar vendendo dentro da tabela. *Carne congelada não é a solução, e se tiver que trabalhar com ela, prefiro fechar meu estabelecimento*” (O PARANÁ, 18/09/1986, grifos nossos).

Um ano mais tarde, em 1987, o jornal *O Paraná*, no editorial do dia 09 de abril de 1987, posicionava-se ao lado dos pecuaristas para cobrar do governo federal a compra dos rebanhos de gado a preços acima dos praticados no mercado, de modo a absorver o excesso de produção e garantir os lucros dos pecuaristas.

O que está acontecendo agora, com o preço da carne? Segundo autoridades no assunto, ocorre uma situação paradoxal, pois enquanto a vigência do plano cruzado o consumo aumentou e o abate diminuiu, hoje ocorre uma retração de consumo [...] Como a carne está cara para o consumidor de baixa renda e portanto inacessível para quem ganha até três salários mínimos, o consumo está totalmente prejudicado ao mesmo tempo em que o pecuarista não consegue a lucratividade ideal para manter o seu rebanho com uma assistência especial. Como a pecuária é um investimento a longo prazo e no momento o setor está em crise, é preciso de que o governo se conscientize de que é impossível seguir intervindo no setor, salvo se esta intervenção for para evitar desequilíbrios no mercado. O governo deveria aproveitar a safra, comprar carne para estabelecer o seu estoque regulador, e vender na entre-safra, evitando a sazonalidade do mercado. O pecuarista, então, teria a colaboração do governo, que no lugar de intervir desordenadamente no mercado, *estabeleceria um programa que possibilitaria o acesso da população a um produto fresco e de boa qualidade, pois o brasileiro reage a carne congelada com um período muito longo de armazenamento* (O PARANÁ, 09/04/1987, grifos nossos).

Reportagens como essas, como dito anteriormente, colocam em relevo tanto as dificuldades enfrentadas, por exemplo, pela direção da Coopavel na manutenção do Frigovel, quanto algumas das contradições que estiveram presentes na construção de um projeto de industrialização de carne de frango. Ao se colocar na defesa dos interesses dos pecuaristas, o jornal cascavelense evidencia também uma percepção específica acerca da industrialização de carne. Da mesma forma, é significativo a fala da dona de um açougue em Cascavel-PR que, frente aos embates com os frigoríficos e a dificuldade de comprar carne suína e bovina em 1986, afirmava que preferiria fechar seu estabelecimento a ter que depender de comercializar carne congelada (O PARANÁ, 18/09/1986). Sobre isso, conforme destacou Antônio Bosi (2011) ao

discorrer sobre a expansão da cadeia avícola no Brasil nos anos posteriores a década de 1970, para que a industrialização da carne de frango se consolidasse este processo precisou construir “novas necessidades e noções de higiene que alteraram a compreensão popular sobre o preconceito contra o consumo do frango abatido”.

Alterar essa percepção tratou-se de um processo histórico conflituoso que também nos descortina elementos importantes acerca da trajetória da indústria da carne no Oeste do Paraná. Retornarei a esse processo em específico no capítulo seguinte, problematizando como essas novas noções de higiene, ao mesmo tempo em que alteraram a percepção popular acerca da carne de frango congelada, também pressionaram outras práticas de produção de carne. Aqui, cabe registrar apenas que, na metade da década de 1980, mesmo entre setores da classe dominante cascavelense, a industrialização de carne de frango era vista de maneira contraditória e que, portanto, esse projeto teve de ser construído e articulado entre esses setores.

Além disso, no caso das cooperativas em específico, a viabilidade desse projeto estava condicionada à sua capacidade ou não de responder às tensões que delimitavam a manutenção das cooperativas. Nesse sentido, como representante das classes dominantes de Cascavel-PR, o jornal *O Paraná* registrou diversos momentos a partir dos quais é possível mapearmos o processo e as contradições a partir das quais esse projeto foi se definindo.

Em 22 de julho de 1988, conforme registrava o periódico cascavelense, realizou-se na cidade de Cascavel-PR o 10º Encontro Estadual de Comitês Educativos do Paraná¹⁰. Durante sua fala na cerimônia de abertura do evento, o presidente da Coopavel, Salazar Barreiros, argumentou que o evento em questão se tratava de uma oportunidade para que as cooperativas discutissem “os problemas que hoje estão relacionados ao sistema cooperativista paranaense e brasileiro, para que nós possamos traçar um caminho mais firme rumo ao futuro”. Por fim,

Salazar disse também que “é com esta confiança inabalável que o *cooperativismo ainda é a salvação* para a agropecuária brasileira, e que nós estamos confiantes que deste encontro sairão as propostas para a *grande transformação de que o sistema necessita para dar continuidade ao seu desenvolvimento e amparo ao produtor rural*”. (O PARANÁ, 22/07/1988, grifos nossos).

¹⁰ O evento no qual a fala transcrita acima aconteceu foi organizado pela Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), Secretaria Nacional do Cooperativismo (Senacoop) e pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), contanto ainda com o apoio e coordenação da Cooperativa Agropecuária Cascavel – Coopavel. Neste sentido, tratava-se de uma fala dirigida aos “mais de 800 líderes de todas as cooperativas do Estado do Paraná, além do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, São Paulo, Rio de Janeiro, Sergipe, Alagoas e outros estados brasileiros” (O PARANÁ, 22/07/1988).

O encontro no qual a fala do presidente da Coopavel transcrita acima foi realizada não era o primeiro e nem seria o último espaço de discussão para os dilemas das cooperativas no Oeste do Paraná construído pelas entidades que as representavam política e economicamente. No início de fevereiro de 1986, o jornal *O Paraná* já havia aberto espaço em sua edição para publicar um artigo com os resultados preliminares de um estudo organizado pela Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar) acerca dos custos para a produção de aves, suínos e leite. No artigo, em meio às tabelas com os gastos e as possibilidades de aferição de lucros, encontramos uma síntese interessante amarrando a manutenção das propriedades privadas ligadas às cooperativas com a organização de um projeto industrial.

A diversificação da propriedade rural passa necessariamente pela pecuária, e dentro da ação das cooperativas, principalmente pela avicultura, suinocultura e bovinocultura de leite. [...] *As cooperativas, atentas as necessidades de seus cooperados, vêm gradativamente se estruturando para dar suporte a produção através do fomento, da melhoria dos planteis, da agroindustrialização e comercialização* [...] (O PARANÁ, 03/02/1986, grifos nossos).

Como fontes históricas, os dois trechos transcritos acima colocam-nos defronte à articulação de um projeto político realizado pelas classes dominantes locais. Nesse sentido, ambas as posições evidenciam um esforço desses setores em naturalizarem e reafirmarem a presença das cooperativas no Oeste do Paraná como o projeto de desenvolvimento para o campo, omitindo a presença de outros sujeitos históricos e projetos distintos – como, por exemplo, as experiências de organização e luta pela terra já citadas anteriormente (CUNICO, 2014; MORAES JUNIOR, 2011; MOREIRA, 2014). Silenciando tais sujeitos, a “diversificação da propriedade rural” e o incentivo ao “aumento da produtividade” aparecem dentro da narrativa como “necessidade dos cooperados”. A utilização desses termos, portanto, não é desprovida de sentido. Ao contrário, como conceitos, tais termos estão carregados de historicidade, eles representavam e representam a afirmação das relações capitalistas no campo, inclusive enquanto um contraponto aos movimentos sociais de luta pela terra nas décadas de 1980 e 1990 (MOREIRA, 2014). A fala do presidente da Coopavel, Salazar Barreiros, ao se referir a “grande transformação de que o sistema [cooperativista] necessita para dar continuidade ao seu desenvolvimento e amparo ao produtor rural”, ressaltava assim um

problema histórico colocado não apenas para direção da Coopavel, mas também para as classes dominantes ligadas às cooperativas do Oeste paranaense de maneira geral.

Desse ponto de vista, é importante ressaltar que, na formulação e na concretização desse projeto, a direção da Coopavel esteve sintonizada com a imprensa local e com outros setores da burguesia da cidade e da região. As reportagens do jornal *O Paraná* entre os anos finais da década de 1980 e o início da década de 1990 não raras vezes registrariam a articulação das classes dominantes locais em torno da discussão de “saídas para a crise” vivida pelas cooperativas no Oeste paranaense, e, de modo mais amplo, com longas reportagens sobre as “possibilidades” de desenvolvimento da região.

No dia 25 de março de 1988, a Associação de Câmaras e Vereadores do Oeste do Paraná (ACAMOP), a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP), a Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná (CACIOPAR), junto com a Associação Comercial e Industrial de Cascavel (ACIC), promoveram na sede da ACIC em Cascavel-PR um “Seminário sobre Industrialização no Oeste do Paraná”. O evento contou com a participação de vários representantes do poder público, entre eles, Ary Veloso Queiroz, então vice-governador do Estado do Paraná e Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, José Carlos Gomes Carvalho, Secretário de Estado da Indústria e do Comércio, Belmiro Valverde, Secretário da Educação, e Fidelcino Tolentino, então prefeito de Cascavel-PR, “além de reunir cerca de 300 empresários e ainda outras autoridades estaduais, regionais e locais”, segundo a reportagem do jornal *O Paraná*, publicada no dia seguinte ao evento. Para os editores do jornal, como sugere o próprio título da reportagem, “Região Oeste quer industrialização – já”, o saldo dessa reunião da classe dominante local e estadual foi incontestável.

A tônica deste encontro [...] foi de que a região Oeste tem tudo em termos de pujança, potencialidade e infraestrutura, além de ordenação e determinação, para se industrializar, fato frisado por todos os que se pronunciaram desde a abertura solene do seminário, até os painelistas e debatedores dos assuntos explanados (O PARANÁ, 26/03/1988).

Na mesma direção, três anos depois, o editorial de *O Paraná* do dia 28 de março de 1991 esboçou alguns dos dilemas para que o município de Cascavel-PR caminhasse rumo ao seu “futuro industrial” nos seguintes termos:

Cascavel, com seu comércio agilíssimo, gerado por uma agricultura vigorosa, *precisa ainda descobrir, não intelectualmente, como já o faz, mas na prática, a sua vocação agroindustrial*. O Comércio e a agricultura devem manter o seu vigor tradicional, mas integrar-se definitivamente ao processo agroindustrial. Como isto se concretizará, à luz da nova política industrial, é que se apresenta como a tarefa a debater aqui e agora (O PARANÁ, 28/03/1991, grifos nossos).

Produzidas a partir das impressões, expectativas e ações das classes dominantes, o conjunto das reportagens publicadas na imprensa cascavelense no início dos anos 1990, permitem-nos analisar como os contornos de um projeto “agroindustrial” foram gestadas pela Coopavel e pelas entidades empresariais da cidade como um projeto de reorganização da acumulação de capital na região, inicialmente sustentada na produção e na comercialização de grãos. Os meios de comunicação, afinados com os setores das classes dominantes da região, ao mesmo tempo em que contribuíram no processo de articulação desse projeto, buscaram traduzi-lo como um desfecho “natural” de um devir histórico.

Nessa mesma direção, Fagner Guglielmi Pereira, ao analisar o papel da imprensa na articulação e na instalação do frigorífico de aves da Copagril na cidade de Marechal Cândido Rondon-PR em 2005, destacou como a imprensa foi responsável não apenas por propagandar a industrialização como sendo o único projeto acertado, a “vocação” daquele município para o desenvolvimento, mas também “atuou como agente político para criar as condições necessárias para a reprodução do capital através do processo de ampliação da atividade industrial local” (PEREIRA, 2011, p. 13). Assim, na condição de agente político, a imprensa cascavelense atuou no sentido de sensibilizar e de mobilizar o empresariado local em torno do projeto de “agroindustrialização” para o município de Cascavel-PR e o Oeste do Paraná.

No caso das cooperativas, é em meio a esse contexto histórico que se esboçara a aposta na estruturação da cadeia avícola e na construção ou ampliação dos frigoríficos de frangos. No final do ano de 1987, por exemplo, a imprensa local destacou a realização de uma assembleia extraordinária convocada pela direção da Coopavel para o dia 12 de dezembro com o objetivo de prestar contas das atividades desenvolvidas naquele ano, e de discutir “outros assuntos de interesse do quadro associativo”, nos quais, conforme registrou a redação do jornal *O Paraná*, “No item das prioridades para o próximo ano”, entre outras coisas, “os associados aprovaram a proposta da Coopavel estudar a viabilidade de um abatedouro de aves, para atender os cooperados e também os demais aviários localizados em sua área de atuação” (O PARANÁ, 1987).

A Coopavel não foi a única a cooperativa da região a discutir uma “redefinição de prioridades” no final da década de 1980. Em 1989, a Coopacol, cooperativa com sede na cidade de Cafelândia-PR, também no Oeste paranaense, estudava a possibilidade de ampliar a capacidade de produção do seu frigorífico de frangos, inaugurado ainda em 1981. Conforme divulgou o periódico *O Paraná*, o abatedouro de aves fazia parte do “arrojado programa de diversificação” da Coopacol.

Segundo o presidente Ildo Pascoali, a avicultura foi eleita como primeira atividade dentro de um programa que visa reduzir a dependência a que estava exposto o produtor, apostando exclusivamente na soja e no trigo. “Um aviário na propriedade oferece a segurança de uma receita periódica, absorve mão-de-obra família, e o que é também importante: deixa como resíduo o adubo orgânico, que significa economia na formação das lavouras, além de ser um dos responsáveis pela sensível evolução dos níveis de produtividade agrícola”, informa Pascoali. *Os benefícios que a avicultura transfere aos produtores associados também se reflete no desempenho da cooperativa (O PARANÁ, 01/07/1989, grifos nossos).*

Na cidade de Cascavel-PR, o resultado do “estudo de viabilidade” para a construção do frigorífico de aves, encaminhado na assembleia da Coopavel em dezembro de 1987, seria anunciado por Ibrahim Fayad¹¹, sucessor de Salazar Barreiros na cadeira de diretor presidente da Coopavel. Fayad anunciava a decisão favorável da cooperativa pela construção do abatedouro de aves apresentando o projeto de edificação da nova planta produtiva, também chamado de frigorífico polivalente. O projeto tinha como etapa inicial e prioritária a construção da parte correspondente ao abate e industrialização da carne de frango. De acordo com Fayad,

¹¹ Em 1998, Ibrahim Fayad exerceu por um ano a função de chefe de gabinete do governo Jaime Lerner (1995-2003), período no qual ajudou a estruturar a Agência de Fomento do Paraná, com o objetivo de intermediar o repasse de recursos públicos aos agricultores no estado. No ano seguinte (1999), Fayad seria alçado à Brasília -DF para assumir a pasta da Secretaria de Política Nacional Agrícola no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), permanecendo na cadeira por doze meses. Informa-nos o Boletim publicado pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná em maio de 2012, que Ibrahim Fayad é proprietário de uma fazenda de 1.100 hectares, com 1.100 cabeças de vacas, que, segundo o Boletim, produziram cerca de 20 mil litros de leite/dia (FAEP, 2012). Em sessão solene da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) realizada na cidade de Cascavel-PR no dia 14 de dezembro de 2012, por sua trajetória de sucesso como empresário e por seu trabalho político prestado em favor do agronegócio, Ibrahim Fayad recebeu os títulos de Cidadão Benemérito do Paraná e de Cidadão Honorário de Cascavel. As homenagens foram propostas, na ALEP, pelo deputado estadual Elio Rush (DEM), e, na Câmara de Vereadores de Cascavel, pelo vereador Nelsinho Padovani (PMDB). Cf. “Richa prestigia homenagem ao agropecuarista Ibrahim Fayad”. Disponível em: <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=72319&tit=Richa-prestigia-homenagem-ao-agropecuarista-Ibrahim-Faiad>>. Acessado em 19/02/2016.

“Também achamos importante que se tenha uma política regionalizada de acordo com a *vocação agrícola* de cada região e de *incentivo à produtividade*”, afirma. Para o presidente da Coopavel a agricultura continua produzindo graças ao apoio das cooperativas e diz que *a meta principal da Coopavel é incentivar os associados a diversificar suas atividades e produzir com eficiência, buscando cada vez maior produtividade*. “Nesse contexto a agroindustrialização assume papel importante”, continua Fayad, “e pensando assim a Coopavel está investindo em um novo e moderno frigorífico com três abatedouros (aves, suínos e bovinos) e ainda neste ano deverá inaugurar a indústria “Misturadora de Adubos”, que servirá como importante suporte ao incremento da produtividade agrícola e manutenção dos associados em suas propriedades”, conclui Fayad (O PARANÁ, 06/07/1991, grifos nossos).

A repetição e a naturalização de termos como os que foram utilizados pelos presidentes da Coopavel e da Coopacol – “diversificar as atividades”, aumentar os “níveis de produtividade”, “produzir com eficiência”, entre outros – mascaram a construção do projeto agroindustrial como uma ação de classe pensado e articulado dentro de um conjunto de pressões históricas, transformando-o em “vocação”. A contestação das cooperativas no campo por parte dos posseiros e dos trabalhadores rurais pobres, o endividamento das cooperativas com o capital financeiro, os conflitos com os criadores de suínos e bovinos e a acirrada concorrência com outros frigoríficos da região são alguns dos elementos que concorreram para que as cooperativas se colocassem a necessidade de uma reorganização. Tais contradições são sistematicamente omitidas dentro dessa perspectiva com o intuito de naturalizarem tanto a presença das cooperativas quanto a presença mais recente dos frigoríficos de frango a partir da década de 1990.

Além disso, embora apareçam na leitura elaborada pelas classes dominantes locais como resultado da “vocação agroindustrial” da região, a definição pela estruturação da cadeia avícola e a construção dos frigoríficos de frango escorou-se também em um processo histórico mais amplo de expansão dessa atividade, que, no caso do Brasil, pode ser localizado temporalmente a partir de meados da década de 1970. Acelerando o tempo de crescimento dos pintainhos, aumentando o peso dos frangos na hora do abate, intensificando a produtividade do trabalho nos frigoríficos e barateando o preço da mercadoria no mercado, a cadeia produtiva da carne de frango estabeleceu os alicerces para a acumulação de capital. Conforme destacou Bosi (2011), ao longo desse processo histórico, estruturou-se, uma cadeia produtiva na qual, em uma ponta, encontram-se algumas poucas empresas multinacionais detentoras da propriedade sobre o conhecimento tecnológico que impulsionou o aumento da produtividade. Ao passo que, na

outra ponta, estão os frigoríficos que, produzindo carne de frango em escala industrial, ancoram seus lucros na exploração de uma significativa parcela da classe trabalhadora (BOSI, 2011).

A fala do presidente da Coopavel em 1991, Ibrahim Fayad, quando relacionada às outras reportagens e às falas dos setores da classe dominante que se colocaram nesse debate, entre os quais o jornal *O Paraná*, constitui uma evidência importante acerca da vinculação entre a defesa do “cooperativismo” e a construção de um projeto de “agroindustrialização”. Nesse sentido, a cadeia avícola e as indústrias de frango se colocaram como uma alternativa (construída historicamente) na medida em que conseguiram articular a presença das cooperativas e a acumulação de capital no campo e na cidade.

Os anos 1990, portanto, delimitam o intervalo temporal que consolidou um conjunto de transformações nas relações de trabalho no Oeste do Paraná, acentuando significativamente a expansão da cadeia avícola na região. A instalação da maioria dos frigoríficos de frango ao longo dessa década ou nos anos seguintes, como registrado na Tabela 1, corrobora tal hipótese. Essas plantas produtivas foram responsáveis por abater e desossar milhões de toneladas de carne de frango, direcionados ao mercado interno e externo. Os volumosos lucros obtidos pelas empresas, cooperativas e particulares, com a comercialização de tanta carne de frango, principalmente com a exportação, serão celebrados em uníssono por estas empresas e pelos meios de comunicação locais, como a imagem da “galinha de ouro” utilizada pelo jornal *O Paraná* (17/04/2015). Mais de duas décadas depois, a visão positiva sobre a presença dos frigoríficos no Oeste do Paraná nos é insistentemente atualizada pelos meios de comunicação, que seguem divulgando os recordes de produção, exportação e lucros obtidos pela indústria da carne de frango.

O processo de acumulação de capital pelas cooperativas na região Oeste paranaense a partir da década de 1990 estava apoiado principalmente na exploração do trabalho de uma numerosa classe operária nos frigoríficos de aves e na subordinação e dependência dos agricultores e trabalhadores ligados a criação dos frangos. Se, por um lado, os elementos discutidos até aqui permitem desnaturalizar as leituras da classe dominante sobre esse processo de industrialização no presente, por outro lado, eles também constituem parte importante do cenário histórico no qual podemos dimensionar e compreender a experiência da classe trabalhadora que esteve empregada nos frigoríficos de carne entre 1980-2015 e o sentido histórico desse processo, como discorrido no capítulo subsequente.

CAPÍTULO 2: DOS AÇOUGUES E FABRIQUETAS¹² AOS FRIGORÍFICOS - EXPERIÊNCIAS DOS TRABALHADORES COM O ABATE E A DESOSSA DA CARNE

Em junho de 1986, o jornal *O Paraná* registrou na seção “Ponha a Boca no Mundo” a reclamação dos donos de açougues da cidade de Cascavel que, apesar da melhora na procura, não conseguiam abastecer seus estoques e atender à demanda. De acordo com a reportagem, os proprietários dos açougues culpavam os frigoríficos pelas dificuldades que enfrentavam, “que desejam um aumento de Cz\$ 2,00 por quilo [*do traseiro suíno*], mesmo já tendo aumentado Cz\$ 1,00 por quilo nos últimos dias” (O PARANÁ, 18/09/1986). A dona de um dos açougues que fez sua reclamação ao jornal *O Paraná*, além de afirmar a inviabilidade de seu estabelecimento pagar o preço solicitado pelos frigoríficos, disse ainda que: “*Carne congelada não é a solução, e se tiver que trabalhar com ela, prefiro fechar meu estabelecimento*” (O PARANÁ, 18/09/1986, grifos nossos).

Um ano mais tarde, o jornal *O Paraná* dedicaria o editorial do dia nove de abril de 1987 para discutir os altos preços alcançados pela carne bovina naquele momento. Segundo o editorial, os pecuaristas não estavam conseguindo “a lucratividade ideal para manter o seu rebanho com uma assistência especial”, fato que tendia a encarecer os preços praticados e também diminuir o consumo da mercadoria. Posicionando-se ao lado dos pecuaristas, o jornal cascavelense cobrava do governo federal uma solução para a situação que, em síntese, consistia na proposta de que o governo federal comprasse os rebanhos de gado a preços acima dos praticados no mercado, de modo a absorver o excesso de produção e garantir os lucros dos pecuaristas. Assim, argumentava o jornal que

O governo deveria aproveitar a safra, comprar carne para estabelecer o seu estoque regulador, e vender na entre-safra, evitando a sazonalidade do mercado. O pecuarista, então, teria a colaboração do governo, que no lugar de intervir desordenadamente no mercado, *estabeleceria um programa que possibilitaria o acesso da população a um produto fresco e de boa qualidade, pois o brasileiro reage a carne congelada com um período muito longo de armazenamento* (O PARANÁ, 09/04/1987, grifos nossos).

¹² O termo “fabriqueta” foi utilizado pelos trabalhadores do frigorífico “velho” da Coopavel com os quais conversei para se referirem a pequenos abatedouros nos quais já haviam trabalhado. Segundo o dicionário Houaiss (2009), “fabriqueta” é utilizado em algumas regiões do Brasil para designar uma “fábrica de pequeno porte e/ou produção modesta”. Ao longo do texto, optei por manter o termo utilizado pelos próprios trabalhadores.

Matérias como essas colocavam em relevo algumas das dificuldades enfrentadas, por exemplo, pela direção da Coopavel na manutenção do Frigovel. Por outro lado, elas nos apontam algumas das contradições que estiveram presentes na construção do projeto de industrialização da carne de frango. Nesse sentido, embora a “reação” à “carne congelada”, que o jornal *O Paraná* atribui genericamente ao brasileiro, tenha que ser contextualizada também como um argumento utilizado com o intuito de justificar a compra dos rebanhos de bovinos dos pecuaristas, por outro lado, a afirmação referencia-se na sensibilidade de que esse tipo de mercadoria (“carne congelada”), não se encontraria dentro de uma percepção específica de higiene. A charge (Figura 2) que acompanhava o editorial do dia nove de abril também pode ser entendida a partir dessa referência.



Figura 2: Charge sobre alta no preço da carne bovina
 Fonte: O PARANÁ, “Equilíbrio no preço da carne”. 09 de abril de 1987.

Assim, ao passo que a construção do projeto de industrialização de frangos no Oeste paranaense foi articulada dentro das classes dominantes locais como uma possibilidade de reorganização da acumulação de capital na região, conforme argumentado no capítulo anterior, esse projeto entrou em contradição com a experiência de outros sujeitos históricos desse processo. Conforme destacou Antônio Bosi (2011), ao discorrer sobre a expansão da cadeia avícola no Brasil nos anos posteriores a década de 1970, para que a industrialização da carne de frango se consolidasse este processo precisou construir “novas necessidades e noções de higiene que alteraram a compreensão popular sobre o preconceito contra o consumo do frango

abatido” (BOSI, 2011, p. 407). Além disso, essas novas noções de higiene, ao mesmo tempo em que alteraram a percepção popular acerca da carne de frango congelada, também pressionaram outras práticas de produção de carne.

Na década de 1990, paralelamente à construção e/ou à ampliação dos frigoríficos de frangos na região, encontramos o esforço sistemático das classes dominantes em pautar o estabelecimento e a fiscalização de padrões de higiene no abate da carne. As reportagens veiculadas pelo jornal cascavelense *O Paraná* nesse período são evidências importantes desse processo. Contraditoriamente, esse esforço das classes dominantes também termina por evidenciar a presença de outras formas de organização da produção de carne que a memória oficial acerca da indústria frigorífica na região tenta sistematicamente omitir, como uma forma de naturalizar a presença das cooperativas e dos frigoríficos no presente. Assim, compreender quais eram essas formas de produção de carne distintas dos frigoríficos e a experiência dos trabalhadores que estiveram envolvidos em tais processos é fundamental para que, posteriormente, possamos problematizar as tensões e contradições acerca destas formas de produção e a expansão da cadeia avícola no Oeste do Paraná.

2.1 EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO EM AÇOUGUES, FABRIQUETAS E NOS PRIMEIROS FRIGORÍFICOS DO OESTE PARANAENSE (1960 – 1980)

Até fins da década de 1960 e início da década de 1970, o trabalho de abater e de desossar animais para comercialização no Oeste do Paraná ainda era fortemente relacionado a pequenos açougues e fabriquetas. Todos os dias esses açougues e fabriquetas buscavam porcos e bois nas fazendas e sítios da zona rural e os traziam para serem abatidos em suas instalações, que frequentemente se localizavam às margens da área urbana dos municípios. Não era incomum se encontrar pequenos currais nas imediações desses açougues, nos quais os animais que chegavam dos sítios aguardavam para serem abatidos¹³.

No início da década de 1980, para os trabalhadores mobilizados pela Coopavel para trabalharem no frigorífico “velho” em Cascavel-PR, abater e desossar porcos e bois não eram um trabalho novo. As trajetórias de vida e de trabalho de trabalhadores como Seu Reinaldo, Seu Ivo e outros com os quais conversei já estavam relacionadas ao abate e à desossa de animais

¹³ Informações obtidas em trabalho de campo.

havia tempo, seja devido às atividades cotidianas da vida no campo, ou então, por terem trabalhado em açougues e fabriquetas como os mencionados acima.

Os poucos trabalhadores que se ocupavam nesse ofício iniciavam seu trabalho antes do clarear do dia, geralmente por volta das quatro horas da manhã. Ainda de madrugada, a primeira atividade se resumia em abater os animais. A técnica utilizada para abater os bois consistia principalmente em imobilizá-los, derrubá-los e aplicar-lhes um golpe de marreta com força na cabeça. Os porcos também eram primeiro imobilizados pelas patas e, depois, uma faca perfurava seu coração. Depois disso, com o uso de uma talha manual os animais eram suspensos para que o sangue escorresse. Esse procedimento se manteve até a década de 1970, quando a luz elétrica e os refrigeradores foram incluídos nesses açougues e fabriquetas, permitindo que a carne dos animais abatidos fosse congelada sem a necessidade de o sangue ser primeiro escorrido. Nesses pequenos açougues não trabalhavam mais do que uma dezena de trabalhadores.

Um pouco mais tarde, os porcos e os bois, ainda suspensos, eram lavados e posteriormente se retirava todo o couro, utilizando-se, para isso, uma faca e água fervendo, que era derramada sobre os animais. Depois de “pelados”, eram retiradas as vísceras para, após isso, serem realizados os cortes. Esse não era um processo fácil, dependendo da operação que se realizasse, exigia a cooperação de cinco ou seis trabalhadores para que os animais fossem cortados em quatro grandes partes com uma serra manual. Somente depois disso é que os cortes mais refinados eram feitos com a faca, separando-se as carnes de menor qualidade das carnes mais nobres, que seriam comercializadas no açougue ou levadas para alguns compradores nas redondezas.

As carnes de menor qualidade, “carnes de canteiro” (pescoço e cabeça, por exemplo), poderiam ser utilizadas para a fabricação de mortadelas, linguiças e outros embutidos. Primeiro, as carnes eram moídas e temperadas conforme o que se estivesse fabricando. Depois, era necessário preparar a estufa, alimentar o fogo com carvão até que se atingisse uma temperatura ideal para iniciar o cozimento. À medida que os produtos fossem cozinhando, a temperatura precisava ser gradualmente elevada. O intervalo entre um estágio e outro do cozimento dos embutidos era avaliado pelos trabalhadores, a repetição e a experiência conferiam a eles o saber necessário para distinguir o momento de aumentar ou diminuir a temperatura. Quando os produtos já estavam cozidos e a jornada de trabalho chegava ao fim, o sol já havia se posto e o dia cedia lugar à noite.

Seu Zé Pereira foi um dos trabalhadores que entrevistei e que iniciaram sua trajetória de trabalho em um açougue como o descrito acima. Nascido em 1950 no município de Feira de Santana, no estado da Bahia, Seu Zé Pereira chegou ao Paraná logo aos sete anos de idade. A mãe e o padrasto, que não encontravam trabalho em seu estado natal, vislumbraram na migração para o norte paranaense a condição para sustentarem Seu Zé Pereira e os outros onze irmãos. Trabalhando no plantio e na colheita do café em fazendas da região, seus pais conseguiram garantir a sobrevivência da unidade familiar por pouco mais de cinco anos, entre a chegada em 1957 até 1963.

Ao final desse período, o padrasto e a mãe se encontravam novamente sem trabalho e sem condições de prover o sustento dos filhos a partir da colheita nas fazendas de café. Essa situação levou o padrasto e a família de Seu Zé Pereira a se instalarem nos arredores do que era à época um pequeno vilarejo no noroeste paranaense, e, posteriormente, viria a ser a cidade Ivaiporã-PR. O padrasto de Seu Zé Pereira montou ali um açougue, no qual os filhos mais velhos passaram a ajudar no abate e na venda da carne, principalmente de gado, na vila e nas proximidades.

Com dez anos de idade, em 1960, foi nesse açougue que Seu Zé Pereira teve sua primeira experiência no mundo do trabalho. Havia poucos trabalhadores e as atividades eram organizadas pela passagem do dia. Seu Zé Pereira, seu padrasto e três ou quatro irmãos se levantavam diariamente perto das três da manhã para o abate. Todos os dias eram abatidos três ou quatro bois. Depois de derrubados e mortos, os animais eram pendurados pelas patas para que o sangue escorresse e, por volta das seis da manhã, utilizando uma serra manual, Seu Zé Pereira e os irmãos já haviam cortado as carcaças dos bois em quatro grandes partes. Só depois disso é que os cortes mais refinados eram feitos. Esses grandes pedaços eram então transportados para as vilas mais próximas utilizando um carroção forrado com papel alumínio. Lá, os pedaços eram pendurados e ficavam expostos para serem comercializados.

As ferramentas empregadas no abate eram bastante rudimentares. Em síntese, tratava-se de uma serra manual, machadinhos e facas. Os dois primeiros eram utilizados para “abrir” e serrar os ossos dos animais em grandes pedaços. Com as facas, operavam-se os cortes mais precisos. A divisão do trabalho nesses açougues do início da década de 1960 era pequena, e, portanto, executar todo esse processo exigia a cooperação dos poucos trabalhadores em todas as tarefas. Seu Zé Pereira, os irmãos e o padrasto realizavam a maior parte desse processo em cima de um tronco de árvore com um diâmetro suficientemente grande para que todos os poucos

trabalhadores pudessem ajudar no abate. Além disso, era importante que o local onde seriam realizadas essas operações fosse aberto, arejado e próximo a algum córrego d'água.

Vinculava-se a esse tipo de ocupação e as mercadorias ali produzidas todo um modo de vida que permanecia bastante referenciado na vida no campo. Seu Zé Pereira, ao falar sobre o cotidiano no pequeno açougue no qual ajudava seu padrao nos tempos de adolescente, explicou-me que

Seu Zé Pereira: [...] como tinha bastante vila o pessoal comprava a carne dele [*o padrao de Seu Zé Pereira*], então comprava e ele cortava, três quilos para você, quatro quilos para você, até acabar. Podia enfiar na caderneta, mas tudo certinho porque daí o pessoal ia acertar com ele, todo mundo acertava. Depois ele pegava aquele dinheirinho e ia lá no mato, comprava mais boi, mais três ou quatro bois e nós íamos matando todo dia, a gente só não trabalhava no domingo e no sábado, mas de segunda a sexta sim.

Dentro desse conjunto de relações, o trabalho nos açougues podia significar uma possibilidade de reconhecimento e até ser percebido positivamente, pelo menos frente a outras ocupações consideradas mais precárias.

Filho de trabalhadores rurais que se ocupavam na colheita de café na região de Cornélio Procopio-PR, Seu Reinaldo esteve empregado por dezenove anos no frigorífico “velho” da Coopavel entre 1981 e 1999. Em 1960, aos cinco anos de idade, Seu Reinaldo deixou o campo para ir morar na cidade de Alto Piquiri-PR. A colheita do café já não oferecia condições para que seus pais conseguissem tirar dali o sustento de uma família numerosa. A solução possível foi se mudarem para a cidade. Para conseguirem se manter quando chegaram em Alto Piquiri-PR, os irmãos e as irmãs mais velhos de Seu Reinaldo já trabalhavam para ajudar em casa. Os homens trabalhavam em ferraria e as mulheres lavavam roupa. O pouco que conseguiam não deixava de ser importante para a manutenção da família. Todavia, a situação se complicou quando, em 1964, Seu Reinaldo, então com nove anos de idade, perdeu o pai.

Aos dez anos de idade começou a trabalhar como servente de pedreiro para ajudar nas contas da casa. Não ficou muito tempo nesse serviço e, com a ajuda de um cunhado, em 1965, conseguiu emprego em um pequeno açougue da cidade no qual aprendeu a abater, a desossar, a preparar o charque, a temperar e cozer a carne na produção dos embutidos. Sua comparação entre o trabalho no açougue e o período em que trabalhou como pedreiro, portanto, foi forjada em meio a experiência de um universo de condições de trabalho precárias vividas por ele e seus familiares.

Seu Reinaldo: É que, para eu trabalhar de pedreiro, eu vi que eu não ia ter futuro. Era muito pesado e eu não ia ter futuro. E trabalhava eu e meu patrão, que era só um. E quando eu trabalhei no açougue eu aprendi a fazer várias coisas, até a vender carne eu fui. Assim foi onde eu aprendi um pouco de matemática, para cabeça. E a gente ficou mais conhecido das pessoas, “ah, fulano já está lá no açougue, está se saindo bem, é trabalhador, inteligente”.

No início dos anos 1970, um antigo companheiro de trabalho de Seu Reinaldo em Alto Piquiri-PR já havia vindo a Cascavel-PR para trabalhar numa fabriqueta chamada Real Carnes. Segundo Seu Reinaldo, os novos patrões de seu antigo companheiro teriam ficado sabendo de suas habilidades com a carne e pediram para que o amigo fosse chamá-lo para trabalhar. Empregou-se seis anos nessa fabriqueta de Cascavel-PR, de 1973 até 1979. Era uma fabriqueta de porte um pouco maior, se comparado ao açougue que trabalhara até então em Alto Piquiri-PR, embora a maneira como o trabalho estava organizado não fosse distante do que havia conhecido em seu emprego anterior ou dos que Seu Zé Pereira esteve ocupado em Ivaiporã-PR. Ali se abatiam bois e porcos num processo parecido ao de seu último emprego. Os frangos ainda “pertenciam” aos almoços de domingo.

Aprender o ofício de açougueiro não foi algo simples para trabalhadores como Seu Reinaldo. Abater e desossar animais lhe exigia força física, lidar com a sujeira e o sangue nos açougues e fabriquetas. O salário não era vistoso, mas, como nos primeiros anos em que trabalhou na Real Carnes Seu Reinaldo morava na casa de seus patrões, o salário, embora não fosse muito, garantia a ele sua subsistência. Às vezes, o pouco que sobrava podia ser usado para comprar uma roupa ou para dar um passeio à noite.

As jornadas de trabalho eram extensas e reguladas pelas tarefas. Costumavam ter entre treze e catorze horas diárias. Durante a manhã, os animais eram abatidos. Na parte da tarde, os porcos e bois deveriam ser esartejados. Além disso, feita a desossa, à tarde também era o período reservado ao preparo e ao cozimento dos embutidos. Trabalhavam com Seu Reinaldo nesse período cerca de oito ou dez trabalhadores, o que permitia que a quantidade de animais abatidos e de carne produzida fosse mais volumosa do que o açougue em que trabalhara em Ivaiporã-PR.

Da mesma forma, Seu Zé Pereira, depois de passar quase seis anos ajudando o padraço no açougue, foi chamado pelo proprietário de uma fabriqueta que também abatia bois na cidade de Ivaiporã - PR. Com dezesseis anos de idade, o emprego significava para Seu Zé Pereira a possibilidade de receber alguma quantia com a qual pudesse aumentar o orçamento familiar. A

experiência prévia com o açougue do padraço, por outro lado, o credenciava ao trabalho na fabriqueta, na qual permaneceria ocupado por cinco anos, entre 1963 e 1968. Uma dúzia de trabalhadores, dentre os quais Seu Zé Pereira, abatiam cerca de vinte e cinco bois diariamente.

Seu Zé Pereira, em um trecho comprido, mas representativo, tentou explicar-me as condições de trabalho nessas fabriquetas comparando-as com o trabalho nos frigoríficos no presente.

Seu Zé Pereira: [*Fabriqueta em Ivaiporã-PR*] Um boi, nós trocávamos, vamos supor aqui tinha 3, 4, você me ajudava eu te ajudava assim ia, daí serrava aquele começava todo mundo de novo, então indo pra lá, um atrás do outro. Depois as coisas melhoraram, melhorou a pessoa ganhou uma pistola, que é que é a pistola? Ela é, tipo, automática, que você encosta na nuca do boi e ele desmaia, daí você já pega e já ergue ele, por que as coisas já mudaram né? Ergue, tudo de novo, de um por um, vai direto para fila, daí você vai erguendo direto para fila. Aquele tempo lá tinha 40 bois lá. Aqui [*frigorífico polivalente da Coopavel*] hoje tem 250, quando que eu deixei ali, 250 por dia, era um atrás do outro, não para. Então o que é que era 250 bois, porque tem quatrocentos e pouco, quatrocentos e sessenta e seis funcionários tem lá para fazer esse processo, se não não vai. Mas cada um faz a sua parte, não é... Eu ergui, eu furo o garrão, o meu serviço é esse aqui. Eu pego, solto o cadeado, pego o garrão, ligo e vai. Você vai fazer o que? Vai tirar o couro até essa parte aqui só, até aqui você vai mexer. Por exemplo, são duas rampas, depois daqui, é outro que faz, você não vai fazer um serviço sozinho, você faz só a parte, só a perna aqui, outro faz a outra, outro esvazia até onde que der, e outro faz em baixo e outro termina a cabeça, termina o resto da cabeça e vai embora, vai um atrás do outro. Daí passa com aqueles trilhos, daí passa uma serra fita, daí você pega a serra fita e passa devagarzinho, hoje é facilidade, corta e já vai lá, daí vai para [*o Serviço de*] Inspeção Federal lá, para examinar, se der doença eles vai condenado, para fazer ração, se tiver bom vai pra câmara fria e ai vai guardando.

Pesquisador: E na fabriqueta que o senhor trabalhou, o que é que era diferente?

Seu Zé Pereira: Lá [*fabriqueta em Ivaiporã-PR*] era bruto meu amigo, lá não tinha essa mordomia, lá nós tínhamos que levar, tinha que erguer na carretilha de um por um, olha o sacrifício. Era difícil, nós erguíamos em dois, cada um com um sarilho, daí vinha em dois, cada um de um lado para erguem um boi de 400, 500 quilos lá em cima, era difícil. Daí levava lá, erguia tirava o couro, daí era só um, só dois para abrir também, não era igual hoje que tem bastante, você fazia em dois, você fazia um lado inteiro e o outro o outro. Daí tirava o couro tirava a cabeça, daí desossava, empurrava para lá, daí quando não tinha câmara fria ficava umas duas, três horas para escorrer o sangue.

A comparação realizada por Seu Zé Pereira está balizada por sua experiência dentro da indústria frigorífica até o presente. Nesse sentido, é preciso ter em conta que, diferentemente dos demais trabalhadores que entrevistei e que estiveram empedados no frigorífico “velho” da Coopavel, Seu Zé Pereira ocupou cargos de chefia dentro da hierarquia do Frigovel. Além disso, ele foi um dos poucos trabalhadores do Frigovel que foram transferidos para o frigorífico

“novo” da Coopavel quando as linhas de abate e de desossa de suínos e bovinos ficaram prontas, no final de 1999. Ao narrar sua trajetória no trabalho com a carne e ao comparar o trabalho nas fabriquetas e frigoríficos em que se ocupou, é certo que essa experiência como parte da hierarquia fabril ajuda a organizar e dar sentido a narrativa de Seu Zé Pereira no presente.

Ainda assim, a comparação é representativa das transformações na organização do trabalho que separam o universo dos frigoríficos no presente das fabriquetas nas quais estiveram empregados trabalhadores como Seu Zé Pereira e Seu Reinaldo. No caso dessas fabriquetas, o aumento da produção comparativamente aos açougues estava ancorado muito mais na cooperação simples de um número maior de trabalhadores envolvidos no processo produtivo do que na utilização, por exemplo, de ferramentas distintas que possibilitassem alavancar a intensidade do ritmo de trabalho. Tratava-se de um trabalho no qual a exigência de força física era evidente, mas que não podia ser realizado sem a combinação com a perícia dos trabalhadores no manejo dos instrumentos utilizados para os cortes e na produção dos embutidos temperados

A experiência de outro trabalhador com o qual conversei também é interessante no sentido de comparar as condições e a organização do trabalho nas fabriquetas e nos frigoríficos. Entre a década de 1980 e 1990, Seu Ivo havia trabalhado na Coopavel durante dezessete anos e três meses. “Dezessete anos e três meses não é pouco tempo né, piazinho”. Sua esposa, Dona Julia, também foi operária no frigorífico “velho” por dez anos, entre 1987 a 1997.

Nascido em 1945 em São José dos Campos-SP, logo aos seis anos de idade, em 1951, Seu Ivo se mudou com a família para o norte do Paraná em busca de trabalho. Em São José dos Campos-SP, os pais de Seu Ivo trabalhavam como arrendatários em fazendas de café. Quando esse trabalho no campo não conseguiu mais garantir o sustento da família, seus pais mudaram-se para o norte do Paraná em busca de trabalho. O que conseguiram encontrar no Norte do Paraná talvez não fosse tão distinto de sua condição de trabalhadores em São Paulo: plantar café em terras arrendadas, situação na qual a incerteza dos rendimentos frequentemente os obrigava a deixar uma fazenda e procurar emprego em outra.

Foi com a expectativa de encontrar trabalho que Seu Ivo chegou a Cascavel-PR em 1970, com vinte e seis anos à época. Quando chegou à cidade, conseguir encontrar trabalho não foi tão fácil como haviam lhe falado. Passou o primeiro ano em Cascavel-PR desempregado, e, para se sustentarem, ele e a esposa tentavam conseguir algum dinheiro fazendo “biscates”, Seu Ivo lavava ônibus, e Dona Júlia, quando conseguia, trabalhava como diarista.

Depois desse período desempregado, em 1971 Seu Ivo conseguiu trabalho em uma das empresas de transporte intermunicipal de Cascavel-PR como cobrador. Permaneceu dois anos

nesse emprego e, com o que recebia, pagava o aluguel de uma pequena casa. A contrapartida de uma renda com relativa estabilidade foi a desregulamentação da jornada de trabalho, como viajava principalmente de noite, frequentemente tinha de pousar fora de casa. No final de 1973, Seu Ivo, responsável por prover o sustento de sua esposa e de sua primeira filha pequena, estava mais uma vez desempregado. Foi nesse contexto que teve contato com o trabalho de abater e de desossar carne na cidade de Cascavel-PR, em 1975.

Seu Ivo: Daí conversei com a mãe e a mãe falou, “oh pai, veio um cara lá do frigorífico atrás de você, tem entrevista para você lá também”. Falei, “beleza, trabalhar no frigorífico então tá bom”. Daí eu resolvi piá, porque daí eu deixava a mulher aqui e posava lá. Mas como que eu ia deixar a mulher sozinha aqui com o bebê de um ano e meio? Daí vim aqui no frigorífico no outro dia, peguei a carteira, vim aqui no cara e ele falou, “vamos lá no frigorífico Ivo, ver se está bom pra você?”. Falei, “vamos, vamos lá no frigorífico então”. Nós pegamos a charrete dele e viemos aqui no frigorífico, cheguei ali e fechei com o cara, aquela época 1 cruzeiro por dia e sábado 3 quilos de carne, fechei com o piá. E fiquei ali, trabalhando no frigorífico, não era Coopavel ainda, o frigorífico era Friguaçu.

Diferentemente de Seu Reinaldo e Seu Zé Pereira, que já haviam trabalhado em açougues e fabriquetas antes de chegarem aos frigoríficos, a trajetória de Seu Ivo com a produção de carne teve início com um frigorífico. Por outro lado, embora em sentido contrário, depois de conseguir o emprego no Friguaçu, sua trajetória também atravessou diferentes momentos da produção de carne no Oeste do Paraná. Na segunda metade da década de 1970, desempregado e à procura de uma ocupação, Seu Ivo foi contratado pelo Friguaçu em Cascavel-PR. Permaneceu ali durante três anos, até 1978, quando o Friguaçu entrou em concordata e passou a ter dificuldades para pagar os trabalhadores. Conseguiu então um emprego numa fabriqueta na cidade de Foz do Iguaçu-PR, chamada de Casa de Carnes Dourado, na qual também ficaria ocupado por outros três anos, entre 1978 e 1981. Quando a Coopavel adquiriu a planta produtiva do Friguaçu, passando a chamá-lo de Frigovel, Seu Ivo foi novamente contratado e retornou à Cascavel-PR para trabalhar no frigorífico, agora propriedade da cooperativa cascavelense.

Na segunda metade da década de 1970, quando Seu Ivo foi contratado, o frigorífico Friguaçu empregava cerca de quarenta trabalhadores no abate de suínos e bovinos. Diferentemente dos açougues ou fabriquetas, nas quais os trabalhadores envolvidos com o processo de produção de carne geralmente realizavam também os serviços periféricos ao abate e a desossa, os pequenos frigoríficos que passavam a se instalar no Oeste do Paraná a partir da

década de 1970, como era o caso do Friguaçu nesse momento, passavam a dividir essas tarefas em ocupações distintas dentro do processo de trabalho.

Os trabalhadores novatos ou então com menor experiência tendiam a assumir os trabalhos que exigiam maior força física como, por exemplo, abastecer as caldeiras para o cozimento dos embutidos, organizar os porcos e bois nas pocilgas e mangueirões ou alçar e suspender os animais depois de abatidos. Quando Seu Ivo entrou no Friguaçu em 1975, o frigorífico já possuía serra-fitas, utilizadas para realizar os cortes maiores nas carcaças de suínos e bovinos. Manuseá-las, porém, exigia força e atenção de dois ou mais trabalhadores. Nas demais operações, os trabalhadores novatos auxiliavam os mais experientes.

O abate e a desossa, assim como o preparo e o cozimento dos embutidos, eram ocupações nas quais os frigoríficos mantidos pelo capital local ainda não haviam conseguido avançar na divisão do trabalho. Nesse sentido, essa forma de organização dos primeiros frigoríficos instalados durante as décadas de 1970 e 1980, em grande medida, ainda mantinham traços da divisão do trabalho nos açougues e fabriquetas. A organização do tempo permanecia bastante atrelada à realização das tarefas que tinham de ser executadas em períodos do dia específicos. Na medida em que as tarefas a serem executadas estavam dispostas de acordo com os períodos do dia e, por conseguinte, os trabalhadores eram deslocados em diferentes funções de acordo com isso, essa forma de organização do trabalho tendeu a exigir dos trabalhadores o domínio de mais de um posto de trabalho.

Quando gravei a entrevista com Seu Ivo no início de 2015, o questionei sobre a sua ocupação dentro do processo de trabalho do Friguaçu no final da década de 1970.

Seu Ivo: Abate de porco e de boi e daí eu entrei de servente [*ainda no antigo Friguaçu*] e passei a magarefe. Fui aprendendo e aí passei a magarefe e fiquei como magarefe. [...]

Pesquisador: Mas o que é que o magarefe faz?

Seu Ivo: Trabalhava na desossa. Desossando porco, desossando boi. Desossa porco e desossa boi. Trabalha na matança também. Na matança eu tirava o couro do boi. Daí que vai para a desossa.

Pesquisador: Então o senhor trabalhava na matança?

Seu Ivo: Também. No abate e na matança! É coisa de magarefe né?

Seu Ivo não foi o único trabalhador empregado no Frigovel durante as décadas de 1980 que se utilizou do termo “magarefe” para explicar-me o posto de trabalho que ocupava dentro de um frigorífico. Seu Reinaldo, também recorreu a ele para narrar sua chegada ao Frigovel no início dos anos 1980.

Pesquisador: E quando o senhor veio para a Coopavel o senhor veio para trabalhar no que?

Seu Reinaldo: Antes, um cara que era *profissional* assim, em frigorífico, o nome dele era *magarefe*. E o *magarefe ele era um profissional* que, assim, menos os embutidos, menos os industrializados, ele tem que saber fazer meio de tudo. Desossar, cortar, cortar o corte certo da carne, matar, sangrar, tudo isso. [...]. Daí esse *magarefe*, eu vim [para a Coopavel] como *magarefe*...

O termo “magarefe” data do século XIV e designa as pessoas que abatem e esartejam animais nos matadouros (HOUAISS, 2009). Do ponto de vista histórico, ainda no século XIX, “magarefe” era utilizado para se referir a um conjunto de trabalhadores que, embora já tivessem perdido muitos dos seus meios de produção, ainda dominavam o processo de trabalho e também possuíam algum prestígio relacionado ao seu ofício (BOSI, 2014; PESAVENTO, 1980). Ao narrarem suas trajetórias de trabalho com a desossa e o abate de carne utilizando o termo “magarefe”, as falas de Seu Reinaldo e Seu Ivo indicam-nos algumas dimensões contraditórias e, justamente por isso, relevantes para a compreensão histórica da indústria frigorífica no Oeste do Paraná.

Quando os primeiros frigoríficos de abate de suínos e bovinos que se instalaram na região a partir da década de 1960 e 1970, precisaram recorrer à experiência de trabalhadores que já tivessem uma trajetória com o abate e a desossa de animais, geralmente, ligadas às fabriquetas e aos açougues. Nesse sentido, os frigoríficos escoraram-se nos saberes e nas habilidades dos trabalhadores e, em alguma medida, tentaram se apropriar e subordinar tais conhecimentos à organização da produção industrial. Por outro lado, a diligência necessária no manejo das facas e dos demais instrumentos, a experiência com a fabricação de embutidos e diversos outros conhecimentos acumulados pelos trabalhadores no cotidiano da produção tendiam a dificultarem a acentuação da divisão do trabalho nas ocupações, mantendo os frigoríficos relativamente dependentes de um perfil de trabalhador.

Essa tensão permanente entre os frigoríficos e os trabalhadores pela organização do espaço da produção foi particularmente sentida durante o final da década de 1980 e a década seguinte, 1990. Conforme discutido no capítulo anterior, esse intervalo temporal corresponde ao momento histórico no qual a direção da Coopavel e as classes dominantes locais, preocupados em garantir a acumulação de capital, articularam-se em torno do projeto de expansão da cadeia avícola e da industrialização da carne de frango. No caso da Coopavel, a síntese desse processo conflituoso teria como emblema a construção do frigorífico polivalente

da cooperativa, mas que tinha como etapa prioritária a edificação do abatedouro de frangos, terminado em dezembro de 1994. Enquanto a construção da “nova” linha de produção de suínos e bovinos não foi concluída, em dezembro de 1999, a gerência do Frigovel realizou diversos esforços para intensificar o rendimento do trabalho e reorganizar o processo produtivo, com vistas ao aumento e à intensificação da exploração dos trabalhadores ali empregados.

No final da década de 1990, quando o frigorífico polivalente da Coopavel foi concluído e a “nova” linha de abate e desossa de suínos e bovinos inaugurada, trabalhadores como Seu Reinaldo e Seu Ivo foram despedidos da cooperativa cascavelense. Mesmo com longas trajetórias de trabalho abatendo e desossando animais – ocupados em açougues, fabriquetas e muitos deles com mais de uma década empregados no próprio Frigovel – esses trabalhadores foram demitidos sob a justificativa de que não estariam aptos ao trabalho no frigorífico “novo”.

Neste sentido, como uma fonte histórica produzida a partir das preocupações e inquietações do presente, ao insistirem em se definirem como “magarefes”, Seu Reinaldo e Seu Ivo procuram reafirmar a sua presença como trabalhadores no desenvolvimento da indústria da carne na região. Essas narrativas indicam-nos que os frigoríficos de abate de suínos e de bovinos se instalaram na região a partir da década de 1960 e 1970 não conseguiram fracionar determinadas ocupações dentro do processo produtivo sem entrarem em conflito com os trabalhadores. Além disso, tais narrativas nos colocam defronte a uma leitura sobre a expansão da indústria frigorífica no Oeste do Paraná que é significativamente distinta da memória oficial construída e difundida pelas classes dominantes locais. Uma memória oficial que, se por um lado, tenta construir uma imagem positiva da cadeia avícola e dos frigoríficos no presente, por outro lado, procura constantemente apagar a presença de outras formas de produção de carne e dos trabalhadores vinculados a elas.

2.2 TRABALHADORES E ABATE CLANDESTINO: PRESENTE E PASSADO

Quando os primeiros colonos vieram se estabelecer no Oeste do Paraná, no início do século [XX], o abastecimento alimentar simplesmente não existia. A carne de boi só era acessível por via fluvial, um carque argentino que chegava em Foz do Iguaçu envolto por uma grossa camada esbranquiçada de bolor, como constatou, horrorizado, o engenheiro Arthur Martins Franco. De lá para cá já transcorreu um século, mas ainda é possível se horrorizar com a qualidade de certas carnes servidas à população oestina, por mais moderna que seja a estrutura de criação, abate e comercialização do produto. Não é novidade para ninguém que os matadouros clandestinos, totalmente a margem do processo de verificação sanitária, pipocam aqui e ali tão livres quanto bancas de jogo do bicho ou tão operosas quanto pontos de tráfico de drogas.

[...; Pela enésima vez fala-se em rigor na fiscalização da carne. Que agora seja para valer. [...] Se não houver desde logo um aperto nas áreas passíveis de fiscalização, de modo a varrer do mapa os abatedouros e outros comerciantes clandestinos de carnes e derivados, logo voltaremos a anunciar uma medida rigorosa como a enésima (O PARANÁ, 21/05/1997).

O trecho transcrito acima foi publicado pelo jornal cascavelense *O Paraná* em maio de 1997. Na década de 1990, essa não seria a única reportagem que o jornal *O Paraná* publicaria clamando por uma fiscalização rigorosa sobre o abate e a comercialização da carne, particularmente das carnes bovinas e suínas.

Em matéria do dia onze de abril de 1993, o jornal *O Paraná* registrou que, segundo dados divulgados pelo setor da Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria de Agricultura de Cascavel, cerca de 75% da carne consumida no município de Cascavel-PR era de origem clandestina. Tratava-se, portanto, de carne “abatida em açougues ou em locais inadequados para esta atividade” (O PARANÁ, 11/04/1993). Na mesma direção, ainda em 1993, em outro editorial datado de dois de junho, o jornal cascavelense foi ainda mais enfático na cobrança de fiscalização sobre a produção de carne no município de Cascavel-PR.

[...] por aqui a regra básica é a universalização do abate clandestino. E existe essa universalização porque a incompetência do Estado em ativar a necessária máquina de fiscalização levou-o a consentir com essa prática ameaçadora. Chegamos, nesse momento, a uma situação tal que bons provedores de carne foram estimulados a fazer o abastecimento do produto sem fiscalização e agora são considerados criminosos e agentes de transmissão de doenças como a cisticercose. É correta, neste sentido, tanto a formação de abatedouros municipais quanto o estímulo aos abatedouros privados a legalizar sua produção. Se a realidade do Paraná de hoje é que 60% a 75% da carne consumida provém de abates clandestinos é porque a estrutura de fiscalização é incapaz. Ou alguém tem dúvida de que uma tal massa de produto possa chegar à rede de açougues sem que o Estado tenha uma leve suspeita sobre a sua origem? (O PARANÁ, 02/06/1993)

Essas reportagens são importantes evidências tanto da presença de outras formas de abate e de produção de carne distintas dos frigoríficos, quanto do esforço articulado pelos setores dominantes para pressionar e tentar deslegitimar tais práticas que permaneciam com algum tipo de popularidade “por mais moderna que seja a estrutura de criação, abate e comercialização do produto” nos frigoríficos (O PARANÁ, 21/05/1997). Tal esforço também deve ser relacionado historicamente ao processo de desenvolvimento da cadeia avícola e dos frigoríficos de frango no Oeste do Paraná a partir do início da década de 1990. Nessa direção, conforme argumentou Bosi (2011), a expansão da produção e do consumo de carne de frango

no Brasil a partir da década de 1970 também estiveram apoiadas na necessidade de se alterarem noções de higiene e preconceitos populares quanto a esse tipo de carne (BOSI, 2011).

Até a década de 1970, os pequenos proprietários e os trabalhadores rurais pobres criavam galinhas caipiras para vendê-las ainda vivas nas cidades durante os finais de semana. O freguês que desejasse comprar uma galinha caipira, escolhia o animal de seu gosto e, não raras vezes, assistia ao vendedor degolar o frango. Comprar um frango morto era visto com desconfiança porque quem vendia não podia assegurar ao comprador os motivos da morte do animal, diferentemente de quando o processo era realizado as vistas do freguês (BOSI, 2011).

Vale lembrar que em 1986, frente aos embates com os frigoríficos e a dificuldade de comprar carne suína e bovina, a dona de um açougue em Cascavel-PR afirmou ao periódico cascavelense que preferiria fechar seu estabelecimento a ter que depender de comercializar carne congelada (O PARANÁ, 18/09/1986). Desse ponto de vista, reportagens como as citadas anteriormente nos ajudam a dimensionar a intensidade com a qual essa percepção foi fustigada pelas classes dominantes ligadas à produção frigorífica, particularmente, aos frigoríficos de frangos que passavam a se instalar na região, principalmente a partir da década de 1990. Essa alteração na sensibilidade a respeito do abate e do processamento da carne também construiu uma percepção depreciativa acerca dos açougues e fabriquetas e das mercadorias ali produzidas, que, na leitura das classes dominantes locais, além de arcaicas e retrógradas quando comparadas aos frigoríficos, passaram a ser descritas não apenas como potenciais riscos à saúde pública, mas também como práticas à margem da lei, clandestinas (Figura 3).

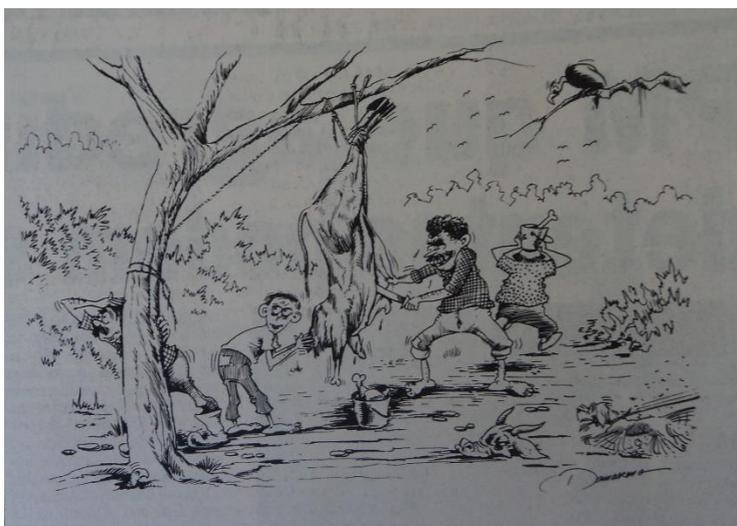


Figura 3: Charge sobre abate clandestino
Fonte: O PARANÁ, “Carne para exportação” (02/06/1993).

Nesse sentido, reportagens como as veiculadas pelo jornal *O Paraná* constroem, sob a ótica da burguesia local, uma narrativa acerca da produção e do consumo de carne no Oeste paranaense que, embora reconheça a presença de práticas de abate, desossa e comercialização de carne distintas da produção nos frigoríficos, o faz apenas como forma de pautar e cobrar do Estado a intensificação da fiscalização sobre essas práticas. Nessa narrativa, o trabalho nos açougues e nas fabriquetas nos é apresentado como uma prática social arcaica e que pouco teria a ver com o desenvolvimento da indústria frigorífica na região. A fala de trabalhadores como Seu Reinaldo, Seu Ivo e outros que estiveram empregados nesses açougues, casas de carne, fabriquetas e mesmo nos frigoríficos entre as décadas de 1970 e 1990, no entanto, contradizem a narrativa organizada pelas classes dominantes e colocam-nos a possibilidade de discutir questões importantes para a História Social do Trabalho e dos Trabalhadores ligados a produção de carne no Oeste do Paraná nas últimas décadas.

Quando entrevistei Seu Reinaldo, em janeiro de 2015, ele contou-me que mantinha nos fundos de sua casa um espaço no qual ainda produzia salames e alguns defumados feitos a partir da carne de porco. Toda a produção é feita sem a autorização do Estado, ou seja, Seu Reinaldo não possuía qualquer tipo de alvará ou licença da Vigilância Sanitária ou do Serviço de Inspeção Federal para trabalhar. Segundo relatou Seu Reinaldo, para fugir da fiscalização, o espaço no qual se dedicava a preparar os salames e outros defumados era organizado apenas nos dias em que ele trabalharia e, depois de produzidas as mercadorias, tinha de ser “desmontado”. Antes de iniciar o trabalho, Seu Reinaldo limpa as mesas, as facas e os outros os instrumentos a serem utilizados. A carne dos suínos com a qual ele produz os embutidos é comprada de um conhecido seu, que possui um sítio nas redondezas. Seu Reinaldo contou-me que, embora não produzisse uma grande quantidade de salames, tem na vizinhança uma freguesia fiel.

Ao tentar explicar o processo de produção caseira de salames e embutidos e os saberes necessários que julgava para realizá-lo com relativamente poucos instrumentos, Seu Reinaldo recorreu a um interessante comparativo entre presente e passado.

Seu Reinaldo: Então, naquela época [*do trabalho nos açougues nas décadas de 1960 e 1970*] era muito sofrido para você, as vezes não tinha nem um equipamento para você entrar [*nas estufas onde os embutidos eram cozidos*], tinha vez que eu entrava até de chinelo, era sofrido. Era sofrido, era bem sofrido, mas passou, e foi bom que daí você, por exemplo, a gente pegava numa peça de mercadoria e você colocava a mão nela e, com o tempo, eu sentia quando ela estava boa. Na própria mão eu media a temperatura dela. Se

ela queimasse um pouquinho a mão assim [*gestos*] é porque ela estava boa [*risos*]. Mas daí a gente tirava aquela faca, a gente colocava a mão numa peça e ela estava quentinha, daí colocava a mão noutra peça e ela estava mais fria, daí a gente tirava aquela que já estava boa. E era assim, mais ou menos, que a gente fazia. Hoje [*nos frigoríficos*], com a estufa a pressão, ela, quando uma já está boa, ela já tira parelho. E, na estufa a carvão, as vezes um lado da estufa estava mais quente, mas o outro estava menos quente, e assim ia. Mas é por isso que eu digo que aquelas pessoas, assim, que tem a minha idade, eu digo que são mais profissionais do que esses de hoje. Porque a gente via uma mercadoria, assim, só no colocar a mão a gente já sabe se ela tem problema ou não tem, se ela está bem cozida ou não está.

Do ponto de vista das classes dominantes, a prática mantida por Seu Reinaldo seria prontamente taxada como “clandestina”. A procedência e a qualidade dos poucos salames que esse trabalhador produz em sua casa seriam questionadas por não estar avalizada pelo Estado, com selo ou carimbo da Vigilância Sanitária, por exemplo. Da mesma forma, o processo de trabalho seria desqualificado quando comparado aos modernos métodos de produção encontrados nos frigoríficos. Contudo, a fala de Seu Reinaldo transcrita acima indica uma percepção muito distinta sobre a produção de embutidos, estabelecendo outras referências para avaliar a procedência e a qualidade do seu trabalho. Do ponto de vista histórico, podemos recorrer ao diálogo entre História e Literatura com o objetivo de construir chaves analíticas importantes para problematizarmos a fala de Seu Reinaldo¹⁴.

No romance “Judas, o Obscuro”, escrito por Thomas Hardy no final do século XIX, o personagem principal, Judas, e sua esposa Arabella, haviam engordado um porco durante todos os meses do outono. Passado o outono e chegado o momento de abater o animal, Judas e Arabella chamaram um magarefe para realizar tal tarefa. Na manhã do dia combinado para o abate, o magarefe, Challow, atrasara-se e Judas e Arabella precisam decidir se fariam ou não o abate do suíno sem a presença de Challow. De início, Judas sugere à esposa que esperem até outro dia para, junto com o magarefe, consumarem a matança do porco. No entanto, como já não havia comida para alimentar o animal por mais um dia inteiro, o casal termina por decidir fazerem eles mesmos as vezes de Challow, cortando a garganta do porco.

Enquanto ensaiavam o ato do abate e decidiam, Arabella adverte ao marido que o animal deveria ser sacrificado com um corte curto e preciso, como faziam os magarefes de ofício, de maneira tal que o porco morresse lentamente enquanto o sangue escorria. Caso o ato fosse realizado de forma distinta, a carne ficaria vermelha e sanguinolenta e, conseqüentemente, no

¹⁴ Essa chave de leitura me foi sugerida pelo professor Antônio de Pádua Bosi em uma das orientações.

momento em que o casal tentasse vender a carne do porco o valor que conseguiriam seria menor, pois todos saberiam que o animal não fora abatido por um carniceiro profissional. Contudo, angustiado com a perspectiva de tirar a vida do animal que ele próprio alimentara durante o outono e, além do mais, com pouca ou nenhuma maestria, Judas cravaria a faca na garganta do porco em um único golpe. Ferido, o animal emitiria desesperadamente os seus últimos e estridentes gritos. Arabella, por sua vez, vociferando para que Judas silenciase a gritaria do porco, explicava o motivo de sua inquietação: “Esse barulho atrairá gente, e não quero que se saiba que fomos nós mesmos que o matamos” (HARDY, 1971, p. 74).

Ao descrever esse episódio, a sensibilidade literária de Thomas Hardy nos coloca defronte uma percepção específica acerca do abate de animais, nesse caso, dos porcos. No universo de relações descritos por Hardy, o que dava à carne a garantia de procedência era o fato de o abate ter sido realizado por um magarefe. Os saberes e a experiência encerrados na figura e no ofício desse carniceiro profissional é que atestavam que a carne que seria vendida estava em boas condições para o consumo. Caso o abate tivesse sido realizado por alguém distinto e isso se tornasse de conhecimento público, a carne produzida ali poderia ser vista com receio e o seu valor no mercado diminuído.

Retornando à fala de Seu Reinaldo e colocando-a em contraste com as reportagens publicadas pelo jornal *O Paraná* durante a década de 1990, podemos localizar um conflito entre duas sensibilidades distintas e até antagônicas acerca da produção de carne no Oeste do Paraná. Ao passo que para as classes dominantes locais a produção e a comercialização de carne de qualidade só poderiam ser alcançadas a partir de um alvará emitido pelos órgãos públicos competentes, a narrativa de Seu Reinaldo procura atestar a procedência e a legitimidade dos salames e outros defumados que ele fabrica de forma caseira a partir da afirmação dos seus saberes acumulados pela experiência de anos trabalhando em açougues, fabriquetas e frigoríficos como magarefe.

Quando os frigoríficos de frango se difundiram na paisagem do Oeste paranaense, principalmente a partir da década de 1990, as classes dominantes ligadas à defesa desse projeto precisaram fustigar uma sensibilidade popular que enxergava a carne de frango congelada com descrédito. Obviamente, esse processo de mudança na percepção popular sobre a carne de frango não se tratou somente de um esforço local. No Brasil, desde a década de 1970 as indústrias frigoríficas de carne de frango que passavam a se expandir se articulavam nessa direção (BOSI, 2011). Contudo, tanto as reportagens veiculadas pelo periódico cascavelense, mas principalmente as falas de trabalhadores como Seu Reinaldo indicam que essa mudança

precisa ser lida como um processo histórico contraditório e conflituoso. Essa perspectiva coloca em xeque a própria memória oficial acerca da indústria frigorífica no Oeste do Paraná que, como dito anteriormente, tenta apagar a presença dos trabalhadores e de outras formas de produção de carne distintas das linhas de produção dos frigoríficos, no passado e no presente.

CAPÍTULO 3: DE “MAGAREFES” A OPERÁRIOS: EXPERIÊNCIAS DOS TRABALHADORES EMPREGADOS NA INDÚSTRIA FRIGORÍFICA (1980-2016)

Pesquisador: Você pode explicar para gente como que era o seu trabalho na sala de corte, com detalhe, o que é que você fazia lá?

Lenir: O meu é classificação né. Que é onde a gente tinha que classificar o peito. Você tira o osso e a cartilagem, daí a gente embalava e montava embalagem. Colocava nas embalagens certas. É porque se chama “b1” esses peitos que vem para gente. Daí tem o “b1”, “b1”, “b2” e o “b3”. E tem as embalagens correta, embalagem “b1”, “b3” e “b4”. Você, do jeito que eles pesavam lá, que tinha uma balança e eles pesavam lá a média de cada peso que tinha né, daí as embalagens seriam as certas, tinha um...

Pesquisador: E vinha como para vocês?

Lenir: Eles vinham assim numa esteira. Daí a gente classificava eles. E tem no outro lado as que embalavam, no meu caso eu ficava do lado de cá né. E do outro lado seriam as que pesavam e jogavam numas bandejinhas assim sabe? E naquelas bandejinhas tem umas plaquinhas, que “B1” que é, que “B1” que não é. Jogava nas “baciinha”, a gente pegava do outro lado e embalava.

Pesquisador: Ai você só ficava embalando?

Lenir: Isso, só embalava.

Pesquisador: Vocês têm ideia do para que servia isso? Essa classificação?

Leandro: Para exportação não é?

Lenir: É, exportação. Exportação para o Japão.

A fala transcrita acima pertence a uma trabalhadora que se empregou no frigorífico de aves da Coopavel em Cascavel-PR no final de 2009. Trabalhou ali durante três meses. Nesse curto período de tempo, executava as mesmas operações em seu trabalho durante mais de seis horas do dia. Os milhares de peitos de frango – já previamente pesados e classificados por outros trabalhadores – e que chegavam até ela por meio de uma esteira, eram devidamente embalados conforme a classificação que cada um recebera. Lenir era uma entre os milhares de outros operários e operárias que atualmente trabalham no frigorífico da Coopavel para garantir a colocação da cooperativa no ranking nacional de exportação de carne de frango. Os poucos movimentos realizados e descritos por Lenir são parte das relações de trabalho que nos últimos anos têm produzido os milhões de quilos de carne de frango industrializado, destinados à exportação para o Japão, a União Europeia, o Oriente Médio e outros lugares do mundo.

Para garantir a industrialização da carne de frango nesse volume, o trabalho nos frigoríficos – e o frigorífico da Coopavel não constitui exceção – é simplificado em operações mínimas. Uma série de movimentos simples, encadeados por esteiras, nóreas e máquinas garantem que, em um determinado período de tempo, os frangos que chegaram ao frigorífico ainda vivos saiam de lá prontos para serem comercializados.

Ancorados nesse tipo de organização do trabalho, simples e monótono, os frigoríficos comemoram seguidamente as quebras de recordes de produção e o aumento dos seus lucros. Para trabalhadoras como Lenir, seu irmão Leandro e os outros trabalhadores com os quais conversei e que estiveram ocupados no frigorífico de aves da Coopavel em Cascavel-PR nos últimos quinze anos, essa experiência tem sido sinônimo de um trabalho degradado, marcado, entre outros elementos, pela repetição de uns poucos movimentos, por baixos salários e também pelas dores. A divisão do trabalho descrita por Lenir anteriormente é um dos elementos do motor que impulsiona a indústria alimentícia no Oeste do Paraná.

Esse conjunto de relações experimentados atualmente pela classe trabalhadora empregada nos frigoríficos caracterizam um momento específico no desenvolvimento histórico da indústria da carne no Oeste do Paranaense. Essas relações, no entanto, tendem a ser sistematicamente naturalizadas a partir de um esforço das classes dominantes locais engajadas com o projeto de “agroindustrialização”. Nessa perspectiva, conforme argumentado no capítulo anterior, omite-se a presença dos trabalhadores que estiveram envolvidos com a produção de carne em açougues e fabriquetas ao longo das últimas décadas, bem como a importância desses trabalhadores na estruturação dos frigoríficos de suínos e bovinos durante as décadas de 1970 e 1980.

Além disso, a memória que esses setores têm construído e fomentado acerca da indústria da carne em Cascavel-PR e no Oeste do Paraná escamoteia as contradições e os conflitos que, entre o final dos anos 1980 e a década de 1990, desenharam uma conjuntura de reorganização das relações de trabalho e da acumulação de capital nas indústrias de carne da região. No caso da Coopavel em Cascavel-PR, esse processo teve como emblema a construção de um “novo” frigorífico polivalente e a desativação do Frigovel, agora chamado de frigorífico “velho”. Por outro lado, as trajetórias dos trabalhadores que experimentaram esse processo descortinam elementos e contradições essenciais para a compreensão do desenvolvimento histórico da indústria frigorífica na região.

Nessa direção, a partir das transformações no processo de trabalho é possível construir referências históricas que possibilitem comparar a experiência de trabalhadores empregados no frigorífico “velho” da Coopavel no decorrer das décadas de 1980 e 1990, com a experiência de operários do “novo” frigorífico da mesma cooperativa entre a segunda metade dos anos 1990 e o presente, de modo a elucidar questões relevantes para a análise histórica dos sentidos desse processo para a classe trabalhadora. Portanto, mapear e discutir historicamente as transformações nas relações de trabalho vivenciadas por trabalhadores como Seu Firmino, Seu

Reinaldo, Seu Ivo e Seu Medianeira e compará-las à experiência de operários como Leandro, sua irmã Lenir e muitos outros que se empregam ou já se empregaram no frigorífico da Coopavel na última década tem bastante a contribuir com a construção de uma História Social do Trabalho e dos Trabalhadores no Oeste do Paraná.

3.1 RELAÇÕES DE TRABALHO NO FRIGOVEL E A EXPERIÊNCIA DOS TRABALHADORES

No início da década de 1980, quando a Coopavel adquiriu a planta produtiva do antigo Friguaçu, desativada desde 1979, e retomou a produção de carne suína e bovina em escala industrial, não pode prescindir de trabalhadores com certa experiência na lida com a carne para comporem sua força de trabalho. Nesse ponto, a administração do frigorífico da Coopavel (agora chamado de Frigovel) certamente não foi a única e nem mesmo a primeira direção entre os frigoríficos de suínos e de bovinos que se instalaram na região Oeste do Paraná a se preocupar com a mobilização de trabalhadores. Frigoríficos instalados em cidades como, por exemplo, Marechal Cândido Rondon-PR já se deparavam com essa situação desde o início da década de 1970 (PEREIRA, 2014; BOSI, 2016). Aliás, como ao longo das décadas de 1970 e 1980 não era incomum os frigoríficos da região entrarem em falência ou ficarem desativados por algum período de tempo, não era raro que os trabalhadores empregados nessas plantas produtivas saltassem de uma fábrica para a outra quando a primeira fechava as portas.

Quando essas plantas produtivas passaram a organizar a manufatura de carne de porcos e bois, necessitaram mobilizar aos seus postos trabalhadores com alguma qualificação e experiência no abate e no processamento de carne. As ocupações ainda não eram divididas em uma série de poucos movimentos e, por isso, a produção dos frigoríficos tendia a exigir um perfil de trabalhador capaz de realizar várias operações em diferentes momentos do processo produtivo. Ao fazer isso, portanto, a gerência do Frigovel e dos demais frigoríficos da região tinham como objetivo garantirem a formação de uma força de trabalho minimamente apta a produção de carne em escala industrial no menor tempo possível.

Contudo, diferentemente dos outros frigoríficos da região, que se dedicavam em processar somente a carne de suínos, durante toda a década de 1980 e 1990, a Coopavel abateu e desossou suínos e bovinos no Frigovel. Nesse sentido, o processo de trabalho no frigorífico foi organizado de tal maneira que os mesmos operários que realizavam o processamento da carne de suínos também eram ocupados na manufatura da carne bovina. Para que fosse possível

a utilização dos mesmos trabalhadores em dois processos produtivos distintos, o abate de porcos e de bois era feito em dias da semana diferentes. Tomando por referência uma semana com cinco dias de trabalho, a manufatura da carne suína, que nesse momento se constituía na principal atividade do Frigovel, geralmente era feita durante três dias, muito embora não fosse incomum que o processamento de suínos viesse a ocupar os trabalhadores durante quatro ou até os cinco dias de trabalho durante a semana. A industrialização da carne bovina, portanto, geralmente ocupava os trabalhadores por um ou dois dias da semana. No início da década de 1980, a Coopavel abatia em seu frigorífico uma média de 300 a 400 porcos e 40 bois ao dia.

Assim, a linha principal de processamento, tanto da carne suína quanto da carne bovina, estava dividida em quatro partes, sendo elas o abate, a desossa, a produção ou a industrialização de defumados, e, por fim, o carregamento. Junto a isso, a realização das tarefas necessárias à industrialização da carne de bois e de porcos permanecia estruturada de acordo com os períodos do dia. Em grande medida, a organização de trabalho estava relacionada à passagem do dia, que informava quais atividades seriam realizadas.

A manhã era o período do dia reservado ao abate. O dia de trabalho se iniciava às sete horas da manhã, quando os trabalhadores já haviam batido o seu ponto e se colocavam em seus postos de trabalho para realizarem o abate. Os porcos, que haviam chegado ao frigorífico na noite anterior e sido descarregados em um “chiqueirão” para passarem a noite, eram pesados e classificados por cerca de três funcionários. Depois, os suínos eram direcionados por um corredor até uma pocilga menor. Nesse corredor, um ou dois trabalhadores eram responsáveis por limpá-los com a ajuda de um chuveiro. Quando chegavam à pocilga, haviam ali três trabalhadores. Um primeiro trabalhador se incumbia do papel de aplicar nos suínos um choque que os tombaria ao chão. Derrubados os porcos, os outros dois trabalhadores desse estágio assumiam o papel de amarrar as patas dos animais com correntes e atá-las a uma nórea que os suspendiam e os levavam até o estágio da sangria.

O abate de bois seguia, com suas particularidades, a mesma lógica. Após passarem a noite em cercados, logo no início da manhã eram pesados, classificados e guiados até um “mangueirão”. Ali, os bois recebiam um golpe na cabeça aplicado por uma espécie de pistola e caíam ao chão. Por serem mais pesados que os suínos, nos dias em que se abatiam bois, havia a necessidade de mais trabalhadores ajudarem no serviço de amarrá-los pelas patas e erguê-los até a nórea que os levaria à sangria. Estágio no qual, utilizando uma faca, dois ou três trabalhadores cortavam a garganta dos bois e dos porcos já desacordados. O sangue que escorria

dos animais era direcionado por uma bica até o digestor que se encontrava mais afastado, utilizado para a produção de ração.

Depois de sangrados, o processo seguinte da industrialização dos suínos era distinto do processo referente aos bovinos. Os porcos eram carregados pela nórea até os tanques de escaldagem, que suportavam mais ou menos quarenta porcos por vez. Nesse setor, cerca de quatro operários eram encarregados de não deixarem os animais submergirem até o fundo dos tanques utilizando bastões de madeira com os quais os suínos eram movimentados. Depois de saídos da escaldagem, eles eram levados pela nórea até uma peladeira, que retirava a maioria dos pelos dos animais.

Os bois, por sua vez, após terem sido suspensos pelas patas traseiras e sangrados, eram conduzidos pela nórea mecânica até um posto no qual uma dúzia de trabalhadores se ocupariam de retirar o couro dos animais. Via de regra, para cada animal dependurado eram necessários dois trabalhadores para fazer esse processo. Enquanto um se ocupava com a limpeza da parte esquerda do boi, o outro trabalhador realizava as mesmas operações pelo lado direito.

No próximo estágio, bovinos e suínos, depois de saídos da peladeira, eram içados e levados por uma esteira para serem lavados com chuveiros enquanto um grupo de funcionários se encarregava de finalizar o remate do pelo, no caso dos suínos nos lugares em que a peladeira não retirava, e, no caso dos bovinos, as áreas que o couro não havia sido retirado. Em ambos os casos, o trabalho nesse setor era geralmente fazer os “retoques” na retirada do couro da região da cabeça, dos olhos e dos ouvidos de suínos e bovinos.

Por fim, colocados novamente na nórea mecânica e movimentados por essa esteira ao estágio seguinte, os animais eram eviscerados, retirando-se o estômago, os intestinos e outras vísceras. Nesse serviço eram ocupados mais ou menos sessenta até setenta trabalhadores. Ao final desse percurso, as carcaças deveriam ser vistoriadas e carimbadas pelo Serviço de Inspeção Federal, como forma de atestar a sanidade dos animais abatidos. Finalizado esse processo, que ocupava toda a manhã, as carcaças dos animais eram levadas à câmara fria para serem resfriados. Um grupo de cerca de meia dúzia de trabalhadores se encarregava de fazer isso com o auxílio de um carrinho. As carcaças congeladas nesse dia seriam desossadas somente no dia seguinte.

Na parte da tarde, e não raras vezes se estendendo também ao período da noite, era realizada a desossa dos animais. Os pedaços das carcaças de bois ou porcos que haviam sido congelados no dia anterior eram então cerrados com a utilização de uma cerra circular. Separava-se a carcaça em peças que seriam então direcionadas às mesas nas quais seriam

realizados cortes específicos como, por exemplo, o pernil, a paleta, o lombo e a costela. Ocupavam-se nesse processo cerca de sessenta a oitenta trabalhadores, sendo que parte significativa desses trabalhadores eram os mesmos que haviam se ocupado no abate no período da manhã. No final da desossa, as carnes eram novamente vistoriadas e então pesadas e embaladas.

Os cortes considerados menos nobres tanto dos suínos quanto dos bovinos eram separados na sala de desossa e encaminhados ao setor da industrialização de embutidos. Nesse setor, essas carnes seriam moídas, temperadas, e, em casos de embutidos como as linguiças, a carne era “ensacada” e depois conduzida às estufas para o cozimento. Depois disso, os embutidos eram levados a uma sala para resfriarem e depois serem embalados. Durante a década de 1980, esse trabalho era quase inteiramente manual e requeria também os trabalhadores mais especializados, sendo somente a partir da década de 1990 que mudanças significativas seriam introduzidas nesse processo de “ensacar” as carnes, momento no qual ele passará a ser realizado por uma máquina específica.

O último setor da linha de desossa era o carregamento. Tanto na sala de desossa – depois que cortes específicos fossem realizados e as carnes vistoriadas, pesadas e embaladas – quanto na fabricação de embutidos – depois de devidamente cozidos nas estufas, resfriados e embalados –, as mercadorias produzidas ao final eram encaminhadas ao carregamento. A realização dessas tarefas iniciava-se no período da tarde e frequentemente terminava somente à noite.

Lançando um primeiro olhar sobre a organização do trabalho nos frigoríficos, não é difícil enxergar alguma relação com a divisão do trabalho nos açougues e fabriquetas. A passagem do dia servindo de referência para a realização das tarefas da produção; o domínio sobre saberes básicos que possibilitassem a execução de mais de uma operação. Contudo, os frigoríficos que se instalaram na região Oeste do Paraná durante as décadas de 1970 e 1980 já tinham realizado alterações significativas no processo de trabalho com o objetivo de organizá-lo sob a lógica da produção capitalista em escala industrial. No caso do frigorífico adquirido pela Coopavel em 1981, o principal emblema possivelmente tenha sido a introdução da nórea mecânica, que teve como consequência a intensificação do ritmo da produção.

A esse respeito, Seu Ivo depois de ter trabalhado durante quase cinco anos no Friguaçu (1974-1979), mudou-se para Foz do Iguaçu-PR para se ocupar em uma fabriqueta, na qual permaneceu por outros três anos. Quando retornou a Cascavel-PR em 1981, o Friguaçu já havia sido comprado pela Coopavel. O nome e o proprietário não eram as únicas coisas que haviam

mutado nesse intervalo. “Antes [*Friguaçu*] era aquela coisa mais braçal. A Coopavel ali [*Frigovel, depois de 1981*] já foi aumentando, na Coopavel já tinha mais rodízio. Era mais fácil, mas era mais rendimento” (Seu Ivo). A realização das tarefas mais brutas e que exigiam grandes quantidades de força física foram facilitadas com a introdução da nórea. Porém, como destacou outro trabalhador que entrevistei e que esteve empregado em frigoríficos durante as décadas de 1980 e 1990, o aumento da produtividade do trabalho industrial teve sua contrapartida no aumento dos acidentes de trabalho, que se tornaram mais frequentes: “Ah, mexe com faca, né?! Faca tudo afiada, corte de dedo, o cara escorrega, máquina que dá choque, é cheio de “coisarada” assim, piso escorregadio, porque escorrega. Cara que está enganchado, está no frio e faca afiada essas coisas” (Medianeira).

Por um lado, surpreende-nos constatar que esse processo não é diferente da organização do trabalho em frigoríficos desde a última década do século XIX. As condições de trabalho foram pouco modificadas quando as comparamos com a descrição de Upton Sinclair, na primeira década do século XX (SINCLAIR, 1965; BOSI, 2014). O predomínio do trabalho manual, o manuseio das facas, dos facões e das serras bastante afiados, o frio constante, tudo o que compunha aquele mundo ameaçava às vidas dos trabalhadores. O contato sistemático com o sangue e a gordura eram um perigo adicional uma vez que o chão ficava escorregadio como o limo. Os desequilíbrios e tombos eram comuns até que o andar fosse disciplinado por aquele ambiente hostil. Um ambiente como esse exigia de cada trabalhador uma compreensão naturalizada desses riscos.

Por outro lado, o processo de trabalho no antigo frigorífico de suínos e de bovinos da Coopavel pressupunha um perfil de trabalhadores que fossem qualificados o suficiente para executarem ocupações diferentes, dentro da mesma linha de produção ou em linhas diferentes. A própria formação da força de trabalho ocupada no antigo frigorífico da Coopavel, desse ponto de vista, permaneceu relativamente dependente da presença de trabalhadores que acumulavam em sua trajetória experiências de trabalho nos açougues e fabriquetas e dominavam todo o processo de trabalho, incluindo, por exemplo, o cozimento de embutidos. Durante a década de 1980 e parte da década seguinte, foram essas ocupações, ligadas à produção de embutidos, de salames, de linguiças, de mortadelas e de defumados, as que exigiram os trabalhadores mais qualificados. Dentro do antigo frigorífico, os trabalhadores empregados nesses setores possuíam não apenas os salários mais elevados, como também gozavam de prestígio e de status diferenciado em relação aos demais trabalhadores. Nesse sentido, é possível considerar que os frigoríficos da região, de fato, mantiveram alguma relação com o trabalho nos açougues e nas

fabriquetas. Contudo, tratou-se de uma relação contraditória e conflituosa que se estabeleceu entre a indústria frigorífica e outras formas “primitivas” de abate, de desossa e de produção de carne.

Trabalhadores com vasta experiência no corte da carne foram importantes no sentido da formação da força de trabalho empregada no abate e na desossa dentro do frigorífico, que precisavam tanto dominar mais de uma função dentro do processo produtivo. Ao mesmo tempo, para a direção do Frigovel também era importante que os trabalhadores mobilizados pelo frigorífico estivessem disponíveis para longas jornadas de trabalho num ambiente hostil. A vila operária foi uma das estratégias utilizadas pela cooperativa para fixar os trabalhadores ao frigorífico.

Mobilizar braços aptos para o processo produtivo, aliás, constituiu um problema com o qual a gerência do Frigovel não foi a única a se deparar. Desde os anos 1950, os primeiros frigoríficos tiveram dificuldades para conseguir trabalhadores. Tentaram solucionar isso construindo ou ajudando a construir casas em torno das plantas produtivas ou próximas a ela¹⁵. Em meados da década de 1950, o Frigorífico Pioneiro, que posteriormente seria comprado pela Sadia (1964), por exemplo, foi o primeiro a fazer isso, na cidade de Toledo-PR. Há ainda registros da presença de vilas operárias durante as décadas seguintes nos frigoríficos de suínos sediados em outras cidades do Oeste paranaense, como Medianeira-PR e Marechal Cândido Rondon-PR (BOSI, 2016; PEREIRA, 2014).

Localizada nas imediações da fábrica, a vila operária do Frigovel foi adquirida pela Coopavel em 1981 junto com a planta produtiva do antigo Friguaçu. A vila operária tinha cerca de duas dezenas de casas antes de ser incorporada pela cooperativa cascavelense e foi ampliada no início da década de 1980 para de quarenta e duas casas, nas quais moravam as famílias dos trabalhadores que, na maioria das vezes, tinham mais de um integrante do núcleo familiar trabalhando no frigorífico.

Seu Firmino trabalhou quase catorze anos no antigo frigorífico da Coopavel entre 1985 e 1999. Pelos mesmos catorze anos ele e sua família residiram na vila operária do Frigovel. Possuía 84 anos quando o conheci. Em sua família, não foi o único a ter sido empregado no

¹⁵ Além das vilas operárias, os frigoríficos convenciam prefeituras, o estado e a União a facilitar o acesso dos trabalhadores às casas por meio de financiamentos. Este expediente tinha força suficiente para comprometer os trabalhadores a se fixarem ali por longa data. (BOSI, 2016; FANO, 2016). Existem ainda os pequenos núcleos urbanos e rurais cujas possibilidades de emprego nas últimas décadas se resumem à cadeia avícola. É o caso, por exemplo, da Vila Celeste em Toledo-PR, estudada por Lucineia Fagnani (2014). Esse processo constitui em grande medida um capítulo à parte desse processo.

Frigovel. Dois de seus quatro filhos também trabalharam no frigorífico no mesmo período. Na maior parte do tempo em que esteve no frigorífico, ocupou o posto de sangrador. Depois que os porcos e bois eram abatidos e pendurados pelas patas traseiras na “nórea”, sangrava os animais que chegavam até ele com um corte preciso na garganta. Tornou-se um trabalhador eficaz no que fazia. Enquanto vendeu sua força de trabalho à Coopavel, manuseando esse instrumento de trabalho com destreza e precisão, Seu Firmino garantiu tanto a produção das mercadorias e a acumulação de capital pela Coopavel como sua subsistência e moradia na vila operária. Foi despedido quando a Coopavel inaugurou a linha de abate de suínos e bovinos do frigorífico “novo” em 1999. Perdeu tanto o emprego como a moradia.

Antes de chegar ao posto de sangrador, trabalhou em quase todas as ocupações periféricas da cadeia de abate de suínos e bovinos. Entrou no corte de grama e em outros serviços de jardinagem. Havia poucos trabalhadores ocupados nesse tipo de serviço, o que tornava suas atividades bastante árduas. Trabalhou na caldeira também, alimentando o fogo e controlando a pressão do forno que aquecia a água na qual eram escaldados os animais abatidos. Abastecia a caldeira com toras de lenha por quase dez horas diárias, contando as horas extras. Embora lhe garantisse a moradia na vila operária, esse último posto no processo de produção sugava-lhe as forças físicas.

Seu Firmino: Na caldeira eu me arrebentei tudo. Porque eles não davam ajudante. Tive três hérnias aqui na barriga. Fiz quatro cortes na barriga.

Dona Carmem: Por causa da madeira, ela é pesada de botar lá dentro.

Seu Firmino: É que eles não davam ajudante nenhum. As madeiras que vinham eu tinha que carregar sozinho. Era mais ou menos dessa altura aqui [*cerca de um metro*] do chão, para colocar na boca da caldeira, para depois colocar para dentro. [...]E eu tinha que pegar as toras e erguer assim, para depois [*gestos*]. E aí eu fui erguer uma vez, uma tora assim, uma de um “tamanhozinho” mais ou menos assim, [*gestos; ironia; risos*]. Era grande. Aí eu peguei assim, e quando eu quis jogar em cima, quando eu fiz aquele balanço assim [*gestos*], para jogar ela em cima, para colocar a ponta dela ali para aliviar um pouco, aí me faltou as pernas. Parecia que passou a força. Aí eu fiquei deitado assim [*gestos*]. Eu coloquei e larguei a madeira. Aí eu treinei um pouquinho, descansei um pouquinho [*risos*], e ergui, aí levantei de novo e foi. Mas também, no segundo ou terceiro dia já começou a aparecer hérnia. A coisa mais triste que eles tinham era não dar um ajudante onde era preciso, não sei se era quem mexia com esses “pauzinhos”, mas não mandavam ninguém.

Esse trecho, recortado da entrevista, sustenta-se sobre dois pontos sensíveis da explicação de Seu Firmino acerca do processo de trabalho no antigo Frigovel e de sua própria trajetória dentro do frigorífico. O primeiro deles é relativamente claro. O começo das lesões

que lhe retirou a saúde teve lugar no trabalho realizado nas caldeiras. Num primeiro momento, comparado à jardinagem, alimentar o fogo que fazia a caldeira ferver pareceu a Seu Firmino uma boa mudança dentro do frigorífico, principalmente por conta do salário maior. Todavia, quando passou a se machucar com frequência, avaliou que o trabalho nas caldeiras não compensava. Conseguiu deixar o posto da caldeira, saltando em outras ocupações intermediárias até chegar a de sangrador, mas, em contrapartida, as dores que começou a sentir na caldeira não o deixaram. Ainda o incomodavam quando o entrevistei.

O segundo ponto é menos explícito. Para contar aquela história, Seu Firmino recorreu aos gestos, muitos gestos, a fim de tornar o relato verossímil e proporcional aos fatos que tentava ressaltar. Ora os movimentos acompanhavam as palavras, ora acontecia o contrário. Aquela encenação rigorosa era parte inalienável de sua resposta à entrevista. Os gestos foram utilizados por ele ao longo de toda a entrevista. Essa mistura de linguagens foi uma escolha de Seu Firmino para preparar o relato sobre a rotina, simples e repetitiva, que condenou sua saúde, seja na caldeira ou na ocupação de sangrador.

Seu Firmino: Tinha seiscentos quilos. Era um monstro. Ele vinha vindo, pendurado lá [*gestos*], aí eu meti a faca [*gestos*], para tudo era a mesma faca, uma faquinha assim [*gestos*], e no que eu meti a faca no bicho ele “bééh”, me deu um negócio assim que parece que bateu aqui no ouvido [*gestos*] e saiu para cá [*gestos*], no outro ouvido. Aí eu pedi para mulher que cuidava de médico e essas coisas, e falei para ela, mas que nada, ela pegou e foi embora. Talvez se eu tivesse ido no médico eu não fosse tão surdo que nem eu sou agora, um pouco ia adiantar. Eu acho que estourou alguma coisa.

Dona Carmem: Capaz, pare.

Seu Firmino: Mas claro, com o berro que o bicho deu. Parecia que ia terminar o mundo, para ele [*risos*]. Pela madrugada, e berra. Acho que dali onde eu sangrei ele, lá do escritório se ouvia o barulho dele, do berro, porque é numa baixada e o escritório fica lá em cima.

Ao narrarem e exemplificarem o processamento da carne de porcos e bois também a partir dos gestos e da referência aos sons, aos cheiros e às cores que envolviam esse universo, trabalhadores como Seu Firmino deram vida ao cotidiano do frigorífico. Ao fazerem isso, esses trabalhadores tentavam ressuscitar não apenas a organização técnica e tecnológica da linha de produção, mas principalmente as tensões e contradições que foram experimentadas por eles. Mesmo quando passou ao posto de sangrador, o ambiente de trabalho hostil do frigorífico se fez sentir, na percepção de Seu Firmino, pelo barulho dos animais sendo mortos. Nesse sentido, em ambos os trechos da fala de Seu Firmino é possível identificar a tensão entre a administração do frigorífico, os trabalhadores e a percepção do ambiente hostil e agressivo do frigorífico.

Quando esteve ocupado na caldeira, embora o trabalho ali requeresse mais braços a gerência do frigorífico – “quem mexia os ‘pauzinhos’” –, mostrava-se insensível a reivindicação dos trabalhadores. Da mesma forma, afirmar que o barulho dos bois sendo abatidos podia ser ouvido do escritório da gerência do Frigovel pode ser entendido como uma figura de linguagem empreendida para afirmar que a direção do frigorífico não apenas sabia dos riscos à saúde dos trabalhadores, mas mantinha-se indiferente.

As tensões narradas pelos trabalhadores atribuem toda uma carga de sentido e significado à presença desses no frigorífico durante a década de 1980 e 1990. E isso é válido não apenas para o espaço da linha de produção. A esposa de Seu Firmino, Dona Carmem, esteve presente nas duas vezes em que fui à casa deles gravar as entrevistas. Mesmo não sendo empregada no frigorífico, Dona Carmem participou da entrevista em diversos momentos. Complementou a fala de Seu Firmino acerca de algum detalhe da produção; narrou situações cotidianas da vila operária; e, em outros momentos, dimensionou ambas as situações: “Quando a gente morava lá para baixo [*na Vila Operária*] nós escutávamos aqueles berros, porque eles davam aquelas marretadas e os bois davam um grito, que nós morávamos bem ali para baixo, daí nós escutávamos o ‘bahhhhhhh’” (Dona Carmem).

Pesquisador: Quantas famílias mais ou menos moravam ali?

Dona Carmem: Quarenta. Quarenta e duas, daí tinha mais uma casa, mas era tipo uma escola para a piazada. De moradia eram quarenta e duas.

Seu Firmino: Tinha, e bailão para nós [*risos*].

Dona Carmem: É, tinha uns dois três bailões. Era bonito.

Seu Firmino: Era para brincar né?! Só que tocava sempre o som, não tinha sanfoneiro.

Dona Carmem: Uma vez eu lembro que fizemos bastante pastel para vender, porque daí o meu filho com um outro que morava lá, eles eram os chefes da escola, os gerentes ou não sei como é que se diz, e fizemos para comprar cadeira, por conta da piazada, porque só tinha uma professora que dava aula lá só. A professora, ela também trabalhava na Coopavel. De manhã ela dava uma aulinha para crianças, para criança menor.

Era como se fosse uma escola para os primeiros anos?

Dona Carmem: É, era uma coisinha assim. Depois parou também. A Keila era que dava aula. Ela trabalhava uma parte no frigorífico e uma parte ela trabalhava lá.

Seu Firmino: É, e outra parte ela namorava [*risos*].

Dona Carmem: Mas deixa a parte de namorar para ela, mas “vai tomar banho” [*risos*]. E aí nós fizemos lá, bastante pastel naquela cozinha lá. Deu para nós comprarmos quarenta e poucas cadeiras. São essas aqui ainda [*referência as cadeiras que estávamos sentados durante a entrevista*], que depois acabou tudo aquilo lá daí fomos repartindo um pouco para cada um. E ainda eu tenho essas de lembrança [*risos*]. Porque daí começaram dando a conta para um, dando a conta para outro. Ai todo o povo começou a subir e

comprar lote aqui para cima. Quem saiu de lá a maioria comprou lote tudo aqui pertinho.

Assim como no caso de outras vilas operárias organizadas pelos frigoríficos da região, na vila operária do Frigovel se imbricavam de maneiras contraditórias trabalho e moradia¹⁶. Do ponto de vista da gerência do Frigovel, a vila operária era importante porque possibilitava que os trabalhadores estivessem disponíveis para o processo de trabalho e de acumulação de capital a partir da extração de mais valia absoluta, pela extensão da jornada. Do ponto de vista dos trabalhadores, no entanto, a vila operária representava moradia e proteção, mas também era o emblema de uma série de momentos compartilhados, do estabelecimento de laços de sociabilidade e solidariedade entre os próprios trabalhadores. Vista desse referencial, a fala de Dona Carmem nos aponta que, para os trabalhadores, a vila operária era/é um espaço carregado de memória. Uma memória que, ao reafirmar a presença dos trabalhadores nesses espaços, descortina contradições e conflitos apagados pela narrativa oficial acerca das transformações da indústria frigorífica na década de 1990.

Partindo dessa perspectiva, é possível problematizar não apenas a omissão das formas ditas “primitivas” da memória oficial sobre a indústria frigorífica no Oeste do Paraná, como argumentado no capítulo anterior, mas, além disso, discutir e analisar as transformações no processo de trabalho dos frigoríficos a partir do final da década de 1980 à luz da experiência dos trabalhadores que vivenciaram essas transformações.

3.2 CONFLITOS EM TORNO DA REORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO ANTIGO FRIGOVEL

Durante a década de 1980, o frigorífico buscou se apropriar das habilidades dos trabalhadores com o corte da carne para garantir a produção e formar uma força de trabalho minimamente apta àquela forma de trabalho industrial. Dentro desse contexto histórico, a vila operária foi uma das estratégias utilizadas para fixar os trabalhadores. Obviamente, essa relação era interessante à gerência do Frigovel na medida em que a formação de uma mão de obra

¹⁶ Ao discutir a experiência dos trabalhadores da vila operária do frigorífico de suínos FriRondon em Marechal Cândido Rondon-PR entre os anos 1963 e 1979, Antônio Bosi chamou atenção para a importância da reflexão acerca das vilas operárias não apenas como um espaço organizado pelo capital industrial como relação de dominação e exploração, mas também como um espaço no qual – dentro dessa relação desigual entre capital e trabalho – a presença dos trabalhadores atribuiu sentidos e memórias contraditórias e conflitantes com a visão dos frigoríficos sobre as vilas operárias (BOSI, 2016).

qualificada para essas atividades tinha relação direta com o aumento da produtividade do trabalho no frigorífico. Por outro lado, essa relativa dependência dos saberes prévios e da disposição dos trabalhadores engendrou/engendra um conflito entre a direção do frigorífico e esses mesmos trabalhadores.

A década de 1990, por sua vez, marcou o período no qual a direção da Coopavel buscou aumentar sua produção industrial de carne com a construção do chamado frigorífico polivalente, cuja “prioridade” foi o início do abate de aves em 1994, enquanto as “novas” linhas de processamento de suínos e bovinos foram concluídas no final de 1999. Contudo, enquanto o Frigovel permaneceu funcionando até que a segunda etapa da construção do frigorífico polivalente fosse entregue, a direção da Coopavel realizou sucessivos esforços para reorganizar o trabalho no frigorífico “velho” (Frigovel) com o objetivo de ampliar a acumulação de capital da cooperativa a partir da intensificação da exploração do trabalho industrial nesse frigorífico. O êxito desse processo, no entanto, passou também pela “necessidade” da construção histórica de outro perfil para a força de trabalho.

Nesse sentido, a questão da reorganização do trabalho como possibilidade de expansão da acumulação capitalista (e do próprio capitalismo) e a relação desse processo com a construção de um novo tipo de trabalhador adaptado a essas novas relações de trabalho foram analisadas por Gramsci em *Americanismo e Fordismo* (1978). Gramsci insistiu na tese de que as relações de trabalho não podem ser pensadas unicamente em termos de técnica e de tecnologia; mais do que isso, elas devem ser problematizadas como uma formação política. No sentido de que, quando o capital organiza (ou reorganiza) uma linha de produção ele não está dispondo no espaço da produção apenas técnica e tecnologia, mas ao mesmo tempo está estruturando uma organização política, está ordenando o trabalho e (pelo menos enquanto intenção) organizando os trabalhadores de acordo com determinada visão sobre o mundo, sobre a vida social e sobre os conflitos de classe dentro de uma sociedade. Desse ponto de vista, mudanças ou reorganizações no processo produtivo de uma indústria implicam também a construção de outro perfil para a força de trabalho num processo histórico que é marcado por conflitos e tensões. Como destacou Gramsci (1978) ao analisar as contradições no processo de expansão do capitalismo na Europa a partir da introdução do fordismo, esse novo perfil de trabalhador não é um dado pronto da realidade, mas antes um sujeito social formado na luta de classes.

No caso do Frigovel em Cascavel-PR, as tentativas de reorganização do trabalho durante a década de 1990 não foram vivenciados sem conflitos pelos trabalhadores do frigorífico. Antes

disso, o processo de trabalho será o espaço que articulará de maneira desigual a tensão entre as tentativas da gerência da Coopavel de intensificar a exploração do trabalho e os enfrentamentos que os trabalhadores do frigorífico “velho” opuseram a essas tentativas. Da mesma forma, espaços como a vila operária e os compromissos (desiguais) que se estabeleceram entre trabalhadores e a gerência do frigorífico até a década de 1990 também serão mobilizados pelos “velhos” trabalhadores para travar um enfrentamento às mudanças pretendidas pela direção do Frigovel. Partir dessa perspectiva significa afirmar que os trabalhadores não são apenas “alvos” das transformações no processo produtivo.

Destarte, a fala de um dos trabalhadores com os quais conversei no decorrer da pesquisa parece-me significativa desse processo de reorganização do trabalho na década de 1990 e dos conflitos que ele ensejou. Seu Zé Pereira trabalhou no Frigovel do início da década de 1990 até 2004. Nesses catorze anos em que foi empregado da Coopavel, trabalhou nove anos no antigo frigorífico de suínos e bovinos (até 1999), quando o novo frigorífico foi inaugurado. Portanto, por quase cinco anos (2000-2004) trabalhou na nova planta produtiva da Coopavel. Dos trabalhadores que se empregaram no antigo Frigovel e que tive a oportunidade de conhecer, Seu Zé Pereira foi o único que foi transferido para o frigorífico polivalente e não perdeu o emprego quando o Frigovel deixou de abater e desossar carne suína e bovina. Esse fato pode ser relacionado à própria posição que ocupou nos frigoríficos da Coopavel: apesar de ter chegado ao frigorífico para se empregar na manufatura da carne como trabalhador, durante a década de 1990, Seu Zé Pereira assumiu o cargo de chefia do abate e da desossa do antigo Frigovel. Portanto, quando narrou sua experiência no(s) frigorífico(s) da Coopavel, a fala de Seu Zé Pereira articulou de maneira contraditória a intenção da gerência da Coopavel na reorganização do trabalho durante a década de 1990 e a percepção dos operários sobre esse processo.

Pesquisador: Seu Zé, você poderia me contar alguns episódios que aconteceram, em relação a essa situação e o que os chefes queriam mudar no trabalho e qual a reação?

Seu Zé Pereira: Sim filho, então um dia, o terceiro dia meu [*como chefia*], o que aconteceu? Ninguém vinha me ajudar.

Isso já era aqui no frigorífico novo da Coopavel?

Seu Zé Pereira: Era no aqui de baixo aqui [*Frigovel, frigorífico “velho”*], ninguém vinha me ajudar. Isso foi em 90, 92, 93, foi 94 mais ou menos. Daí o pessoal estava começando a se ajeitar, contrataram gente nova, falou “você vai trabalhar do teu jeito, você vai contratado lá é assim e assim”, e aqueles outros que estavam lá, os mais velhos, já vinham alongar, falar na sua cabecinha, para você fazer aquilo que eles estavam fazendo, para fazer o

serviço do jeito deles lá, tinha que se reservar, ao invés de melhorar o serviço. Porque a gente as vezes queria melhorar o serviço, para ficar mais fácil para eles, mas eles faziam só piorar a situação, daí virava aquela panelinha, aquela discussão, que discutiam com você. O pessoal mais velho, que eram aqueles mais velhos, principalmente os que trabalhavam a bastante tempo ali [*Frigovel*], trabalhavam e moravam ali em baixo [*na vila operária*], são mais “bocudos”, mais “cara dura”, eles falavam palavrão para você na sua cara: “onde é que esse cara vai governar uma coisa, ajudar uma coisa para nós? Vai nada, eu não vou ajudar, ele vai trabalhar sozinho se quiser”, bem assim. Filho, tem pessoal lá que ó, eu conversei, troquei uma ideia com eles, ó não teve jeito, não foi por mim que foi embora, foi por causa deles, eles mesmo procuraram para ir embora, falou “não vou trabalhar”, batia o pé e não ia, amanhecia; faltava gente eu não ia ficar batendo papo lá, não tinha como; foi onde eu passei pro chefe, “ô, está assim, assim, assim”; “Zé, o que não serve pra você, não serve pra mim meu amigo, você que está precisando de gente, nós queremos gente pra trabalhar, se precisar 10, nós vamos arrumar 10 pra te ajudar, mas se a pessoa não quer, meu amigo, manda embora, não esquenta a cabeça com isso não”. Eu tinha um medo porque eu não queria, porque todo mundo precisa trabalhar, precisa ser ajudado né? E tem gente que não queria trabalhar, os mais velhos não queriam trabalhar, se chamasse gente para trabalhar do lado deles, nossa, ficava “beijudo” capaz de ficar três dias sem falar comigo, eles queriam ter razão.

A cooperação de vários trabalhadores que, depois de despojados completamente dos meios de produção, são agora reunidos ao mesmo tempo e num mesmo local pelo capitalista para produzir determinada mercadoria, conforme destacou Marx, constitui histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista (MARX, 1985). Ao reunir os trabalhadores nessa condição historicamente determinada de cooperação e ao comprar a força de trabalho dos operários por um período de tempo específico, o capitalista tem também a necessidade de utilizar o potencial dessa força de trabalho da maneira mais eficaz para a produção de cada vez mais mercadorias. Portanto, a utilização de toda a potencialidade da força de trabalho tem uma funcionalidade essencial para o capital e para a organização da produção capitalista, que procura constantemente planejar e definir quais movimentos os trabalhadores irão executar e de que forma o farão.

Por outro lado, ao serem reunidos pelo capitalista por meio da cooperação, os trabalhadores, detentores da força de trabalho empregada pelo capital, embora separados dos meios de produção, destituídos da concepção e da organização geral do processo produtivo e do próprio resultado de seu trabalho, não deixam de serem os transformadores diretos da matéria (MARX, 1985). Desse ponto de vista, conforme argumentou Castoriadis, o pressuposto da gerência capitalista da produção, de que os trabalhadores podem ser colocados dentro do processo de trabalho apenas como estritos executores de tarefas pré-definidas, carrega uma

contradição fundamental que diz respeito ao fato de que “cada indivíduo pode ter e *tem* sua maneira de se adaptar à tarefa e de adaptá-la a si mesmo” (CASTORIADIS, 1985, p.104). Nesse sentido, ao experimentarem determinadas relações de trabalho, os trabalhadores se apropriam de um conjunto de habilidades e de referências morais, culturais e políticas construídos a partir da sociabilidade (historicamente determinada) no processo de produção que expressam não somente uma série de movimentos técnicos a serem realizados, mas uma concepção sobre estas relações sociais por eles vivenciadas.

Vista a partir dessa reflexão, a fala de Seu Zé Pereira constitui um registro interessante desse conflito entre capital e trabalho/ frigorífico e trabalhadores. Produzido a partir do olhar de um membro da hierarquia fabril, a narrativa nos ajuda a dimensionar o campo de forças desigual no qual se desenrolavam diversos enfrentamentos entre os trabalhadores e a gerência. Assim, a partir da reorganização do processo produtivo no Frigovel durante a década de 1990, a Coopavel buscou acelerar o processo de industrialização da carne suína e bovina no antigo frigorífico, aumentando a produção de mercadorias à custa de uma maior intensidade da exploração do trabalho. O aumento da produtividade no trabalho significou também a pressão sobre determinadas práticas e até de uma cultura fabril nas quais os operários do antigo Frigovel estavam atrelados. Contrastadas com a perspectiva da hierarquia fabril, sempre justificadas como tentativas de “melhorar o serviço”, essas práticas dos trabalhadores aparecem na fala de Seu Zé Pereira como uma reação antiquada e desprovida de justificativa, organizada pelos “cabeças duras”, “bocudos” etc. Vistas a partir da perspectiva daqueles trabalhadores “mais velhos”, no entanto, as transformações na linha de produção são narradas com um sentido completamente distinto.

Nos dezessete anos em que se empregou no antigo frigorífico de suínos e bovinos, uma das ocupações na qual Seu Ivo trabalhou fora a de retirar o toucinho dos porcos ainda na sessão de abate. Essa não foi sua única ocupação no antigo frigorífico, que, conforme já dito, principalmente durante a década de 1980, tendia a utilizar os mesmos trabalhadores no abate e na desossa dos animais. A partir de fins da década de 1980 e início dos anos 1990, quando a Coopavel introduziu novas máquinas em vários postos de trabalho visando acelerar a produtividade, o setor em que Seu Ivo trabalhava retirando o toucinho dos porcos foi um dos que foram alterados. O sentido dessas mudanças não deixou de ser percebido por ele quando o questioneei sobre o assunto.

Pesquisador: E Seu Ivo, nesses dezessete anos em que o senhor trabalhou ali na Coopavel, tiveram coisas que mudaram no trabalho?

Seu Ivo: Ah, teve. Teve bastante máquina que entrou. Eu mesmo trabalhava numa máquina de tirar courinho, numa máquina de tirar couro, tirava tudo os toucinhos. Trabalhei ali e depois, mais ali para frente [*referência a década de 1990*], que eu já estava trabalhando, daí mudou, e mudou bastante. Diziam que cada vez melhorava mais, mas você tinha que trabalhar mais também [*risos*].

Nesse período, Seu Ivo não somente aprendeu os gestos e movimentos ligados ao abate e ao processamento de carne, mas também compartilhou com muitos outros operários os saberes necessários ao trabalho no frigorífico. Foi contratado como “servente” e, como enfatizou tantas vezes ao longo de sua entrevista, tornou-se um “magarefe”.

Seu Ivo: [...] quando o compadre R. saía ele deixava eu cuidando também. Para você ver, era tudo experiência, se não trabalhasse certinho não ia ser assim né pía? Ai tudo deixava eu para cuidar. O compadre R., quando entrava peão novo ele dizia, “o Ivo, você vai ensinar aquele lá, vai ensinar ele a trabalhar”. E eu ensinava. Chegava nele, pegava a chaira [*faca afiada*], fazia bem devagarzinho para ele aprender [*gestos dos movimentos que eram realizados*], fazia na mão dele né [*gestos*], mostrava o abate [*gestos*], a desossa [*gestos*], olha, em uns “diazinhos” ali o homem já estava “bonito” lá. Ensinei algum peão ali “piazinho”.

Em narrativas repletas de sutilezas e na quais a linguagem oral era frequentemente acompanhada de gestos que buscavam ilustrar o universo do trabalho no frigorífico, trabalhadores como Seu Ivo exemplificaram o processamento da carne de porco e da carne de gado. Os braços subiam e desciam, afastavam-se um do outro para mostrar a grandeza das coisas. Linhas invisíveis traçavam no ar a complexidade da tarefa executada pelos trabalhadores. Recorrendo a essas narrativas, os trabalhadores carregaram de sentido e significado aqueles que poderiam parecer os mais simples movimentos. Esses gestos e macetes compartilhados pelos trabalhadores na sociabilidade cotidiana do frigorífico podiam ser (e foram) vistos pela gerência como um empecilho ou até um entrave às tentativas de intensificação da exploração do trabalho orquestradas pela gerência do Frigovel.

Para esse setor da classe trabalhadora que se empregou no antigo Frigovel durante as décadas de 1980 e 1990, as relações sociais do trabalho que foram estabelecidas no antigo frigorífico, principalmente durante a década de 1980, serviram de referência nos enfrentamentos a intensificação do trabalho no dentro do frigorífico. As mudanças pretendidas pela gerência para “melhorar o serviço” no Frigovel durante a década de 1990, como estratégia

para questionar a reorganização do trabalho e afirmarem sua importância e responsabilidade os trabalhadores opuseram a experiência de anos lidando com o abate, a desossa e o processamento de carne: “era tudo experiência, se não trabalhasse certinho não ia ser assim né piá?” (Seu Ivo). Desse ponto de vista, a experiência das relações de trabalho contribuiu para a formação de uma cultura fabril em contraste com a qual os trabalhadores interpretavam e resistiam às tentativas da Coopavel de aumentar a exploração do trabalho no antigo frigorífico.

Nessa mesma direção, a narrativa de Seu Firmino – sempre acompanhada das intervenções de sua esposa, Dona Carmem – também é representativa desse processo conflituoso que significou reorganização do trabalho dentro do Frigovel. Contratado pela Coopavel em meados de 1984, Seu Firmino e sua família moraram e trabalharam no frigorífico “velho” da Coopavel por catorze anos. Depois de passar por diversas ocupações periféricas, a linha de abate e desossa de suínos e bovinos, Seu Firmino chegou ao posto de sangrador ainda no final da década de 1980. Permaneceu nesse posto até 1998, quando foi despedido pela gerência da Coopavel. Utilizando-se de gestos e da linguagem oral com tanta intensidade quando Seu Ivo, Seu Firmino tentou explicar-me o que fazia nos tempos de sangrador no Frigovel.

Seu Firmino: Eles fechavam um canto assim [*gestos*], fechava como se fosse aqui [*gestos*], aí vinham os porcos por ali [*gestos*] e um cara ficava lá dentro, ele dava o choque e manhava [*amarrava o porco na nórea; gestos*] o porco e engatava naquela “nórea” que eles falavam, e daí levavam eles iam lá pra cima. E daí, antes de subir, quando chegava na minha vez, eu ficava com a faca assim [*gestos*], que vinha na minha direção, daí eu sangrava [*gestos*], e daí o porco continuava a subir. Daí tinha um jeito lá, que a corrente do porco batia aqui [*gestos*] e daí caía, jogava o porco dentro da água.

Dona Carmem: Mas era rápido. Lá não era devagarzinho. Matavam quatrocentos, quinhentos até as dez da manhã. Aquilo era rápido, não era devagarzinho.

O trecho transcrito anteriormente registra a divisão do trabalho e a produção de mercadorias organizadas sob a lógica da exploração do trabalho na indústria frigorífica durante as décadas de 1980 e 1990. Registra também uma relação carregada de significado entre um trabalhador e seu instrumento de trabalho. Ao descrever sua ocupação como sangrador no antigo Frigovel, utilizando-se das palavras e dos gestos, Seu Firmino tentava mostrar não só os movimentos técnicos que realizava, mas também a carga de sentido e de emoções que ligavam esse trabalhador ao seu instrumento de trabalho. A faca utilizada por Seu Firmino nos tempos do antigo frigorífico de suínos e bovinos carrega também a memória, a referência aos valores e

a moral que orientaram e orientam sua trajetória de trabalho e de vida. A faca era uma extensão dele.

Até a última vez que o visitei, ele ainda guardava amolada a faca que utilizava na sangria nos tempos de Frigovel. Mostrou-me a faca com o orgulho de quem mostra a outra pessoa algo bem quisto. Em sua descrição dos movimentos realizados nos tempos de sangrador, as palavras e os gestos procuravam encenar movimentos que pareciam dotados de fineza e elegância, mas, simultaneamente, de brutalidade. Um movimento desferido para ferir que, realizado em um ambiente notadamente hostil e agressivo como o frigorífico, pode ser também uma ameaça ao próprio trabalhador. Manuseá-la implicava tanto adaptar-se ao ambiente hostil do trabalho, quanto, em sentido contrário, ajustar o trabalho a si próprio de modo a utilizá-la, por exemplo, sem se ferir.

Na década de 1990, quando a gerência tentou estabelecer formas mais “eficazes” de utilizar o potencial da força de trabalho empregada no frigorífico “velho” da Coopavel, além da introdução de máquinas específicas, outra estratégia utilizada foi a troca dos gerentes e supervisores do abate e da desossa no antigo Frigovel.

Seu Firmino: Tinha um encarregado novo que entrou depois [*primeira metade da década de 1990*], que está quase morrendo hoje, está aí, morrendo, esse queria que todo mundo saísse, nos dedava. Quantas vezes ele me dedou lá! Só que eles não ligavam, [*risos*] me conheciam.

Como assim?

Seu Firmino: Ah, ele fuxicava para os chefes que eu não trabalhava direito, não sei, que “não pode isso”, que “não pode fazer assim”, não sei...

Dona Carmem: Ah, mas fale outras coisas. Deixe isso para trás. Conte do teu serviço, das tuas coisas.

Seu Firmino: Mas isso é tudo do meu serviço [*risos*].

Dona Carmem: Mas conte do que você trabalhou lá, dos outros você tem que deixar para os outros.

Seu Firmino: Mas o que é que eu vou contar para ele então? Me diga.

Dona Carmem: Só isso. Que você matava porco tanto tempo. Assim.

Seu Firmino: Mas isso eu já falei, não é? [*risos*] Daí quando o cara lá, quando me mandaram embora, o empregado me falou que, não sei qual é deles que falou para o chefe lá que cuidava do setor, falou “que esse homem aí [*Seu Firmino*], esse homem aí não deviam de mandar embora. Tinha que ter segurado ele. Porque ele é assim, aonde jogar ele lá, ele está trabalhando e dá conta do recado”. E tem outros que não. Piaçada nova, pode ponha quatro, cinco, seis que não faz o que um de nós fazia. Nós estávamos em poucos [*já no final da década de 1990*], os de idade assim. Sete ou oito mais ou menos. Dez, que fosse. Nós trabalhávamos de mais ali naquele lugarzinho. Já os novatos não, eles são só moleza. [*risos*]

Nesse sentido, a reorganização da produção e a construção de um perfil de trabalhador adaptado a essa nova dinâmica foram um processo crivado pelo conflito de classe. Afirmar isso não significa dizer que a tensão entre o frigorífico e os trabalhadores se dava em condições iguais, mas sim enfatizar que os conflitos no espaço da produção articularam (em condições desiguais) uma luta de classes silenciosa entre *os mais velhos* e a direção da Coopavel. Até o encerramento das atividades de abate e desossa de porcos e bois no antigo Frigovel em 1999, a direção da Coopavel esbarrou no enfrentamento dos trabalhadores *mais velhos*, que também estavam associados à vila operária do frigorífico, local no qual residiam a maioria desses trabalhadores.

Durante a década de 1990, quando a gerência da Coopavel tentou seguidamente aumentar a exploração do trabalho e a produtividade dos trabalhadores do frigorífico “velho”, essa cultura fabril e a identidade de classe construída historicamente pelos trabalhadores “velhos” serviram de referência para que esses trabalhadores e trabalhadoras fizessem frente às tentativas de reorganização do trabalho no antigo frigorífico da Coopavel. As brigas no espaço da produção, os bate-bocas entre os operários do frigorífico “velho” com os gerentes, bem como as festas e os campeonatos de futebol suíço na vila operária são evidências da formação de uma cultura fabril e de uma identidade operária que se construiu na oposição e no enfrentamento às transformações pretendidas pela Coopavel.

No entanto, não deixa de ser importante registrar que, apesar desses trabalhadores terem estabelecido uma série de enfrentamentos coletivos (portanto, na condição de classe) com o capital que organizava a cadeia produtiva do abate de suínos e bovinos, no final da década de 1990 estes trabalhadores foram “derrotados”. Com o fechamento das atividades de abate e desossa no frigorífico “velho”, eles perderam não somente seus empregos no frigorífico e suas moradias na vila operária, mas também muitos dos elementos que davam coesão a essa cultura fabril e a essa identidade operária. Classificados pela Coopavel como “velhos”, “cabeçudos e teimosos de mais” para trabalharem no frigorífico “novo”, com seus saberes desclassificados frente as “novas” máquinas e “novas” exigências de formação, não parece ter restado a esses trabalhadores muito mais do que afirmarem sua dignidade a partir de sua disposição ao trabalho (definida em oposição aos trabalhadores “novatos”) e de seus saberes práticos adquiridos em muitos anos de trabalho.

Reconhecer isso não me parece de maneira alguma diminuir a importância para a História e para o historiador de se estudar esses trabalhadores. Pelo contrário, refletir e avaliar historicamente essa experiência pode ajudar a compreender qual o significado para a classe

trabalhadora do desenvolvimento da indústria frigorífica no Oeste do Paraná, e, em específico, em Cascavel-PR.

3.3 O FRIGORÍFICO POLIVALENTE E A EXPERIÊNCIA RECENTE DOS TRABALHADORES EMPREGADOS NA INDÚSTRIA DA CARNE EM CASCAVEL-PR

Se retomarmos o universo das relações de trabalho experimentados por operários e operárias como Lenir, que se empregaram no frigorífico da Coopavel na década de 2000 e 2010, do qual partimos no início deste capítulo, saltando o intervalo de quase duas décadas que as separam do trabalho executado por Seu Firmino no antigo Frigovel, muitos desses operários também falaram das facas e/ou outros instrumentos que utilizavam ou ainda utilizam em seu trabalho no frigorífico. Quando descreveram as experiências recentes no processo de produção dos frigoríficos, suas falas insistiram em ressaltar as mãos, os dedos, os braços e as outras partes do corpo que já haviam sido cortados pelas facas.

Elizete foi operária do frigorífico da Coopavel durante cerca de quatro anos. Em 2006, ano em que entrou no frigorífico, completaria quatro anos desempregada, sobrevivendo apenas do que ganhava realizando pequenos serviços domésticos. Para jovens como ela, com pouco ou nenhuma qualificação, a dificuldade de adentrarem ao mercado de trabalho formal é bastante grande. Frente a isso, muitas vezes a entrada no mundo do trabalho se dá a partir de ocupações informais, desprotegidas de direitos trabalhistas, ou, então, as possibilidades de empregos formais tendem a ser limitadas aos empregos em indústrias como os frigoríficos ou como a Mascarello¹⁷.

A trajetória de Elizete dentro da Coopavel passou por diversos setores, mas, o ponto em comum entre todos eles é a experiência de um trabalho degradado e estranhado. Quando entrou na Coopavel, Elizete foi contratada inicialmente para o setor da limpeza e higienização. Ali se deparou com um ambiente de trabalho que a colocava em contato constante com o calor, mas que também a expunha a uma série de substâncias e produtos químicos fortes que acabaram por lhe causar alergia, principalmente nas mãos. Ficou quarenta e cinco dias no setor da limpeza. Depois disso, foi transferida para a linha de abate de suínos do frigorífico polivalente da Coopavel. Ocupada na desossa dos porcos, teve de lidar com um trabalho que a esgotava fisicamente. Permaneceu nesse setor por um pouco mais de um ano e teve de ser transferida,

¹⁷ Mascarello é uma indústria localizada no município de Cascavel-PR que fabrica carrocerias e ônibus.

pois também já estava adoecendo, dessa vez devido ao frio intenso e às dores que lhe causavam manusear as pesadas “peças” dos porcos. Por último, foi transferida para o setor de embalagem final da linha de produção de carne bovina da Coopavel, posto no qual permaneceu por três anos. Quando a entrevistei, em setembro de 2014, descreveu uma imagem dramática da experiência no frigorífico.

Elizete: Uma vez que uma mulher, ela era da limpeza, mas eu não estava lá, mas ela enroscou a mão dela na esteira e atou a mão dela fora. Aquele dia foi o mais... depois daquela vez eu comecei a desanimar, porque aquilo mexeu muito comigo, aí eu resolvi sair. Ela sofreu bastante aquele dia. Mais ou menos uma hora até eles desmontarem a máquina pra tirar o braço. Desmaiava, acordava e desmaiava de novo. [...] Daí pra frente eu comecei a desanimar. O que é que eu vou dizer... Ah, era *sofrido*. Porque o frio faz mal, você chega lá o frio faz mal pra você. Aquilo era muito *cansativo*, aquilo vai *esgotando*. Você vai tendo problema nos teus ossos, têm os movimentos repetitivos. Você *cansa*. O teu corpo fica *cansado*, e não adianta você falar “ah, eu pego férias” porque não *descansa*, porque aquilo ali é muito puxado. [...] O que é que eu vou dizer... Mais é o serviço, porque é puxado. E daí você vai receber o seu salário é muito desconto. É muito *sofrimento* pra pouco dinheiro. É *sofrimento* mesmo. Porque você fica ali, você tem horário pra ir no banheiro, você tem horário pra tudo, a *produção não pode parar, você não pode parar*. Tem que ir direto. Não existe aquele negócio de “ah, tô *cansado*, vou parar cinco minutinhos”, não, não tem isso. *Só para quando eles querem*. Então a pessoa vai indo que *cansa, esgota* a pessoa. [*grifos nossos*]

Nos *Primeiros manuscritos econômico-filosóficos*, Marx sustentou a tese de que “a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à potência e à grandeza de sua produção” (MARX, 2010, p. 79). O autor ainda destacou como a produção de mercadorias sob a lógica do capital constitui uma relação histórica que desumaniza a relação entre o trabalhador e os objetos que são o resultado do seu trabalho. Embora o trabalhador deposite sua energia, sua vida, no objeto que incorpora o seu trabalho, no processo de produção capitalista, esse mesmo objeto não lhe pertence mais. Em decorrência, aparecendo como algo, ou uma coisa, que tem uma existência externa, o objeto passa a se deparar com o seu produtor, o trabalhador, como uma força que lhe é estranha e hostil. A relação entre o trabalhador e o resultado do seu trabalho, no capitalismo, torna-se uma relação de estranhamento, de trabalho alienado. Segundo Marx, “Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens” (MARX, 2010, p. 80, grifos do autor).

O estranhamento frente ao trabalho é também o estranhamento de si próprio frente a um trabalho alienado que tende a impedir que o trabalhador se reconheça no resultado de seu trabalho. Vários dos trabalhadores que entrevistei e que estiveram empregados no frigorífico

da Coopavel entre o início dos anos 2000 até o presente falaram de seu trabalho utilizando termos como “*cansaço*”. Como eles, ao longo de sua entrevista, Elizete usou repetidamente esse termo para se referir ao que fazia na Coopavel. Cansaço é sinônimo de afronta, esgotamento, extenuação e fadiga, física e mental. Não obstante, também pode ser utilizado para traduzir o aborrecimento e o tédio de uma situação. A fala dos trabalhadores expressa justamente isso: o aborrecimento e o tédio de um trabalho estranhado que se repete dia após dia, semana após semana.

Comparando a experiência dos operários empregados no frigorífico polivalente da Coopavel nos últimos dezanove anos (1994-2015) com a experiência de trabalhadores que se ocuparam no antigo Frigovel durante as décadas de 1980 e 1990, é possível vislumbrar uma dimensão daquilo que Marx apontou como uma das consequências da expansão do modo de produção capitalista: quanto mais mercadorias o trabalhador produz, tanto maior é a sua miséria. Nesse sentido, no capitalismo, a acumulação de riqueza pelo capital corresponde também a acumulação de miséria e sofrimento pelo trabalhador. A experiência dos trabalhadores empregados nos frigoríficos nas últimas décadas contrasta, portanto, com a memória oficial acerca do desenvolvimento da indústria frigorífica no Oeste do Paraná. Para a classe trabalhadora empregada nos frigoríficos da região, a trajetória da indústria da carne é definida pela intensificação da exploração e pela degradação do trabalho.

CONCLUSÃO

A trajetória da indústria frigorífica no Oeste do Paraná nas últimas quatro décadas constitui um processo histórico atravessado por conflitos e tensões. Ainda assim, a memória oficial construída pelas classes dominantes locais acerca dessa dinâmica tem insistido em traduzi-la em termos que naturalizam tanto a presença dos frigoríficos quanto a presença das cooperativas na região, responsáveis pela manutenção de parcela significativa dessas indústrias. Nessa narrativa oficial, pouco encontramos sobre as contradições e os enfrentamentos que balizaram o desenvolvimento da indústria da carne na região.

Mesmo do ponto de vista das classes dominantes, a trajetória da indústria da carne no Oeste do Paraná encontra-se distante da imagem construída pela memória oficial. Antes de se caracterizar pela “estabilidade”, durante as décadas de 1980 e 1990, a indústria frigorífica local foi constantemente colocada em xeque por crises e incertezas quanto à sua viabilidade. O capital local e, particularmente, as cooperativas que organizaram os primeiros frigoríficos de suínos na região Oeste do Paraná a partir das décadas de 1960 e 1970 tinham como objetivo comercializar os rebanhos de suínos criados nas propriedades dos agricultores cooperados. A década de 1980 e o início da década de 1990, por sua vez, colocaram em relevo a dificuldade do capital local em competir no mercado da carne. Essa dificuldade foi vivenciada como um momento de “crise” para os frigoríficos locais, inclusive com a venda e/ou a falência de alguns dos frigoríficos de suínos da região. No caso das cooperativas que mantinham plantas frigoríficas, como era o caso da Coopavel em Cascavel-PR, essa situação de instabilidade na industrialização de carne era acrescida ainda de uma série de conflitos e contestações ao projeto de acumulação de capital representado pelas cooperativas.

Os anos correspondentes a década de 1990 marcaram, portanto, um processo de transição para as cooperativas e a indústria frigorífica no Oeste do Paraná. Anos de pesquisas e avanços em tecnologia e genética¹⁸, no desenvolvimento de uma ampla logística e na pressão

¹⁸ Na década de 1940, o tempo médio para que os frangos fossem levados ao abate era de 3,5 meses, tempo que caiu para dois meses em 1960. Em 2009, a estimativa de tempo para a engorda dos frangos não era superior a 41 dias. Se o tempo ideal até o abate diminuiu, o peso dos frangos levados à degola avançou na razão inversa. Nas décadas de 1960, 1970 e 1980, o peso dos frangos era de 1,6 kg, 1,7kg e 1,8kg, respectivamente. Porém, foram as décadas de 1990, 2000 e 2010 que registraram os saltos mais significativos, saindo de 1,9kg no início dos 90 para 2,25 em 2000 e atingindo 2,44 quilos atualmente. Conforme argumenta Antônio Bosi, “na base tecnológicas dessas mudanças estão volumosos esforços de melhoramento genético e desenvolvimento de insumos, ambos controlados por empresas multinacionais oligopolizadas tais como Tyson Foods, Cobb-Vantress e Hubbard” (BOSI, 2014, p.11).

sistemática sobre outros hábitos alimentares contribuíram para consolidar a cadeia avícola no Brasil, e, no caso específico do Oeste do paranaense, articular um projeto de reorganização do trabalho e da produção de mercadorias nos frigoríficos que redefiniram a acumulação de capital na região. As cooperativas centraram esforços e investimentos na construção de indústrias de carne de frango, agora tidos como prioridades. Em alguns casos, como o da Coopavel, o abate e a industrialização da carne suína serão mantidas pelas cooperativas, embora o processo de trabalho e as plantas produtivas também tenham sido amplamente reorganizados. A articulação desse projeto, contudo, não foi tema passivo dentro das classes dominantes locais e, no caso das cooperativas, a viabilidade da manutenção de um projeto de industrialização da carne de frango esteve amarrado à necessidade das cooperativas afirmarem um projeto político específico para o campo.

Por outro lado, a expansão dos frigoríficos de frango na região Oeste do Paraná não pode deixar de considerar a presença dos trabalhadores envolvidos com a produção de carne. Durante a década de 1980, a organização das relações de trabalho no antigo frigorífico da Coopavel se pautava na extensão da jornada de trabalho como forma de garantir a produção. A exploração do trabalho pelo frigorífico se sustentava principalmente por meio da extração da mais valia absoluta. Além da jornada diária de trabalho, era constante o cumprimento de horas extras que estendiam a jornada para doze, treze ou até catorze horas diárias dentro do frigorífico. Neste sentido, quando conversei com trabalhadores como Seu Reinaldo, Seu Ivo e Seu Firmino, ao passo que em muitos momentos de suas narrativas as condições do ambiente de trabalho tendiam a ser naturalizadas, em regra geral, seus sentimentos e visão de mundo capturaram desse universo as experiências tidas como boas, tais como o salário, a segurança do emprego, a rede de amigos ali constituídos e, às vezes, a identidade com a profissão. Além disso, o que faziam nos frigoríficos não era um trabalho completamente estranhado. A consciência de que tudo no porco é aproveitado vem de tempos antiquíssimos e é uma prática comum na cultura de trabalhadores do campo. Pode-se considerar que isso é uma tradição de longa duração, cujo saber atravessou séculos guardando especializações relacionadas a uma economia doméstica. Essas observações servem para nos lembrar como os frigoríficos se apropriaram de práticas populares e as alinharam para uma economia de mercado.

Essas relações foram amplamente pressionadas ao longo da década de 1990. Nos anos seguintes, se, por um lado, a expansão da cadeia avícola e a instalação de “novos” frigoríficos de frangos, assim como a reorganização do trabalho nas linhas de produção dos frigoríficos de suínos e bovinos, acentuaram a divisão e a intensificação da exploração do trabalho, por outro

lado, esse processo foi atravessado pelo conflito com os trabalhadores. A experiência dos trabalhadores, deste ponto de vista, constituiu um enfrentamento à intensificação e ao aumento da exploração do trabalho pretendidos pela gerência da Coopavel.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABPA. Associação Brasileira de Proteína Animal. 2015 **Relatório anual**. Disponível em: < <http://abpa-br.com.br/files/publicacoes/c59411a243d6dab1da8e605be58348ac.pdf>> Acessado em 21/04/2016.

BEAUD, S.; PIALOUX, M. **Retorno à condição operária**: investigação em fábricas da Peugeot na França. Coleção Mundo do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

BELUSSO, D. “A formação das cooperativas agrícolas e a expansão da avicultura de abate no Oeste paranaense (1970-2010)”. In: BOSI, A.P. **Trabalho e trabalhadores no processo de industrialização recente no Oeste do Paraná (1970-2010)**: estudos sobre a cadeia avícola. Jundiaí: Paco Editorial, 2014, p. 39-61.

BOSI, A.P. **Reforma urbana e luta de classes**. Uberabinha/MG (1888-1922). São Paulo: Xamã Editora, 2004.

_____. “Um ensaio sobre industrialização, desenvolvimento econômico e trabalho degradado no Oeste do Paraná” In: _____. **Precarização e intensificação do trabalho no Brasil recente**. Cascavel: Edunioeste, 2011, p. 79-120.

_____. “História das relações de trabalho na cadeia produtiva avícola no Brasil (1970-2010)”. **Revista de História Regional**. Vol. 16. Número 02. Ano15. Departamento de História. Universidade Estadual de Ponta Grossa: Ponta Grossa 2011b, p. 400-430.

_____. **A cultura da classe**: a recusa do trabalho em frigoríficos do Oeste paranaense (1990-2010). Marechal Cândido Rondon, 2012. Trabalho inédito.

_____. “História das relações de trabalho na cadeia produtiva avícola no Brasil (1970-2010). In: _____. **Precarização e intensificação do trabalho no Brasil recente**. Cascavel: Edunioeste, 2011, p. 11-30.

_____. “Significados da globalização: percursos e percalços de trabalhadores da Krupp no Brasil” **Revista História e Perspectivas**. Vol. 25. Número 46. Ano 21. Departamento de História. Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia, 2012, p. 135-180.

_____. “Corpos feridos, trajetórias interrompidas pela agroindústria brasileira: duas leituras a partir de Bertold Brecht e Upton Sinclair”. **Varia História**. Vol. 30. Número 53. Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2014, p.571-592.

_____. **Acumulação de capital no Oeste Paranaense**. Marechal Cândido Rondon, 2015. Texto mimeografado.

_____. “Paternalismo e racismo: História dos trabalhadores da vila operária da FriRondon (1963-1979)”. **Revista Tempos Históricos**. Vol. 20. Número 02. Ano18. Departamento de História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná: Marechal Cândido Rondon, 2016, p.227-255.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**: a degradação do trabalho no Século XX. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

BRECHT, B. **A Santa Joana dos matadouros**. (Coleção Prosa do Mundo). São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

CASTORIADIS, C. “Sobre o conteúdo do socialismo, III: a luta dos operários contra a organização da empresa capitalista”. In: _____. **A experiência do movimento operário**. Brasiliense: São Paulo, 1985.

CIAS. **Central de Aves e Suínos**. Disponível em: <http://www.cnpsa.embrapa.br/CIAS/dados/grafico.php> > Acessado em 21/04/2016.

CUNICO, J. **Viver e trabalhar no campo**: produção agropecuária, relações de trabalho e tensões no Extremo Oeste paranaense, 1970-2012. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2014.

DALLA COSTA, A.J. **Agroindústria brasileira contemporânea**: inovações organizacionais e transformações tecnológicas na avicultura. Tese (Doutorado) – Instituto de Altos Estudos da América Latina, Université de la Sorbonne Nouvelle, Paris III, 1997.

FAGNANI, L. **Trabalho e Trabalhadores na Avicultura**: Experiências de Operários na Unidade de Produção de Pintainhos, Cooperativa Agroindustrial Lar (2006-2013). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2014.

FANO, Lucas Blank. **Trabalho e moradia**: as peculiaridades do viver em uma vila operária da cidade de Toledo-PR (1970-1990). Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2016. (Anais do II Colóquio de Pesquisas em História, Poder e Práticas Sociais do Programa de Pós-Graduação em História da Unioeste).

FINKLER, A. L. **Os problemas de saúde dos trabalhadores e a relação com o processo de trabalho em frigoríficos**. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Enfermagem. Cascavel. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2007.

GEMELLI, D. “Capital, território e trabalho no Oeste paranaense: o frigorífico de aves Copagril”. **Revista Pegada**. Vol. 10, n.2, dezembro de 2009.

GRAMSCI, Antônio. “Americanismo e Fordismo”. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p.311-339.

HARDY, T. **Judas, o Obscuro**. (Coleção Os Imortais da Literatura Universal, 27). Abril Cultural: São Paulo, 1971.

HECK, Fernando. “Territórios da degradação do trabalho: os impactos na saúde e na vida dos trabalhadores de aves e suínos no Brasil”. VIII Seminário de Saúde do Trabalhador e VI Seminário “O Trabalho em Debate”. **Anais do VIII Seminário de Saúde do Trabalhador e VI Seminário “O Trabalho em Debate”**. UNESP, Franca – SP, 2012.

HOBBSAWM, E. “A história de baixo para cima” In: _____. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOUAISS, **Dicionário da Língua Portuguesa**. Editora Objetiva: São Paulo, 2009.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/default.asp?z=t&o=1&i=P>> Acessado em 21/05/2016.

IPARDES. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**. Perfil do Município de Cascavel. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=29. Acessado em 10 de janeiro de 2014.

LINHART, R. **Greve na fábrica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MARX, K. **Introdução à Contribuição para a crítica da Economia Política**. 1859 Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/concritconpoli/introducao.htm>> Acessado em 20/06/2016.

_____. “Cooperação”, “Divisão do trabalho e manufatura” e “Maquinaria e grande indústria” In: _____. **O Capital: crítica da economia política**. 2. Ed. Coleção Os Economistas. Vol. 1. Livro 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. “Trabalho estranhado e propriedade privada” In: _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Coleção Marx-Engels. São Paulo: Boitempo, 2010.

MDIC. **Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior**. Disponível em: ><http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/outras-estatisticas-de-comercio-exterior>> Acessado em: 21/05/2016.

MORAES JUNIOR, L. R. de. **Mastro: o movimento dos agricultores sem terra do Oeste do Paraná (1970-1990)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2011.

MOREIRA, V.; FAGNANI, L. “Trabalho e trabalhadores na produção de pintainhos no Oeste do Paraná (2000-2010)”. In: BOSI, A.P. **Trabalho e trabalhadores no processo de industrialização recente no Oeste do Paraná (1970-2010)**: estudos sobre a cadeia avícola. Jundiá: Paco Editorial, 2014, p.179-194.

_____. **História da avicultura no Oeste do Paraná: trabalhadores e o processo industrial de produção de frangos (1970-2013)**. Relatório de Estágio (Pós-Doutorado) – História. Unicamp, 2014.

PEREIRA, Fagner Guglielmi. **Entre a propaganda do progresso econômico e a experiência dos trabalhadores:** um estudo sobre o trabalho agroindustrial em Marechal Cândido Rondon (2000-2010). TCC (Graduação) - Curso de História, Departamento de Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011.

_____. **Trabalhadores de frigorífico:** trabalho, lazer e moradia (1960-1980). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2014.

PESAVENTO, Sandra J. **República Velha gaúcha:** charqueadas, frigoríficos, criadores. Porto Alegre: Editora Movimento, 1980.

PORTELLI, Alessandro. “Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade”. In: **Revista Projeto História**. Número 14. Fevereiro de 1997. São Paulo: EDUC, 1997.

_____. “Esporte, trabalho e política em uma cidade industrial” In: **Ensaio de história Oral**. Coleção Ideias. São Paulo: Letra e Voz, 2010

SANTOS CÊA, R.; ZEN, R. “O processo de trabalho de avicultores parceiros: uma análise sobre a Sadia S.A., Toledo-PR (2000-2010).” In: BOSI, A.P. **Trabalho e trabalhadores no processo de industrialização recente no Oeste do Paraná (1970-2010):** estudos sobre a cadeia avícola. Jundiaí: Paco Editorial, 2014, p.121-137.

SINCLAIR, U. **The jungle**. Harmondsworth: Penguin Modern Classics, 1965.

SILVA, J. G. “A estrutura agrária do Paraná”. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Número 87. 1996, p.175-195.

SORJ, B.; POMPERMAYER, M. J.; CORADINI, O. L. **Camponeses e agroindústria:** transformação social e representação política na avicultura brasileira. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 102 p. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/q43wq/pdf/sorj-9788599662526.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

STORTI, I. “Os camponeses e a avicultura integrada no Oeste do Paraná: dimensões da exploração capitalista do trabalho (1970-2010)”. In: BOSI, A.P. **Trabalho e trabalhadores no processo de industrialização recente no Oeste do Paraná (1970-2010):** estudos sobre a cadeia avícola. Jundiaí: Paco Editorial, 2014, p.155-153.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. 3 volumes. Coleção Oficinas da História. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial” In: **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (p. 267-304)

_____ “La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿lucha de clases sin clases?” In: **Tradición, revuelta, y consciencia de classe**. Editorial Crítica: Barcelona: 1979.

THOMSON, A. “Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias” In: **Revista Projeto História**. Número 15. São Paulo: EDUC, 1997.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WILLIAMS, R. **Tragédia Moderna**. 2ª Edição. (Col. Cinema, tragédia e modernidade). São Paulo, Cosac Naify, 2011.

Reportagens citadas

AEN. Agência Estadual de Notícias. “**Richa prestigia homenagem ao agropecuarista Ibrahim Fayad**”. Disponível em: <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=72319&tit=Richa-prestigia-homenagem-ao-agropecuarista-Ibrahim-Faiad>>. Acessado em 19/02/2016.

Associados destituem diretoria da Coopavel. **O Paraná**, 03 de fev. 1985, p. 1.

Coopavel começou a demitir os gerentes. **O Paraná**, 08 de fev. 1985, p. 1.

Agricultores se unem para salvar Coopavel. **O Paraná**, 05 de mar. 1985, p. 1.

Grupo Sadia exporta 240 milhões de dólares e será premiado pelo recorde. **O Paraná**, 08 de mar. 1988, p. 6.

Sem crédito e dinheiro, Coopavel pede socorro. **O Paraná**, 22 de fev. 1985, p. 5.

Coopavel sem presidente. Ninguém quis assumir o ‘pepino’! . **O Paraná**, 24 de fev. 1985, p. 1

Coopavel já reage, diz dirigente cooperativista. **O Paraná**, 08 de mar. 1985, p. 4.

Bancos definem ajuda à Coopavel na segunda-feira. **O Paraná**, 09 de mar. 1985, p. 1.

Coopavel está salva!. **O Paraná**, 14 de mar. 1985, p. 2

Ajuda a Coopavel agora é oficial. **O Paraná**, 23 de mar. 1985, p. 1.

Cotriguaçu assume dívida da Coopavel com multinacional. **O Paraná**, 14 de abr. 1985, p. 5.

Verba federal para salvar a Coopavel. **O Paraná**, 26 de out. 1985, p. 1.

Quanto custa produzir aves, suínos e leite? . **O Paraná**, Caderno O PR Rural. 03 de fev. 1986, p. 1.

Açougues culpam os frigoríficos pelas dificuldades que enfrentam. **O Paraná**, Seção Ponha a Boca no Mundo. 18 de jun. 1986, p. 6.

Apesar de ‘acordo’ carne só deve chegar aos açougues dia 1º. **O Paraná**, 25 de set. 1986, p. 3.

Carne, nem para remédio. **O Paraná**, 20 de nov. 1986, p. 4.

Equilíbrio para a carne. **O Paraná**, Editorial. 09 de abr. 1987, p. 2.

Suínocultura acumula prejuízos. **O Paraná**, Caderno Rural. 06 de jun. 1987, p. 3.

Para cumprir acordo, frigoríficos querem que o governo faça estoque. **O Paraná**, 06 de ago. 1987, p. 6.

Carne bovina: preço sobe e o consumo cai. **O Paraná**, 29 de out. 1987, p. 5.

Suíno: novo preço ainda ‘não é tudo’. **O Paraná**, 08 de dez. 1987, p. 1.

Frigoríficos negam-se a pagar ‘mínimo’ do suíno. **O Paraná**, 11 de dez. 1987, p. 3.

Região Oeste quer industrialização – já. **O Paraná**, 26 de mar. 1988, p. 1.

Cooperativismo, a solução. **O Paraná**, 22 de jul. 1988, p. 4.

Aves, primeira alternativa de diversificação da Coopacol. **O Paraná**, 01 de jul. 1989, p. 4.

Futuro Industrial. **O Paraná**, Editorial. 28 de mar. 1991, p. 2.

Dia mundial do cooperativismo. As cooperativas, sua força e contribuição. **O Paraná**, Caderno O PR Rural. 06 de jul. 1991, p. 5.

Coopavel terá complexo industrial para abates. **O Paraná**, 17 de nov. 1991, p. 19.

Carne para exportação. **O Paraná**, 02 de mar. 1993, p. 3.

Sem ‘voo de galinha’ na avicultura do Oeste. **O Paraná**, 17 de abr. 2015, p. 1.

Avicultura é a ‘galinha dos ovos de ouro’ da região Oeste. **O Paraná**, 04 de out. 2015. Disponível em: < <http://www.oparana.com.br/noticia/avicultura-e-a-galinha-dos-ovos-de-ouro-da-regiao-oeste/2890/>> Acessado em: 22/03/2016.

Cooperativas da região faturam R\$ 16 bilhões em 2015. **O Paraná**, 03 de fev. 2016. Disponível em: <<http://www.oparana.com.br/noticia/cooperativas-da-regiao-oeste-faturaram-r-16-bilhoes-em-2015/4516/>> Acessado em: 22/03/2016

Fontes orais

Seu Firmino. Entrevista realizada por Guilherme Dotti Grando, em 26 de fevereiro de 2015.
Duração: 52m

Seu Ivo. Entrevista realizada por Guilherme Dotti Grando, em 14 de março de 2015. Duração:
1h22m

Seu Reinaldo. Entrevista realizada por Guilherme Dotti Grando, em 10 de março de 2015.
Duração: 2h02m

Seu José Luiz. Entrevista realizada por Guilherme Dotti Grando, em 19 de março de 2015.
Duração: 32m

Seu Zé Pereira. Entrevista realizada por Guilherme Dotti Grando, em 17 de março de 2015.
Duração: 1h12m

Lenir Duarte. Entrevista realizada por Guilherme Dotti Grando e Antônio de Pádua Bosi, em
01 de novembro de 2010. Duração: 24m

Leandro Duarte. Entrevista realizada por Guilherme Dotti Grando e Antônio de Pádua Bosi, em
01 de novembro de 2010. Duração: 16m

Elizete. Entrevista realizada por Guilherme Dotti Grando, em 15 de setembro de 2014. Duração:
34m

Dinamar. Entrevista realizada por Guilherme Dotti Grando, em 15 de setembro de 2014.
Duração: 39m